



http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=ASAYQq4KESsq_ke3CotYEg&chave2=BT-06aCCpMpeIH2nmcFRg
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 27100678897-MARCEL ANDRE CARILHO JARDIM

Este documento foi assinado digitalmente por Naiara Erthal Assad.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://oab.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 0530-3E29-C674-D202.

ODEBRECHT S.A. – Em Recuperação Judicial
CNPJ/ME nº 05.144.757/0001-72
NIRE 2930002559-3

ATA DE ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

1. **DIA, HORA E LOCAL**: Em 22 de setembro de 2020, às 09:00 horas, na sua sede social, localizada no Município de Salvador, Estado da Bahia, na Av. Luís Viana, nº 2.841, Bairro Paralela, Ed. Odebrecht, CEP 41.730-900 (a “Companhia”).
2. **CONVOCAÇÃO**: Dispensada a publicação de Editais de Convocação, na forma do artigo 124, §4º, da Lei nº 6.404/76.
3. **PUBLICAÇÕES**: A Companhia está dispensada de publicar o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, de acordo com o artigo 294, inciso II, da Lei nº 6.404/76. Dispensada, na forma do artigo 133, § 4º, da Lei nº 6.404/76 (ou “Lei das Sociedades por Ações”), a publicação do aviso de disponibilidade dos documentos previstos no artigo 133 da Lei das Sociedades por Ações.
4. **PRESENCAS**: Acionistas representando a totalidade do capital social, conforme assinaturas constantes no Livro de Presença de Acionistas da Companhia. Presente, ainda, para os fins do artigo 134, §1º, da Lei nº 6.404/76, o Sr. Ruy Lemos Sampaio, Diretor Presidente da Companhia. Dispensada, na forma do artigo 134, § 2º, da Lei nº 6.404/76, a presença do representante da empresa dos Auditores Independentes.
5. **MESA**: Ruy Lemos Sampaio, *Presidente*; Naiara Erthal Assad, *Secretária*.
6. **ORDEM DO DIA**: Dispensada a leitura por unanimidade dos Acionistas presentes.
7. **DELIBERAÇÕES**: As Acionistas decidiram, por unanimidade de votos, aprovar:



Junta Comercial do Estado da Bahia

03/02/2021

Certifico o Registro sob o nº 98010636 em 26/10/2020

Protocolo 203237889 de 23/10/2020

Nome da empresa NOVONOR S.A - EM RECUPERACAO JUDICIAL NIRE 29300025593

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 135119762639420

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 03/02/2021

por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral



http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=ASAYQ4KESQ_ke3CotYEg&chave2=BT-06aCCpMpeIH2nmcfrg
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 27100678897-MARCEL ANDRE CARILHO JARDIM

Este documento foi assinado digitalmente por Naiara Erthal Assad.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://oab.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 0530-3E29-C674-D202.

A) EM ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA:

a) a lavratura da presente ata na forma de sumário dos fatos ocorridos, em conformidade com o artigo 130, § 1º, da Lei nº 6.404/76;

b) após esclarecimentos realizados pelo representante da administração da Companhia sobre os principais pontos relacionados ao desempenho durante o último exercício social, o Relatório da Administração, Balanço Patrimonial e Demonstrações Financeiras, incluindo Notas Explicativas, e do Parecer do Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019;

c) a destinação da totalidade do prejuízo apurado no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, no valor de R\$ 14.293.365.544,99 (catorze bilhões, duzentos e noventa e três milhões, trezentos e sessenta e cinco mil, quinhentos e quarenta e quatro reais e noventa e nove centavos) para a conta “Prejuízos Acumulados”, nos termos do parágrafo único do artigo 189 da Lei das Sociedades por Ações;

d) tendo em vista o término dos mandatos, reeleger os seguintes membros para composição do Conselho de Administração da Companhia, os quais terão o mandato de 2 (dois) anos, com início na presente data e término na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2022: **i) JOSÉ MAURO METTRAU CARNEIRO DA CUNHA**, brasileiro, casado, engenheiro mecânico, inscrito no CPF/ME sob o nº 299.637.297-20, portador da Carteira de Identidade RG nº 02549734-8 IFP/RJ, com endereço residencial na Rua Timóteo da Costa, nº 276, apto. 501, Leblon, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 22.450-130, para o cargo de Presidente do Conselho de Administração; **ii) MAURÍCIO BAHIA ODEBRECHT**, brasileiro, casado, administrador de empresas, inscrito no CPF/ME sob o nº 673.309.245-04, portador da Carteira de Identidade RG nº 04523727-12 SSP/BA, com endereço residencial na Via Boto Rosa, S/N, Condomínio Busca Vida, Lote 56A, Catu de Abrantes (Abrantes), Camaçari – BA, CEP 42.825-901, para o cargo de Vice-Presidente do Conselho de Administração; **iii) JOÃO PINHEIRO NOGUEIRA BATISTA**, brasileiro, casado, economista, inscrito no CPF/ME sob o nº 546.600.417-00, portador da Carteira de Identidade RG nº 36.605.155-6 SSP/SP, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Lemos Monteiro, 120, 10º andar, Butantã, São Paulo/SP, CEP: 05.501-050, para o cargo de Conselheiro; **iv) ROBERTO FALDINI**, brasileiro, casado, administrador de empresas, inscrito no CPF/ME sob o nº



Junta Comercial do Estado da Bahia

03/02/2021

Certifico o Registro sob o nº 98010636 em 26/10/2020

Protocolo 203237889 de 23/10/2020

Nome da empresa NOVONOR S.A - EM RECUPERACAO JUDICIAL NIRE 29300025593

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 135119762639420

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 03/02/2021

por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral



http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=ASAY0q4KESSQ_ke3CotYEg&chave2=BT-06aCCpMpeIH2mncfRg
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 27100678897-MARCEL ANDRE CARILHO JARDIM

Este documento foi assinado digitalmente por Naiara Erthal Assad.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://oab.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 0530-3E29-C674-D202.

070.206.438-68, portador da Carteira de Identidade RG nº 3.182.138-8 SSP/SP, com endereço profissional na Rua General Mena Barreto, 477, apto. 31, CEP: 01.433-10, Jardim Paulista, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para o cargo de Conselheiro; e **v) RUY LEMOS SAMPAIO**, brasileiro, casado, administrador de empresas, inscrito no CPF/ME sob o nº 006.488.415-53, portador da Carteira de Identidade RG nº 9189137-1 SSP/SP, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Lemos Monteiro, 120, 16º andar, Butantã, São Paulo/SP, CEP: 05.501-050, para o cargo de Conselheiro. **DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO:** Os Conselheiros ora reeleitos tomam posse nesta data mediante a assinatura do termo lavrado no respectivo livro, tendo declarado, sob as penas da lei, que não estão impedidos, por lei especial, de exercerem a administração da Companhia e nem condenados ou sob efeitos de condenação, à pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional; contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade; e

e) o montante global de R\$ 61.925.000,00 (sessenta e um milhões e novecentos e vinte e cinco mil reais) como limite para a remuneração anual dos Administradores da Companhia durante o exercício social corrente.

B) EM ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA:

a) a rerratificação da ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia realizada no dia 10 de junho de 2019, às 16h, registrada na Junta Comercial do Estado da Bahia, em 05/08/2019, sob o nº 97886235, a fim de corrigir o montante correspondente ao resultado negativo do exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, para que onde se lê “d) a destinação da totalidade do prejuízo apurado no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, no valor total de R\$ 7.071.869.403,36 (sete bilhões, setenta e um milhões, oitocentos e sessenta e nove mil, quatrocentos e três reais e trinta e seis centavos), para a conta de prejuízos acumulados” leia-se “d) a destinação da totalidade do prejuízo apurado no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, no valor total de R\$ 7.250.328.489,11 (sete bilhões, duzentos e cinquenta milhões, trezentos e vinte e oito mil, quatrocentos e oitenta e nove reais e onze centavos), para a conta de prejuízos acumulados”;



Junta Comercial do Estado da Bahia

03/02/2021

Certifico o Registro sob o nº 98010636 em 26/10/2020

Protocolo 203237889 de 23/10/2020

Nome da empresa NOVONOR S.A - EM RECUPERACAO JUDICIAL NIRE 29300025593

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 135119762639420

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 03/02/2021

por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral



http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=ASAYQq4KESSQ_ke3CotYEg&chave2=BT-06aCCpMpeIH2nmcFRg
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 27100678897-MARCEL ANDRE CARRILHO JARDIM

b) a ratificação de todas as demais deliberações tomadas pelos Acionistas da Companhia na Assembleia Geral acima mencionada que não foram neste ato retificadas.

8. **QUORUM DAS DELIBERAÇÕES**: Todas as deliberações foram aprovadas por unanimidade, sem reserva ou restrições.

9. **ENCERRAMENTO**: Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia, lavrando-se a presente Ata que, após lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes. Salvador, 22 de setembro de 2020. **MESA**: Ruy Lemos Sampaio, *Presidente*; Naiara Erthal Assad, *Secretária*. **ACIONISTAS**: ODBINV S.A. – Em Recuperação Judicial, neste ato representada por Emílio Alves Odebrecht e Ruy Lemos Sampaio; KIEPPE PARTICIPAÇÕES E ADMINISTRAÇÃO LTDA. – Em Recuperação Judicial, neste ato representada por Emílio Alves Odebrecht e Francisco Peltier de Queiroz Filho.

Certifico e dou fé que as deliberações aqui transcritas são fiéis às originais da ata lavrada no livro próprio.

Naiara Erthal Assad
Secretária

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)



O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal OAB. Para verificar assinaturas clique no link: <https://oab.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/0530-3E29-C674-D202> ou vá até o site <https://oab.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 0530-3E29-C674-D202



Hash do Documento

0E2A4F4C827AA020CC47C05BCA45052C54708829348EE9E811A6CF324E7A5DD7

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 08/10/2020 é(são) :

- ☒ Naiara Erthal Assad - 385.202.248-73 em 08/10/2020 10:00 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital



http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=ASAYQq4KEssQ_ke3CotYEg&chave2=BT-06aCCpMpeIH2nmcFRg
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 27100678897-MARCEL ANDRE CARRILHO JARDIM

Junta Comercial do Estado da Bahia

03/02/2021



Certifico o Registro sob o nº 98010636 em 26/10/2020

Protocolo 203237889 de 23/10/2020

Nome da empresa NOVONOR S.A - EM RECUPERACAO JUDICIAL NIRE 29300025593

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 135119762639420

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 03/02/2021

por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral



http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=ASAYQq4KEssQ_ke3CotYEg&chave2=BT-06aCCpMpeIH2nmcFRg
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 27100678897-MARCEL ANDRE CARRILHO JARDIM

ODEBRECHT S.A.
(Em recuperação judicial)

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis individuais e
consolidadas
Em 31 de dezembro de 2019

EAV/ASM/EC/LAPP

4187/20

Junta Comercial do Estado da Bahia

03/02/2021



Certifico o Registro sob o nº 98010636 em 26/10/2020

Protocolo 203237889 de 23/10/2020

Nome da empresa NOVONOR S.A - EM RECUPERACAO JUDICIAL NIRE 29300025593

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 135119762639420

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 03/02/2021

por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral



http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=ASAYQq4KEssQ_ke3CotYEg&chave2=BT-06acCPmpeIH2nmcFRg
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 27100678897-MARCEL ANDRE CARRILHO JARDIM

ODEBRECHT S.A.
(Em recuperação judicial)

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2019

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Balanços patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do passivo à descoberto

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas



Junta Comercial do Estado da Bahia

03/02/2021

Certifico o Registro sob o nº 98010636 em 26/10/2020

Protocolo 203237889 de 23/10/2020

Nome da empresa NOVONOR S.A - EM RECUPERACAO JUDICIAL NIRE 29300025593

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 135119762639420

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 03/02/2021

por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Administradores e Acionistas da
Odebrecht S.A. - Em recuperação judicial
Salvador - BA

Opinião com ressalvas sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Odebrecht S.A. - Em recuperação judicial ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do passivo à descoberto e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalvas", as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Odebrecht S.A. - Em recuperação judicial em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalvas sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Investigações e outros procedimentos legais conduzidos pelo Ministério Público Federal e outras autoridades públicas nacionais e internacionais

Conforme mencionado nas Notas Explicativas nºs 01 e 20 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, em 1º de dezembro de 2016, a Companhia, na qualidade de controladora das empresas pertencentes ao seu grupo econômico, firmou o Acordo de Leniência com o Ministério Público Federal (MPF), autoridades dos EUA e Suíça, responsabilizando-se por todos os atos ilícitos que integram o objeto do Acordo, praticados em benefício dessas empresas. A companhia comprometendo-se a pagar, diretamente ou por intermédio de empresas de seu Grupo econômico, o valor global equivalente a R\$ 3.828 milhões, em 23 anos, com parcelas anuais customizadas.

Em 09 de julho de 2018, a Companhia celebrou o acordo de leniência com o Ministério da Transparência/Controladoria-Geral da União (CGU) e com a Advocacia-Geral da União (AGU), mediante o qual serão extintas as ações de improbidade e os processos administrativos no âmbito do Executivo Federal brasileiro e o plenário do Tribunal de Contas da União (TCU) decidiu, de forma unânime, referendar o mesmo acordo de leniência.

Também, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 20, no cumprimento aos termos do acordo de leniência, a Companhia vem negociando a adesão de entes do Ministério Público, dos municípios e dos estados ao Acordo de Leniência com o MPF e/ou acordos de leniência individuais. Do valor total global do acordo, supramencionado, serão deduzidos os valores das indenizações aos entes lesados (estados e municípios). No entanto, é importante ressaltar que os entes possuem autonomia funcional e poderão discordar dos valores a eles atribuídos para a celebração dos acordos.

BDO RCS Auditores Independentes, uma empresa brasileira da sociedade simples, é membro da BDO Internacional Limited, uma companhia limitada por garantia do Reino Unido, e faz parte da rede internacional BDO de firmas-membro independentes. BDO é nome comercial para a rede BDO e cada uma das firmas da BDO.

3

Junta Comercial do Estado da Bahia

03/02/2021

Certifico o Registro sob o nº 98010636 em 26/10/2020

Protocolo 203237889 de 23/10/2020

Nome da empresa NOVONOR S.A - EM RECUPERACAO JUDICIAL NIRE 29300025593

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 135119762639420

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 03/02/2021

por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral



Seguem em andamento, no âmbito das operações no exterior da Companhia e suas controladas, discussões junto às autoridades locais para o fechamento de acordos de colaboração/leniência, além dos já firmados com República Dominicana, Equador, Panamá e Guatemala e Peru.

Nas demonstrações contábeis da Companhia e das suas controladas foram constituídas provisões para fazer frente aos acordos em andamento, cujos valores foram apurados com base na melhor estimativa da Administração e dos consultores jurídicos envolvidos. No entanto, em função das negociações e dos acordos que ainda estão em curso, mencionados nos parágrafos anteriores, não foi possível, por meio de procedimentos alternativos de auditoria, obtermos evidências apropriadas e concluirmos quanto à suficiência das provisões contabilizadas nem tampouco se seria necessária a constituição de provisões adicionais nas informações contábeis consolidadas findas em 31 de dezembro de 2019.

Empresas controladas em processo de recuperação judicial cujas Assembleias de Credores ainda não foram realizadas ou cujas Assembleias de Credores ainda não foram homologadas

Conforme mencionado na Notas Explicativas nºs 01 e 31 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, durante o exercício de 2019, a Companhia, juntamente com sua controladora direta ODBINV e controladora indireta Kieppe Participações e Administração Ltda. e algumas de suas controladas, ajuizaram, pedidos de recuperação judicial, nos termos da Lei Brasileira de Falências (Lei nº 11.101/2005) e, apresentaram o plano de recuperação judicial, econômico-financeira e de avaliação de bens e ativos. Contudo, os planos de recuperação judicial das controladas diretas e indiretas Odebrecht Participações e Engenharia S.A., Mectron – Engenharia Indústria e Comércio S.A., Atvos Agroindustrial S.A. e suas controladas, Odebrecht Participações e Investimentos S.A., Odebrecht Properties Parcerias S.A., OP Centro Administrativo S.A., Odebrecht Finance Ltd., Odebrecht Energia Participações S.A., Odebrecht Energia do Brasil S.A., Enseada Industria Naval Participações S.A. e Enseada Industria Naval S.A., ainda não foram aprovados em Assembleia de Credores e ou não foram homologados pelos respectivos juizes. Portanto, em função desse cenário, não foi possível concluirmos sobre a existência de efeitos sobre as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, da Companhia em 31 de dezembro de 2019.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Conforme mencionado nas Notas Explicativas nºs 01 e 31 às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019, a Companhia e suas controladas incorreram em prejuízos líquidos de R\$ 14.293.365 mil (controladora) e R\$ 16.863.048 mil (consolidado), apresentaram capital circulante líquido negativo de R\$ 5.236.494 mil (controladora) e R\$ 31.753.663 mil (consolidado) e mantêm passivo a descoberto de R\$ 20.015.220 mil (controladora) e R\$ 17.600.131 mil (consolidado). Essas demonstrações foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios e consideram, entre outras, as seguintes principais ações conduzidas pela Administração da Companhia e de suas controladas: (i) cumprimento dos requerimentos previstos no Plano de Recuperação Judicial (“PRJ”) homologado em 27 de julho de 2020 e na Lei nº 11.101/2005; (ii) sucesso na implementação da estratégia de estabilização financeira e operacional, com foco na melhora de liquidez, fortalecimento da estrutura de capital, reestruturação financeira dos negócios e programa de desmobilização de ativos. Esses eventos ou condições indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.



Ênfases

Processos e investigações em contratos de concessão de controladas e coligadas

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1.2 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, determinadas controladas e coligadas possuem processos e investigações em andamento relacionadas aos contratos de concessão firmados com os poderes concedentes. A Administração, em conjunto com seus assessores jurídicos, entende, neste momento, que possíveis efeitos desses processos e investigações não deverão afetar de forma significativa a Companhia e suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.

Reapresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2018

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 30 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a qual descreve que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas e estão sendo reapresentadas sob esta denominação, como previsto na NBC TG 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e NBC TG 26(R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, incorporando os principais registros e reclassificações:

- Despesas financeiras, identificadas em 2019 nas controladas indiretas OEI e CNO, referentes a juros e multas sobre passivo com a CRB devido ao distrato do contrato de engenharia, fornecimento e construção das obras de ampliações e melhoramentos do corredor Dom Pedro I. O referido ajuste no montante de R\$ 21.804 foi efetuado na rubrica “outros passivos” no passivo circulante em contra partida do saldo inicial da demonstração das mutações do patrimônio líquido do exercício de 2018 no montante de R\$ 3.484 e demonstração do resultado findo em 31 de dezembro de 2018 nas rubricas de “Resultado financeiro, líquido” no montante de R\$16.793 e “Despesas gerais e administrativas e com vendas” no montante de R\$1.527;
- Ajuste de equivalência patrimonial, em exercícios anteriores a 2018, identificados em 2019 na controlada indireta OOL. O referido ajuste no montante de R\$ 55.478 foi efetuado na rubrica de “investimento, sociedades coligadas” no ativo permanente em contrapartida do saldo inicial da demonstração das mutações do patrimônio líquido do exercício de 2018;
- Reclassificação da rubrica de “adiantamento de clientes” para “empréstimos e financiamentos” no passivo circulante, para fins de comparabilidade da transação de Adiantamento sobre Contrato de Câmbio (“ACC”) no montante de R\$ 195.966 da controlada direta OEC;
- Reclassificação contábil entre as contas de resultado para a rubrica de “Lucro dos ativos não circulantes mantidos para negociação” das controladas diretas e indiretas RTC e CRB;
- Ajuste dos juros incidentes sobre o Acordo de Leniência no montante de R\$ 189.938, na Companhia. A correção considerou ajustes na metodologia de cálculo, substituindo juros simples por juros compostos outra alteração foi o início da incidência dos juros, que passou a considerar a data da assinatura do Acordo de Leniência.

Auditamos e concordamos com os ajustes e reclassificações efetuados.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Junta Comercial do Estado da Bahia

03/02/2021



Certifico o Registro sob o nº 98010636 em 26/10/2020

Protocolo 203237889 de 23/10/2020

Nome da empresa NOVONOR S.A - EM RECUPERACAO JUDICIAL NIRE 29300025593

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 135119762639420

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 03/02/2021

por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral



Componentes relevantes na rubrica de investimentos nas demonstrações contábeis individuais e no processo de consolidação das demonstrações contábeis.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas são preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Algumas empresas controladas significativas e relevantes neste processo são auditadas por outros auditores independentes.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram a comunicação com os auditores dos componentes com o objetivo de discutir os riscos de auditoria identificados, o enfoque, alcance e época dos trabalhos.

Emitimos instruções de auditoria e revisamos os papéis de trabalho, bem como discutimos os resultados alcançados, enfocando, principalmente, os aspectos referentes a: i) tratamento adotado no reconhecimento de receitas; ii) transgressão de controles pela administração; iii) realização de ativos; iv) continuidade operacional; v) denúncias de irregularidades e acordo global com autoridades.

Em relação aos principais assuntos de auditoria identificados nos componentes, discutimos com seus auditores e avaliamos eventuais impactos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia.

Nossos exames não identificaram exceções relevantes na contabilização dos investimentos e no processo de consolidação efetuados pela Administração da Companhia, de forma que os valores e informações divulgadas nas demonstrações contábeis estão adequados.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;



- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

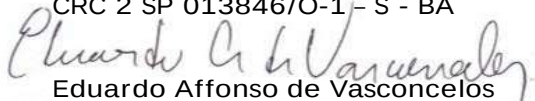
Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 31 de julho de 2020.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1 - S - BA



Eduardo Affonso de Vasconcelos
Contador CRC 1 SP 166001/O-3 - S - BA

Odebrecht S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Balanco patrimonial Em milhares de reais

		Controladora		Consolidado	
	Notas	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018 (Reapresentado)	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018 (Reapresentado)
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	617.891	6.632	9.520.965	8.684.752
Aplicações financeiras	7			2.736.587	3.075.795
Debêntures					80.255
Contas a receber de clientes	8			7.357.597	9.695.553
Dividendos a receber		39.624	38.091		
Tributos a recuperar	9	411	1.191	2.943.676	2.526.119
Estoques	10			9.952.303	11.712.155
Sociedades do Grupo Odebrecht	11	125.502	123.329	197.717	103.410
Ativo biológico				442.948	439.275
Créditos associados ao Acordo de leniência		63.349	188.421	63.349	188.421
Depósitos com pulsórios e judiciais	21			2.571.881	
Outros ativos		19.147	7.354	2.676.902	3.117.265
		865.924	365.018	38.463.925	39.623.000
Ativos não circulantes mantidos para venda	12	10.627	814.280	1.616.202	21.777.578
		876.551	1.179.298	40.080.127	61.400.578
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Aplicações financeiras	7			178.297	48.551
Debêntures		94.126	87.548	713.006	617.761
Contas a receber de clientes	8			2.576.300	4.215.710
Tributos a recuperar	9	2.786	2.786	2.887.734	2.009.849
Estoques	10			1.047.031	1.291.908
Sociedades do Grupo Odebrecht	11	1.178.743	2.310.332	15.674.249	17.365.894
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13			3.592.758	1.777.704
Depósitos com pulsórios e judiciais	21	17.565	17.572	1.630.531	312.842
Outros ativos		80.922	288.128	2.310.144	1.373.169
		1.374.142	2.706.366	30.610.050	29.013.388
Investimentos	14	3.305.665	9.249.378	3.347.867	3.827.300
Outros investimentos		21.630	21.602		
Imobilizado	15	12.254	82	59.124.289	55.694.090
Intangível	16	159	47	8.064.459	7.667.099
		4.713.850	11.977.475	101.146.665	96.201.877
Total do ativo		5.590.401	13.156.773	141.226.792	157.602.455

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.
9 de 126

Junta Comercial do Estado da Bahia

03/02/2021

Certifico o Registro sob o nº 98010636 em 26/10/2020

Protocolo 203237889 de 23/10/2020

Nome da empresa NOVONOR S.A - EM RECUPERACAO JUDICIAL NIRE 29300025593

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 135119762639420

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 03/02/2021

por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral



http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=ASAY0Q4KESSQ_KE3C0TYE&chave2=BT-06aCCpMpeIH2nmcFRg
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 27100678897-MARCEL ANDRE CARRILHO JARDIM

Odebrecht S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Balanco patrimonial Em milhares de reais

		Controladora		Consolidado	
	Notas	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018 (Reapresentado)	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018 (Reapresentado)
Passivo e Passivo a descoberto					
Circulante					
Financiamentos e arrendamentos mercantis	17	60.275	11.392	24.832.807	19.701.821
Sociedades do Grupo Odebrecht	11	3.337.798	518.485		
Obrigações financeiras				911.018	
Debêntures	18	2.213.884		18.396.545	4.469.558
Fornecedores e subempreiteiros		20.058	25.951	15.116.196	13.895.494
Impostos, taxas e contribuições	19	5.530	20.820	1.484.674	2.455.076
Obrigações sociais e trabalhistas		121.650	175.695	1.502.997	1.849.100
Adiantamentos de clientes	8 (c)			2.314.955	2.869.357
Acordo de leniência	20	130.887	53.677	490.765	341.799
Provisões fiscais, trabalhistas, societárias e cíveis	21	169.662		2.016.623	626.715
Outros passivos		42.674	25.432	3.151.008	2.865.481
		6.102.418	831.452	70.217.588	49.074.401
Passivos vinculados aos ativos não circulantes mantidos para venda					
	12			45.701	12.480.587
		6.102.418	831.452	70.263.289	61.554.988
Não circulante					
Financiamentos e arrendamentos mercantis	17		32.547	60.861.426	56.834.834
Debêntures	18		2.068.960	251.377	13.423.617
Obrigações financeiras					838.320
Sociedades do Grupo Odebrecht	11	3.366.840	5.658.121	3.921.202	3.443.490
Impostos, taxas e contribuições sociais	19	12.910	12.911	235.810	152.349
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13			634.264	792.200
Adiantamentos de clientes	8 (c)			7.461.320	7.673.798
Provisão para perda em investimentos	14	12.745.529	7.015.852	219.336	198.761
Acordo de leniência	20	3.010.631	2.834.816	4.457.395	3.977.787
Provisões fiscais, trabalhistas, societárias e cíveis	21	268.976	446.628	7.494.725	4.716.864
Outros passivos		98.317	99.277	3.026.779	4.585.735
		19.503.203	18.169.112	88.563.634	96.637.755
Passivo a descoberto					
Capital social	22	3.205.190	2.942.948	3.205.190	2.942.948
Ajuste de avaliação patrimonial		(160.522)	121.365	(160.522)	121.365
Prejuízos acumulados		(23.059.888)	(8.908.104)	(23.059.888)	(8.908.104)
		(20.015.220)	(5.843.791)	(20.015.220)	(5.843.791)
Debêntures com participação nos lucros ("DPL")					
Participação dos acionistas não controladores				271.227	369.807
				2.143.862	4.883.696
		(20.015.220)	(5.843.791)	(17.600.131)	(590.288)
Total do passivo e Passivo a descoberto					
		5.590.401	13.156.773	141.226.792	157.602.455

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.
10 de 126

Junta Comercial do Estado da Bahia

03/02/2021

Certifico o Registro sob o nº 98010636 em 26/10/2020

Protocolo 203237889 de 23/10/2020

Nome da empresa NOVONOR S.A - EM RECUPERACAO JUDICIAL NIRE 29300025593

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 135119762639420

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 03/02/2021

por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral



http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=AS5YQ4KESSQ_KE3C0TYE&chave2=BT-06ACCpMpeIH2nmcFRg
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 27100678897-MARCEL ANDRE CARRILHO JARDIM

Odebrecht S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Demonstração dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2019	2018 (Reapresentado)	2019	2018 (Reapresentado)
Operações continuadas					
Receitas líquidas de serviços e produtos	23			67.112.049	74.356.958
Custos dos serviços prestados e produtos vendidos	24			(56.788.593)	(59.305.239)
Lucro bruto				10.323.456	15.051.719
Receitas (despesas) operacionais					
Com vendas	24			(2.200.353)	(1.512.754)
Gerais e administrativas	24	(162.930)	(418.381)	(5.494.629)	(4.704.877)
Remuneração dos administradores		(27.684)	(106.709)	(66.671)	(149.644)
Impairment de ativos	25			526.930	(1.052.923)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	26	(121.942)	274.030	(4.249.887)	317.287
Resultado de participações societárias					
Resultado de equivalência patrimonial	14 (b)	(2.920.939)	(6.324.352)	(334.958)	(727.591)
Provisão para perdas em investimentos	14 (c)	(10.672.114)	(221.109)	(157.608)	(44.331)
Lucro (prejuízo) operacional		(13.905.609)	(6.796.521)	(1.653.720)	7.176.886
Resultado financeiro, líquido	27	(387.756)	(466.636)	(13.038.207)	(11.231.461)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(14.293.365)	(7.263.157)	(14.691.927)	(4.054.575)
Imposto de renda e contribuição social correntes			(5)	(1.022.412)	(1.420.709)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13		12.833	2.408.409	(521.986)
Prejuízo das operações continuadas		(14.293.365)	(7.250.329)	(13.305.930)	(5.997.270)
Resultado com operações descontinuadas					
Prejuízo dos ativos não circulantes mantidos para negociação	12 (c)			(3.557.118)	(142.542)
Prejuízo do exercício		(14.293.365)	(7.250.329)	(16.863.048)	(6.139.812)
Atribuível aos:					
Acionistas da Companhia - operações continuadas				(10.736.247)	(7.102.091)
Acionistas da Companhia - operações descontinuadas				(3.557.118)	(148.238)
Participação dos acionistas não controladores - operações continuadas				(2.569.683)	1.104.821
Participação dos acionistas não controladores - operações descontinuadas					5.696
Prejuízo básico por ação atribuível aos acionistas da Companhia no final do exercício - R\$		(14.293.365)	(7.250.329)	(16.863.048)	(6.139.812)
Operações continuadas e descontinuadas	22 (d)	(4,54)	(2,41)		

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.
11 de 126

Junta Comercial do Estado da Bahia

03/02/2021

Certifico o Registro sob o nº 98010636 em 26/10/2020

Protocolo 203237889 de 23/10/2020

Nome da empresa NOVONOR S.A - EM RECUPERACAO JUDICIAL NIRE 29300025593

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 135119762639420

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 03/02/2021

por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral



http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=ASVYQ4KESSQ_ke3CotYeg&chave2=BT-06acCPmpeIH2nmcFRg
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 27100678897-MARCEL ANDRE CARILHO JARDIM

Odebrecht S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

Notas	Controladora		Consolidado	
	2019	2018 (Reapresentado)	2019	2018 (Reapresentado)
Prejuízo líquido do exercício	(14.293.365)	(7.250.329)	(16.863.048)	(6.139.812)
Outros resultados abrangentes				
Itens a serem posteriormente reclassificados para o resultado				
Valor justo do hedge de fluxo de caixa e exportação líquido de imposto de renda e contribuição social	22 (b)	(223.079)	(223.079)	(797.923)
Hedge de investimento líquido de controladas no exterior	22 (b)	14.520	14.520	(204.446)
Ajuste de conversão de moeda estrangeira	22 (b)	(164.320)	(164.320)	2.404.809
Efeito reflexo de correção monetária de investidas no exterior	22 (b)	(78.457)	(78.457)	958.847
Realização da indexação adicional do imobilizado em investidas	22 (b)	(41.101)	(41.101)	(10.773)
Outros ajustes de avaliação patrimonial	22 (b)	210.550	210.550	(910.837)
Total do resultado abrangente do exercício		<u>(14.575.252)</u>	<u>(17.144.935)</u>	<u>(4.700.135)</u>
Atribuível aos:				
Acionistas da Companhia - operações continuadas			(11.018.134)	(5.662.414)
Acionistas da Companhia - operações descontinuadas			(3.557.118)	(148.238)
Participação dos acionistas não controladores - operações continuadas			(2.569.683)	1.104.821
Participação dos acionistas não controladores - operações descontinuadas				5.696
			<u>(17.144.935)</u>	<u>(4.700.135)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.
12 de 126

Junta Comercial do Estado da Bahia

03/02/2021

Certifico o Registro sob o nº 98010636 em 26/10/2020

Protocolo 203237889 de 23/10/2020

Nome da empresa NOVONOR S.A - EM RECUPERACAO JUDICIAL NIRE 29300025593

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 135119762639420

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 03/02/2021

por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral



http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=ASAYQq4KEssQ_ke3CotYEg&chave2=BT-06acCPmpeIH2nmcFRg
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 27100678897-MARCEL ANDRE CARILHO JARDIM

Odebrecht S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Demonstração das mutações do patrimônio líquido e passivo a descoberto Em milhares de reais

		Atribuível aos acionistas		
	Notas	Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados
Em 31 de dezembro de 2017		2.942.948	(1.318.312)	(1.411.422)
Resultado abrangente do exercício:				
Prejuízo do exercício				(7.250.329)
Outros resultados abrangentes			1.439.677	(141.047)
Transações de capital com os sócios:				
Variação no percentual de participação em controladas				(105.306)
Outras movimentações de não controladores				(105.306)
Em 31 de dezembro de 2018 (Reapresentado)		2.942.948	121.365	(8.908.104)
Resultado abrangente do exercício:				
Prejuízo do exercício				(14.293.365)
Ajuste de avaliação patrimonial em controladas	22 (b)		(219.413)	(219.413)
Transações de capital com os sócios:				
Aumento do capital social	22 (a)	262.242		
Outros resultados abrangentes				
Efeito reflexo de controladas Ganho e perda de participação em controladas líquido				86.295
Efeito reflexo de controladas reclassificação de baixa parcial de CTA de investida no exterior de de anos anteriores			(56.274)	56.274
Efeito reflexo de controladas Distribuição de resultado - remuneração da DPL				(7.639)
Efeito reflexo de controladas Realização de indexação do ativo imobilizado e custo atribuído, líquido de impostos			(6.200)	6.200
Outros efeitos reflexos de controladas				451
Outras movimentações de não controladores				
Em 31 de dezembro de 2019		3.205.190	(160.522)	(23.059.888)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.
13 de 126

Junta Comercial do Estado da Bahia

03/02/2021

Certifico o Registro sob o nº 98010636 em 26/10/2020

Protocolo 203237889 de 23/10/2020

Nome da empresa NOVONOR S.A - EM RECUPERACAO JUDICIAL NIRE 29300025593

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 135119762639420

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 03/02/2021

por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral



Odebrecht S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

Notas	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
		(Reapresentado)		(Reapresentado)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social do resultado com operações continuadas	(14.293.365)	(7.263.157)	(14.691.927)	(4.054.575)
Ajustes:				
Participações societárias				
Resultado de equivalência patrimonial	14 (a (I))	2.920.939	334.958	727.591
Provisão para perda em investimentos	14 (a (II))	10.672.114	157.608	44.331
Operações descontinuadas			(1.714.549)	
Variação nas receitas de contratos de construção			(1.469.196)	(1.422.935)
Depreciação e amortização	15 e 16	1.204	6.646.149	5.497.386
Resultado na alienação de investimentos/ imobilizado			2.040.164	171.590
Lucro de operações descontinuadas			1.766.559	(25.060)
Juros e variações monetárias e cambiais, líquidas		481.336	9.653.239	11.378.878
Ajuste a valor presente		(10.743)	1.812.575	363.746
Impairment de ativos	15		(731.927)	1.052.923
Acordo de leniência		35.843	409.877	
Provisão para indenizações - Alagoas	1.2 (d)		3.383.067	
Provisão para perdas e baixas de ativos de longa duração			1.277.406	
Outros		(84.219)	(2.098.295)	(439.849)
		(312.734)	6.775.708	13.294.026
Variação nos ativos e passivos:				
Aplicação financeira			800.336	78.007
Contas a receber de clientes			2.161.403	3.614.679
Estoques			853.485	(1.472.528)
Tributos a recuperar		790	1.121.893	1.396.506
Despesas pagas antecipadamente		(60.934)	123.190	(86.381)
Depósitos judiciais - Alagoas			(3.680.460)	
Outros ativos/passivos		887.718	207.916	(318.910)
Fornecedores e subempreiteiros		(5.893)	631.026	636.169
Adiantamentos recebidos de clientes			(96.230)	(301.908)
Impostos, taxas, salários e contribuições sociais		(38.139)	(1.453.725)	(1.785.662)
Ativos e passivos mantidos para venda			1.515.043	4.994
Acordo de leniência			(341.606)	(330.006)
Caixa proveniente das operações		470.808	(811.520)	8.617.979
Juros pagos - atividades operacionais			(85.879)	
Juros pagos - financiamentos	17 (d)	(566)	(2.828.515)	(3.527.784)
Juros pagos - debêntures	18 (c)		(47.421)	(395.466)
Juros pagos - arrendamentos			(160.775)	
Juros recebidos - atividades operacionais			21.794	
Juros recebidos - debêntures				6.707
Dividendos e JCP recebidos		33.207	133.428	162.937
Imposto de renda e contribuição social pagos			(426.063)	(954.965)
Ativos não circulantes mantidos para venda			(4.035)	(346.391)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		470.242	(779.199)	5.220.513
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Adições ao investimento		(856)	44.753	(103.114)
Redução de investimentos/ ativos mantidos para venda		17.404	1.706.192	(271.460)
Recursos recebidos na venda de investimentos			(2.626)	
Recebimento pela venda de imobilizado			12.654	146.188
Aquisições ao imobilizado	15 e 16		(10)	(3.481.889)
Aquisições ao intangível	15 e 16		(6)	(254.567)
Gastos com formação de ativo biológico			(497.601)	(485.329)
Efeito da incorporação (descontinuação) do caixa de controladas		107.722		8
Debêntures a Receber				
Emissão				(2.163.746)
Resgate - principal				91.049
Aplicações financeiras			(81.550)	746.640
Adiantamento para futuro aumento de capital		(133.293)	(304.678)	(53.158)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(116.745)	(152.219)	(2.755.659)
				(9.110.609)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.
14 de 126

Junta Comercial do Estado da Bahia

Certifico o Registro sob o nº 98010636 em 26/10/2020

Protocolo 203237889 de 23/10/2020

Nome da empresa NOVONOR S.A - EM RECUPERACAO JUDICIAL NIRE 29300025593

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 135119762639420

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 03/02/2021

por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral



03/02/2021



http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=ASAY0q4KESSQ_ke3CotYeg&chave2=BT_06acCCpMpeIH2hmcFRg
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 27100678897-MARCEL ANDRE CARILHO JARDIM

Odebrecht S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

(continuação)

	Notas	2019	2018 (Reapresentado)	2019	2018 (Reapresentado)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos					
Recursos (liberados) e recebidos para partes relacionadas		(305)	225.835	(1.069.870)	(610.033)
Dívida de curto e longo prazos, líquida					
Captações	17 (d)	6.895		25.076.712	5.155.118
Pagamentos - principal	17 (d)	(3.277)	(28.126)	(24.932.223)	(11.052.605)
Debêntures					
Captação	18 (c)	264.912	618.916		5.415.228
Amortização	18 (c)	(4.146)	(3.517)	(118.432)	(499.503)
Arrendamento mercantil					
Captação				74.148	
Pagamentos - principal		(6.317)		(970.359)	
Dividendos pagos				(421.871)	(852.249)
Redução de capital				358	(2.400)
Aumento de capital				7.380	240.865
Ativos não circulantes mantidos para venda				(5.699)	(2.636)
Adiantamento para futuro aumento de capital				2.112	3.229.347
Outros				570.799	(111.196)
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades de financiamentos		257.762	813.108	(1.786.945)	909.936
Efeito de variação da taxa de câmbio no caixa e equivalentes de caixa				158.293	(480.778)
Caixa e equivalentes de caixa de controladas incluídas e excluídas da consolidação, líquidos				11	(350.411)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquido		611.259	(118.310)	836.213	642.162
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		6.632	124.942	8.684.752	8.042.590
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		617.891	6.632	9.520.965	8.684.752

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.
15 de 126

Junta Comercial do Estado da Bahia

03/02/2021

Certifico o Registro sob o nº 98010636 em 26/10/2020

Protocolo 203237889 de 23/10/2020

Nome da empresa NOVONOR S.A - EM RECUPERACAO JUDICIAL NIRE 29300025593

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 135119762639420

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 03/02/2021

por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral



http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=ASAYQ4KESSQ_ke3CotYEg&chave2=BT-06acCPmpeIH2nmcFRg
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 27100678897-MARCEL ANDRE CARILHO JARDIM

Odebrecht S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=ASAYQ4KESSQ_ke3CotYeg&chave2=BT-06acCCpMpeIH2hmcFRg
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 27100678897-MARCEL ANDRE CARILHO JARDIM

1 Contexto operacional

A Odebrecht S.A. – Em Recuperação Judicial (“ODB” ou “Companhia”), possui sede em Salvador, Bahia, e é controlada pela ODBINV S.A. – Em Recuperação Judicial (“ODBINV”). Tem como objeto social participar em outras sociedades que explorem, dentre outros, os negócios de engenharia, construção em todos os seus ramos e especialidades, desenvolvimento urbano, infraestrutura de transporte, indústria naval e participações e investimentos no segmento de defesa, empreendimentos imobiliários, serviços integrados para a indústria de óleo e gás, concessão de obras e serviços públicos, geração e comercialização de energia elétrica, montagem industrial, automação, química e petroquímica, produção industrial de açúcar e etanol, bioenergia, dentre outros.

Suas controladas e coligadas desenvolvem atividades empresariais em diversos países da América do Sul, América Central, América do Norte, África, Ásia e Europa.

A razão social de todas as controladas, coligadas e controladas em conjunto da Companhia divulgadas nesta demonstração financeira está disponível na Nota 32.

(a) Recuperação judicial

Em 17 de junho de 2019, a Companhia, juntamente com sua controladora direta ODBINV e controladora indireta Kieppe Participações e Administração Ltda (“Kieppe”) e as controladas OSP Inv, OSP, Atvos Inv, OPISA, OPI, ODBIC, OFL, OE Inv, OE, OEPSA, OEB, OPE, EORJ, OP Inv, OPP, OP Centro, OP Gestão e Mectron, ajuizaram pedido de recuperação judicial perante a 1ª Vara de Falência e Recuperação Judicial da Comarca da Capital do Estado de São Paulo, nos termos da Lei nº 11.101/05 (“RJ”).

A Companhia e as demais empresas em RJ continuaram mantendo suas atividades, com acompanhamento por um administrador judicial nomeado pelo juízo da RJ.

Em 18 de junho de 2019, foi deferido o processamento da recuperação judicial, que teve como principais efeitos a suspensão de todas as ações e execuções em face das Recuperandas e o início do prazo legal para que a empresa apresente uma proposta de plano de recuperação.

O Juízo da RJ nomeou a Alvarez & Marsal Administração Judicial Ltda., para exercer a função de administrador judicial. Nos termos da Lei nº 11.101/05, cabe ao administrador judicial, dentre outras funções, fiscalizar a regularidade do processo de RJ, informar o juízo sobre a situação da empresa e o cumprimento dos prazos, assim como fornecer relatórios mensais com o acompanhamento financeiro, enquanto perdurar a RJ. A Companhia, suas controladoras e controladas apresentam mensalmente ao administrador judicial, as Demonstrações Financeiras, Posição analítica do ativo imobilizado, Acompanhamento orçamentário, Fluxo de caixa, dentre outros relatórios, com a finalidade de subsidiar a elaboração de tais relatórios de acompanhamento financeiro apresentados em Juízo pelo administrador judicial.

Em 26 de agosto de 2019, a Companhia em cumprimento ao prazo legal, juntamente com suas controladoras apresentaram a versão preliminar do plano de recuperação judicial, assim como do laudo econômico-financeiro e de avaliação de bens e ativos.

A primeira Assembleia Geral de Credores (“AGC”) das Recuperandas foi convocada para 4 de dezembro de 2019. O quórum de instalação foi apurado de forma individual em relação a cada uma das Recuperandas, de forma que, nesta primeira convocação, não foram instaladas as AGCs de algumas Recuperandas, e as que foram acabaram por ser suspensas.

Em 10 de dezembro de 2019, houve instalação das AGCs das Recuperandas que ainda não haviam sido instaladas, e todas as AGCs foram novamente suspensas. Nesta mesma data, os credores da Atvos Inv deliberaram pela rejeição da consolidação substancial em relação a essa sociedade.

16 de 126

Junta Comercial do Estado da Bahia

03/02/2021

Certifico o Registro sob o nº 98010636 em 26/10/2020

Protocolo 203237889 de 23/10/2020

Nome da empresa NOVONOR S.A - EM RECUPERACAO JUDICIAL NIRE 29300025593

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 135119762639420

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 03/02/2021

por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral



Odebrecht S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=ASAY0Q4KESSQ_ke3C0tYeg&chave2=BT-06aCCpMpeIH2nWmcFRg
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 27100678897-MARCEL ANDRE CARILHO JARDIM

Em 12 de dezembro de 2019, os credores titulares de 100% dos créditos presentes na AGC da Atvos Inv, excluídas as abstenções, aprovaram a proposta de desistência da recuperação judicial apresentada pela Atvos Inv.

Em 31 de janeiro de 2020, o juízo da recuperação judicial homologou a desistência da Atvos Inv, diante da aprovação regular pelos seus credores.

Houve mais algumas suspensões de AGCs para continuidade das negociações em torno dos planos dos planos de recuperação judicial.

Em 22 de abril de 2020, a AGC de todas as Recuperandas foi retomada. Para as controladas indiretas OPP, OP Centro, OFL, OPE, OPI, Mectron, OEP e OEB, deliberou-se nova suspensão. Para as demais, deliberou-se a respeito da consolidação substancial, com o resultado de que os credores da Companhia, das controladoras Kieppe e ODBINV e controladas diretas EORJ, OP Inv e OE Inv deliberaram pela consolidação substancial, e os credores das controladas diretas OSPINV, OPISA, OP Gestão e ODBIC e controladas indiretas OE e OSP deliberaram pela não consolidação substancial. Na sequência, o plano de recuperação judicial consolidado foi aprovado com quórum superior a 80% na Classe 3 e de 100% nas demais classes e os planos de recuperação individual de cada Recuperanda não consolidada foram aprovados por 100% dos respectivos credores presentes na AGC.

Em 27 de julho de 2020 foi homologado, pelo Juiz da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo o Plano de Recuperação Judicial da Companhia, de suas controladoras Kieppe e ODBINV e da maioria de suas empresas controladas não operacionais (Nota 31).

(b) Acordo de leniência

Em dezembro de 2016, a Companhia, na qualidade de controladora das empresas pertencentes ao seu grupo econômico, firmou o Acordo de Leniência ("Acordo") com o Ministério Público Federal ("MPF") e com as autoridades dos EUA e Suíça ("Acordo Global"), responsabilizando-se por todos os atos ilícitos que integram o objeto do Acordo, praticados em benefício dessas empresas, com exceção da controlada indireta Braskem, que firmou acordo próprio, comprometendo-se a pagar integralmente, diretamente, ou, a seu critério, por intermédio de empresa do seu grupo econômico o valor global equivalente a R\$ 3.828 milhões, em 23 anos (Nota 20).

(c) Performance operacional

Em relação a performance operacional a Companhia encerrou o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 com prejuízo de R\$ 14.293.365 (31 de dezembro de 2018 - R\$ 7.250.329) na controladora e R\$ 16.863.048 (31 de dezembro de 2018 - R\$ 6.139.812) no consolidado. O resultado do exercício reflete, além de efeitos financeiros na Companhia e suas controladas, também os impactos da desaceleração do setor de construção civil atingindo de maneira direta as controladas OEC e OR, impairment de ativos de controladas no Brasil e no exterior, encerramento de contratos na área de Oléo&Gás, o efeito de provisões para indenizações de danos ambientais ocorridos nas operações de Alagoas da controlada Braskem e as provisões para perdas no Contas a Receber reconhecida na controlada OEC junto a entidades do Estado Venezuelano em decorrência da notificação de cancelamento unilateral dos contratos e ajuste a valor presente em contratos com partes relacionadas (Biocom).

Adicionalmente, ao final do exercício de 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresentou excesso de passivo circulante em relação ao ativo circulante no montante de R\$ 5.236.494 na controladora (31 de dezembro de 2018 - R\$ 466.434) e R\$ 31.753.663 (31 de dezembro de 2018 - R\$ 9.451.401) no consolidado, substancialmente em virtude de:

Odebrecht S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=ASAYQ4KESQ_ke3CotYEg&chave2=BT-06aCCpMpeIH2nmcFRg
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 27100678897-MARCEL ANDRE CARILHO JARDIM

- Em atendimento ao “CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis”, foi efetuada a reclassificação para o passivo circulante dos contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures que previam a entrada em Recuperação judicial, como evento de antecipação dos prazos das dívidas (covenants), da Companhia no montante de R\$ 2.213.883 e das controladas, Atvos Inv, OSP Inv, OFL e OEB nos montantes de R\$ 9.219.741, R\$ 8.777.512, R\$ 4.819.257 e R\$ 4.243.523 (Nota 17), respectivamente;
- Registro na controlada indireta Braskem de provisão para indenizações de danos ambientais causados em suas operações no Estado de Alagoas no montante de R\$ 1.450.476 no passivo circulante (Nota 21);
- Controlada OTP no montante de R\$ 1.857.183 em virtude, substancialmente do saldo de financiamento da CRO. Diante da interrupção das negociações para a contratação do empréstimo de longo prazo nas condições planejadas inicialmente, a CRO busca atualmente alternativas para a reestruturação de sua dívida por meio da rescisão contratual, devolução mediante nova licitação ou da troca de controle acionário; e
- A OEC registrou provisão para perdas no Contas a Receber no montante de R\$ 1.452.094, em decorrência da notificação de cancelamento unilateral dos contratos junto a entidades do Estado Venezuelano (Nota 1.2 (b)).

A administração da Companhia, em decorrência dos Acordos de Leniência firmados e de seus reflexos, adotou uma estratégia com foco em liquidez e na estabilização do Grupo, visando o fortalecimento da estrutura de capital do seu portfólio buscando: (i) a reestruturação financeira de alguns negócios; (ii) programa de desmobilização de ativos; e (iii) renegociação das dívidas no âmbito da Recuperação Judicial.

(i) Programa de desmobilização de ativos:

A recuperação judicial da Companhia e de determinadas investidas não implica na paralisação do programa de desmobilização de ativos. No âmbito dos Negócios que não se encontram em recuperação judicial, há iniciativas que também envolvem alienação de ativos, sempre com foco na geração de liquidez e na seletividade do portfólio de investimentos a serem mantidos durante o ano de 2019, o grupo concluiu a venda da EGH, do Edifício Odebrecht São Paulo (de propriedade da controlada Abiatar), CRB e Supervia.

A autorização para emissão dessas demonstrações financeiras consolidadas foi concedida pela Diretoria Executiva em 31 de julho de 2020.

Odebrecht S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=ASAYQ4KESQ_KE3COTYE&chave2=BT-06aCCpMpeIH2nmcFRg
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 27100678897-MARCEL ANDRE CARILHO JARDIM

1.1 Segmentos de atuação da Companhia

Essas informações têm por objetivo, apresentar os aspectos relacionados às operações relevantes por segmento de negócios.

Segmento	Principais empresas	Principal objeto social
Engenharia e Construção	OEC e controladas	Participação em outras sociedades, o planejamento e a execução de projetos e obras de engenharia em todos os seus ramos e especialidades sob regime de empreitada, administração ou outros admitidos; instalações técnicas de engenharia civil, montagens industriais, consultoria, planejamento, assessoria e estudos técnicos, prestação de serviços administrativos ou técnicos e a prática de outras atividades econômicas conexas, inclusive as de importação e exportação, locação e compra e venda de equipamentos e transportes. Países de atuação: Brasil, Angola, Panamá, República Dominicana, Peru, Venezuela, Equador, Colômbia, México, Argentina, Portugal, Estados Unidos da América e Moçambique
Imobiliário	OR e controladas	Realização de empreendimentos imobiliários, urbanos e rurais, incluindo a elaboração de projetos, as respectivas divulgações publicitárias, as operações de comercialização de unidades residenciais e/ou comerciais e a execução dos necessários serviços e obras de construção civil; a exploração no Brasil, direta ou indireta, de concessões de obras de serviços públicos de infraestrutura, incluindo, mas não se limitando a rodovias, pontes e outras atividades na área de infraestrutura; e a participação no capital social de outras sociedades. País de atuação: Brasil
Indústria	Braskem e controladas	Fabricação, comércio, importação e exportação de produtos químicos, petroquímicos, combustíveis, a produção, distribuição e comercialização de utilidades tais como, vapor, água, ar comprimido, gases industriais, assim como a prestação de serviços industriais e a produção, distribuição e comercialização de energia elétrica para seu consumo próprio e de outras empresas, além da participação em outras sociedades como sócia ou acionista. Países de atuação: Brasil, Estados Unidos, México e Alemanha
	Atvos Inv e controladas	Atuação no segmento de álcool, açúcar e amido. Atua como holding de investimentos para participação em empresas que atuam no setor sucroalcooleiro e de bioenergia, a partir da cana-de-açúcar e biomassa, respectivamente. Suas controladas indiretas operacionais têm por objetivo o cultivo e a industrialização de cana-de-açúcar e mandioca, comercialização, importação e exportação de etanol e açúcar, além do fornecimento de biomassa para a cogeração de energia elétrica. País de atuação: Brasil

Odebrecht S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=ASAYQ4KESSQ_KE3COTYE&chave2=BT-06ACCpMpeIH2nmcFRg
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 27100678897- MARCEL ANDRE CARILHO JARDIM

Investimentos em infraestrutura e energia	OPISA e controladas	Exploração, no Brasil ou no exterior, direta ou indireta, dos negócios de concessões de obras e serviços públicos no âmbito das rodovias, ferrovias, portos, aeroportos, energia, saneamento básico, tratamento e abastecimento de água, esgotamento sanitário, arenas multiuso, além de outras atividades relacionadas à infraestrutura, serviços públicos, meio ambiente e entretenimento; a prestação de serviços de assessoria técnica relacionados aos negócios mencionados anteriormente; o exercício de atividades conexas ou relacionadas, direta ou indiretamente, com o objeto social, inclusive importação e exportação; a participação no capital social de outras sociedades empresariais, personificadas ou não, na qualidade de sócia ou acionista e a intermediação e comercialização das propriedades de mídia desses negócios mencionados anteriormente. Países de atuação: Brasil, Peru, Colômbia, México, Áustria, Angola, Espanha, Luxemburgo, Venezuela, Panamá e África do Sul
	Ocyan e controladas	Prestação de serviços integrados para a indústria de Óleo e Gás upstream, tanto na fase de construção dos ativos e investimentos, quanto nas operações, nos segmentos de afretamento e operação de unidades de perfuração offshore, subsea, unidades flutuantes de produção, armazenamento e transferência de óleo (FPSO), além de serviços de instalação, manutenção e serviços complementares para produção de petróleo no Brasil. Países de atuação: Brasil, Ilhas Cayman, Holanda e Áustria
	OTP e controladas	Participação em consórcios ou no capital de sociedades no Brasil e exterior, que se proponham a desenvolver projetos, investir ou operar ativos, incluindo rodovias, ferrovias, hidrovias, metrô, dutos, portos, aeroportos, infraestrutura urbana, mobiliário urbano, estacionamentos de veículos, meios de pagamentos, estações aduaneiras interior, portos secos e/ou centros logísticos industriais aduaneiros; operação de quaisquer desses ativos de infraestrutura, celebrando contratos de concessão de serviços públicos, projetos de parcerias público privadas ou empreendimentos privados, atuando na cobrança dos serviços prestados, implantação, estudos ambientais ou outros, operação e manutenção do empreendimento, concessão ou parceria, podendo prestar serviços de consultoria, gestão e/ou supervisão no âmbito de tais atividades; e a participação em consórcios ou certos tipos de atividades que explorem, direta ou indiretamente, quaisquer das atividades descritas anteriormente. País de atuação: Brasil
Outros investimentos	OPE e controladas	Planejamento e a execução de projetos e obras de construção civil e engenharia, em todos os seus ramos e especialidades, sob regime de empreitada, administração ou outros admitidos; planejamento e a execução de projetos e obras no ramo da indústria naval, nas suas atividades de construção, prestação de serviços, montagem, manutenção, conversão, reparo e modernização de embarcações, plataformas, gasodutos, oleodutos, dutos submarinos e outros meios flutuantes; e participar em outras sociedades e investimentos nos seguimentos de atuação.. País de atuação: Brasil

20 de 126

Junta Comercial do Estado da Bahia

03/02/2021

Certifico o Registro sob o nº 98010636 em 26/10/2020

Protocolo 203237889 de 23/10/2020

Nome da empresa NOVONOR S.A - EM RECUPERACAO JUDICIAL NIRE 29300025593

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 135119762639420

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 03/02/2021

por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral



Odebrecht S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=ASAYQ4KESQ_KE3COTYEg&chave2=BT-06ACCPMeIH2nmcFRg
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 27100678897-MARCEL ANDRE CARILHO JARDIM

ODT e controladas	Atuação na área de defesa, segurança e alta tecnologia e pode fornecer, produzir, comercializar, desenvolver, direta ou indiretamente, produtos e serviços de construção civil e engenharia destinados a tais indústrias, com exceção de armamentos leves, bem como participar, como acionista controlador ou não controlador, em outras sociedades que atuem nessas áreas. Países de atuação: Brasil
OE Inv e controladas	Participação no capital social de outras companhias ou sociedades empresárias, personificadas ou não, na qualidade de sócia ou acionista, que explorem negócios de geração e comercialização de energia elétrica; a atuação como holding; o desenvolvimento de todas as atividades e a prestação de todos os serviços associados ou necessários à atuação no setor de energia elétrica, em todas as formas e modalidades, do Brasil e/ou de outros países; e o exercício de atividades conexas ou relacionadas, direta ou indiretamente, com o objeto social, no Brasil e em outros países. País de atuação: Brasil
OP Inv e controladas	Exploração e participação societária em negócios de concessões de obras e serviços públicos como arenas multiuso, estádios, ginásios, universidades, portos, parques olímpicos, centros administrativos, escolas, hospitais e outros, além de prestações de serviços relacionadas às atividades correlatas, e participação no capital social de outras empresas, personificadas ou não, na qualidade de sócia acionista. País de atuação: Brasil

1.2 Principais movimentações societárias e assuntos relevantes em 2019

Essas informações têm por objetivo, apresentar aos usuários das demonstrações financeiras, aspectos relacionados às operações relevantes por segmento de negócios e os principais eventos societários ocorridos no exercício.

(a) Companhia

Em 17 de setembro de 2019, a Companhia e a BR Ambiental Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia (“BRFIP”) assinaram Instrumento Particular de Transação, Adequação de Contratos, Encerramento de Disputas e Outras avenças, no qual a BRFIP se compromete a efetuar o pagamento do saldo remanescente pela venda que ocorreu em 17 de outubro de 2016 da OA Par Saneamento para a BRFIP, no montante de R\$ 169.684, o pagamento ocorreu em 8 de outubro de 2019.

(b) Segmento de engenharia e construção

OEC

Em 11 de setembro de 2019, em função da criticidade econômica e da instabilidade do ambiente político na Venezuela, diversas empresas do setor de engenharia e construção, dentre elas a OEC, foram notificadas a respeito da rescisão unilateral da maioria dos contratos que mantinham com entidades do Estado Venezuelano. O procedimento adotado pelo Estado Venezuelano desconsiderou diversas questões jurídicas relevantes, que permitem a OEC a buscar a defesa dos seus interesses perante as instituições responsáveis.

Odebrecht S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=ASAYQ4KESSQ_ke3CotYeg&chave2=BT-06aCCpMpeIH2nWncfRg
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 27100678897-MARCEL ANDRE CARRILHO JARDIM

De todo modo, a OEC provisionou 100% sobre os ativos da Venezuela, conforme detalhado abaixo:

	R\$ Mil
Ativo circulante	
Contas a receber de clientes	(1.452.094)
Adiantamentos a fornecedores, subempreiteiros e outros	(31.167)
Estoques	(45.702)
Demais contas a receber de curto prazo	(41.909)
Ativo não circulante	
Demais contas a receber de longo prazo	(6)
Imobilizado	(10.794)
Total de Ativos	(1.581.672)

O Contas a receber de clientes encontra-se líquido dos adiantamentos recebidos por contrato.

As referidas provisões foram reconhecidas no resultado da OEC, no montante total de R\$1.581.672 como operações descontinuadas (Nota 12 (c)).

(c) Segmento imobiliário

Em 21 de maio de 2019 a controlada Abiatar concluiu as negociações de venda do EOSP, reduzindo o endividamento do Grupo em R\$ 500 milhões. A negociação garante que permanecerão no edifício, exatamente nos mesmos espaços atualmente ocupados, os Negócios e as empresas auxiliares do Grupo Odebrecht que ocupam o prédio.

(d) Segmento de indústria

(i) Ativos Inv e controladas

Em 29 de maio de 2019, as controladas indiretas, Atvos Agro, Atvos Agro Par, Agro Santa Luzia, Brenco, Destilaria Alcídia, Pontal Agro, Rio Claro, Usina Eldorado e Usina Conquista do Pontal, apresentaram em conjunto Pedido de Recuperação Judicial na 1ª Vara de Falência e Recuperação Judicial da Comarca da Capital de São Paulo, com fundamento na Lei nº 11.101/2005 ("LRF"), com a finalidade de preservar a continuidade das operações, garantir o equilíbrio financeiro e, principalmente, reforçar o compromisso das controladas indiretas com os mais de 10 mil integrantes, suas famílias, comunidades, parceiros, fornecedores e clientes com quem suas controladas atuam conjuntamente.

Em 7 de junho de 2019, o pedido foi deferido. A decisão judicial que deferiu o processamento da Recuperação Judicial, dentre outras providências, determinou:

(i) Nomeação da consultoria Alvarez & Marsal para atuar como Administradora Judicial no Processo de Recuperação Judicial, nos termos do art. 52, I, da LRF;

(ii) Suspensão de todas as ações e execuções atualmente em curso contra o Grupo Atvos e o Grupo Odebrecht, pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da publicação da decisão que deferiu o processamento da Recuperação Judicial, nos termos do artigo 6º da LRF;

(iii) Expedição de edital, nos termos do artigo 52, § 1º da LRF, com prazo de 30 (trinta) dias para apresentação de habilitações e/ou divergências de créditos no âmbito do Processo de Recuperação Judicial; e

(iv) Apresentação do plano de recuperação judicial do Grupo Atvos no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da publicação da decisão que deferiu o processamento da Recuperação Judicial, nos termos do artigo 53 da LRF.

22 de 126

Junta Comercial do Estado da Bahia

03/02/2021

Certifico o Registro sob o nº 98010636 em 26/10/2020

Protocolo 203237889 de 23/10/2020

Nome da empresa NOVONOR S.A - EM RECUPERACAO JUDICIAL NIRE 29300025593

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 135119762639420

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 03/02/2021

por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral



Odebrecht S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=ASAY0Q4KESSQ_ke3CotYEg&chave2=BT-06acCPmpeIH2nWmcFRg
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 27100678897-MARCEL ANDRE CARILHO JARDIM

Referido plano foi objeto de aprovação por Assembleia Geral de Credores em maio de 2020, restando apenas a respectiva homologação judicial que pode ocorrer no prazo de 60 dias.

(ii) Braskem

Conforme Fato Relevante divulgado em 15 de junho de 2018, a controlada indireta Braskem foi informada pela Companhia do início de tratativas exclusivas com a LyondellBasell, companhia aberta com sede em Roterdã, visando uma potencial transação envolvendo a transferência à LyondellBasell da totalidade da participação da Companhia no capital social da controlada indireta Braskem. Tais tratativas foram encerradas em 4 de junho de 2019, conforme Fato Relevante divulgado na mesma data.

Uma vez que a controlada indireta Braskem não conseguiu arquivar o Formulário 20-F para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 até a data concedida pela SEC, e como não é previsto na Seção 802.01E da Bolsa de Valores de Nova York ("NYSE") prorrogação adicional para arquivamento, a NYSE, em 13 de maio de 2019, suspendeu a negociação de American Depositary Shares e iniciou os procedimentos de deslistagem. A controlada indireta Braskem recorreu da decisão, cuja audiência foi agendada pela NYSE para o dia 17 de outubro de 2019. Em 21 de outubro de 2019, conforme fato relevante divulgado, a NYSE notificou a Braskem para informar que encerrou os procedimentos de suspensão de negociações divulgados em 13 de maio de 2019. Desde o dia 24 de outubro, as negociações das American Depositary Shares ("ADSs") da Braskem foram retomadas, e as ADSs da Braskem voltaram a ser negociadas na NYSE sob o código (ticker) "BAK", previamente utilizado pela Braskem.

Em 9 de outubro de 2019, o Waivers & Consent package foi aprovado pelo Intercreditor Agent em nome dos credores, estendendo as datas para concluir a Guaranteed Physical Completion Date pela controlada indireta Braskem Idesa, de 30 de novembro de 2016 para 30 de novembro de 2020 e a Guaranteed Financial Completion Date, de 31 de dezembro de 2016 para 31 de dezembro de 2020.

A aprovação do Waivers & Consent package permite à controlada indireta Braskem Idesa classificar novamente a dívida do project finance no passivo não circulante nas demonstrações financeiras anuais de 2019.

Em 31 de dezembro de 2019, a controlada indireta Braskem registrou provisão no montante de R\$ 3.383.067, sendo R\$ 1.450.476 no passivo circulante e R\$ 1.932.591 no passivo não circulante para fazer frente a um potencial acordo do processo relacionado a extração de Sal-gema em Alagoas (Nota 21).

(e) Segmento em investimentos em infraestrutura e energia

(i) OPISA

Em 25 de abril de 2019 foi concretizada pela controlada indireta OEP a venda da controlada indireta EGH por R\$ 1,4 Bilhões à empresa China Three Gorges Corporation ("CTG"). A venda se concretizou com a transferência para a CTG da participação acionária detida pela OEP na controlada indireta EGH, operadora de Chaglla. Parte dos recursos foram utilizados, principalmente, para liquidar o financiamento da OLF e parte foi mantido em fundos restritos. (Nota 12).

Em 31 de julho de 2019, a Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis de Angola, na qualidade de Concessionária Nacional, notificou a controlada indireta OOGA para informá-la da exclusão de sua participação no Consórcio responsável pela exploração do Bloco XVI, por descumprimento de suas obrigações no âmbito do Contrato de Partilha e Produção. Diante deste cenário, a controlada indireta OOGA reconheceu na mesma data a perda relacionada ao investimento no Bloco XVI no montante de R\$ 1.820 bilhão (Nota 12).

23 de 126

Junta Comercial do Estado da Bahia

03/02/2021

Certifico o Registro sob o nº 98010636 em 26/10/2020

Protocolo 203237889 de 23/10/2020

Nome da empresa NOVONOR S.A - EM RECUPERACAO JUDICIAL NIRE 29300025593

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 135119762639420

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 03/02/2021

por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral



Odebrecht S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=ASAY0q4KESSQ_ke3CotYEg&chave2=BT-06aCCpMpeIH2nwhcFRg
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 27100678897-MARCEL ANDRE CARILHO JARDIM

(ii) Ocyan

Em 27 de dezembro de 2019, a controlada indireta Delba Coop, adquirida em 9 de agosto de 2011 e sediada em Amsterdã (Holanda), foi liquidada. Esta empresa tinha como atividade principal o afretamento de uma unidade semissubmersível de perfuração em águas ultra profundas, denominada ODN Delba III, para a Petrobras por um período de sete anos, cujo contrato foi encerrado em agosto de 2019 e a referida unidade foi vendida em outubro de 2019.

Em 30 de dezembro de 2019, foi concluída a venda das participações acionárias indiretas nas seguintes empresas:

- Technip Odebrecht PLSV B.V. ("PLSV BV") – constituída em 9 de novembro de 2011 e sediada em Zoetermeer (Holanda). Sociedade controlada em conjunto com a Technip até 30 de dezembro de 2019, tinha como finalidade principal administrar as atividades de afretamento das unidades de PLSVs.
- OOG Pipe Laying B.V. ("OOG Pipe Laying") - constituída em 28 de novembro de 2012 e sediada em Amsterdã (Holanda), tinha por finalidade participar em investimentos no exterior no segmento de subsea, representado pela participação societária no capital social da PLSV CV.
- Technip Odebrecht PLSV C.V ("PLSV CV") - constituída em 14 de novembro de 2011 e sediada em Zoetermeer (Holanda). Sociedade controlada em conjunto com a Technip até 30 de dezembro de 2019, tinha como atividade principal o afretamento de 2 unidades de PLSVs, sob contrato com a Petrobras por um período de dez anos, a partir do início das operações. O PLSV Coral do Atlântico entrou em operação em 19 de outubro e o PLSV Estrela do Mar em 03 de dezembro de 2014, tendo concluído a execução dos contratos nas datas de 30 de outubro e 14 de dezembro de 2019, respectivamente.
- Dessa transação remanesceu contas a pagar à Technip FMC no valor de R\$ 103.790 (US\$ 25.750 mil), em 31 de dezembro de 2019, a ser pago em 5 parcelas anuais e primeiro vencimento em 30 de dezembro de 2020. Esse montante é apresentado na conta de outros passivos, sendo o valor de R\$ 20.153 no circulante e R\$ 83.637 no não circulante.

(iii) OTP

Em 28 de maio de 2019, a controlada indireta ODBR concluiu a alienação do controle acionário da sua controlada direta CRB para o fundo de investimento SCP 1355 Fundo SCP, pelo montante de R\$ 850.951. A transação foi concluída após satisfação das condições suspensivas previstas no Instrumento Particular de Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças, firmado em 29 de janeiro de 2019, que incluíram, dentre outros, a cessão pela OTP de todos os direitos e obrigações assumidos no âmbito da primeira emissão de debêntures da OTP, código ODTR11, para a CRB. Em contrapartida à cessão, foi realizada a quitação do "Instrumento Particular de Mútuo Subordinado e Outras Avenças" celebrado entre a OTP e a CRB. Nesta transação, foi alienado 85% do capital social da CRB e a ODBR permaneceu com 15% do capital social total e votante da CRB, por meio do Fundo OTP CRB.

Também em 28 de maio de 2019, foi concluída a alienação do controle indireto na Supervia para a Guarana Urban Mobility Incorporated ("GUMI"), nos termos do Share Purchase, Credit Assignment and Investment Agreement, assinado em 28 de fevereiro de 2019. Além de participação societária indireta na Supervia, foram alienados créditos de mútuo e garantias frente à Supervia, créditos de mútuos em face do VLT-RJ e recebíveis em face da VLT GO.

A alienação de controle da Supervia considerou um processo de reestruturação societária como parte das condições precedentes à alienação, que incluiu:

24 de 126

Junta Comercial do Estado da Bahia

03/02/2021

Certifico o Registro sob o nº 98010636 em 26/10/2020

Protocolo 203237889 de 23/10/2020

Nome da empresa NOVONOR S.A - EM RECUPERACAO JUDICIAL NIRE 29300025593

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 135119762639420

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 03/02/2021

por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral



Odebrecht S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=ASAYQq4KESSQ_ke3CotYEg&chave2=BT-06aCCpMpeIH2nwhcfrg
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 27100678897-MARCEL ANDRE CARILHO JARDIM

(i) a cisão parcial da OM com transferência dos ativos negociados para a Zania Participações S.A. ("Zania"), constituída com a finalidade de ser a nova holding da Supervia, e para a OTP SPV, constituída com o objetivo de deter a participação residual da OTP na Supervia; (ii) o aporte da OTP na Zania, mediante integralização dos créditos de mútuo detidos junto à Supervia e recebíveis em face do VLT-GO; e (iii) a aquisição pela OTP da participação indireta de 12,7% da Supervia, detida pela OOL, e a aquisição, mediante cessão de créditos, de garantias a receber da Supervia, detidos pela OECL, com posterior integralização na OTP SPV.

Após a reestruturação societária e cumprimento das demais condições precedentes, a OTP alienou a sua participação na Zania à GUMI, pelo montante de R\$ 142.048. Com esta aquisição, em conjunto à aquisição da participação de 27,2% na RTC detida pela Transportation Infrastructural Equity Fund Ltd. ("TIEF"), a GUMI passou a deter 75,88% de participação indireta na Supervia.

Em 3 de julho de 2019, foi ajuizada, perante a Justiça do Estado do Rio de Janeiro, ação de rescisão do Contrato de Concessão do VLT RJ, tendo como fundamento as diversas inadimplências contratuais do Poder Concedente, inclusive inadimplementos pecuniários superiores a 90 dias.

Em 9 de agosto de 2019, foi concluída a alienação da participação societária da OTP na controlada direta Liquiport, nos termos do Contrato de compra e venda assinado em 11 de março de 2019, pelo valor de R\$ 8.250.

Em 8 de novembro de 2019, a controlada em conjunto Move SP firmou Compromisso de Cessão e Outras Avenças, por meio do qual foram estabelecidas condições mínimas para a cessão do Contrato de Concessão para uma nova sociedade ("Nova Concessionária"), a ser constituída pela Acciona Construccion, S.A. ("Acciona"). A proposta recebida representa um resultado econômico maior para a OTP quando comparada com a alternativa de recebimento de indenização decorrente da caducidade do Contrato.

(iv) Outros investimentos

(i) OPE

Em 31 de janeiro de 2019, foram assinados os documentos para o fechamento da operação entre a Kawasaki e controlada indireta Enseada Participações, cujo acordo firmado havia sido assinado em 8 de dezembro de 2017, mas estava sujeito ao cumprimento de certa condição precedente. Por meio deste acordo, a acionista Kawasaki se retirou da sociedade da controlada indireta Enseada, dando quitação à controlada indireta Enseada das dívidas existentes entre as mesmas e relacionadas a parte do Contrato Technology Transfer, Software License, Technical Assistance and Training Agreement ("TTA"), no valor de R\$ 23.148 e integralidade do saldo decorrente do contrato de mútuo no valor de R\$ 42.737.

Em 4 de outubro de 2019, a controlada direta Enseada Participações juntamente com a controlada indireta Enseada protocolou pedido de recuperação judicial perante a Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, nos termos da Lei nº 11.101/05, conforme aprovado pelos acionistas controladores. O juízo da RJ nomeou a Laspro Consultores Ltda para exercer a função de AJ e deferiu o pedido de recuperação judicial em 9 de outubro de 2019.

(ii) OP Inv e controladas

• Complexo Maracanã

Em 18 de março de 2019, o Estado do Rio de Janeiro proferiu decisão, publicada no Diário Oficial de 19 de março de 2019, por meio da qual decretou a caducidade da concessão administrativa materializada no Contrato de Parceria Público-Privada nº 27/2013, celebrado em 4 de junho de 2013 ("Contrato de PPP"). O Contrato de PPP versava sobre os serviços de gestão, operação e manutenção do Estádio do Maracanã e do Maracanãzinho, que seriam desenvolvidos pela OP Inv, pelo prazo contratual de 35 anos. No que tange à qualificação jurídica empregada pelo Estado do Rio de Janeiro à extinção do Contrato de PPP, a administração do Complexo Maracanã esclarece que a referida decisão administrativa não é definitiva e a questão será resolvida ao término do Procedimento Arbitragem instaurado em face do Poder Concedente.

25 de 126

Junta Comercial do Estado da Bahia

03/02/2021

Certifico o Registro sob o nº 98010636 em 26/10/2020

Protocolo 203237889 de 23/10/2020

Nome da empresa NOVONOR S.A - EM RECUPERACAO JUDICIAL NIRE 29300025593

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>
Chancela 135119762639420

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 03/02/2021

por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral



Odebrecht S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=ASAY0q4KESSQ_ke3CotYEg&chave2=BT-06aCCpMpeIH2hmcFRg
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 27100678897-MARCEL ANDRE CARILHO JARDIM

Em 16 de abril de 2019, a Companhia e o Estado do Rio de Janeiro assinaram termo de entrega do Complexo Maracanã, sem prejuízo do processo arbitral em curso. A partir de 18 de abril de 2019, a manutenção e operação do Complexo Maracanã passou a ser de inteira responsabilidade do Estado do Rio de Janeiro.

A controlada indireta Complexo Maracanã continua ativa e mantém a gestão dos seus ativos e passivos, entre eles contas a receber de clientes, créditos tributários, passivos financeiros, tributários e contingentes.

- **Arena Pernambuco**

Em 14 de agosto de 2015, a controlada indireta Arena Pernambuco tomou conhecimento das investigações da polícia federal denominada "Operação Fair Play", ainda em curso, cujo objeto investigatório diz respeito a supostas irregularidades ocorridas na Parceria Público Privada ("PPP"). A Arena Pernambuco entende que tal denúncia e seus desdobramentos não têm impacto sobre suas demonstrações financeiras ora auditadas.

Em 6 de junho de 2016, foi celebrado acordo consensual para rescisão do Contrato de Concessão Administrativa ("Contrato"), por meio do documento intitulado de "Instrumento Particular de Rescisão Consensual de Contrato de Concessão Administrativa" ("Instrumento").

Com a assinatura do Instrumento, a controlada indireta Arena Pernambuco entregou os bens reversíveis ao Poder Concedente. A partir da assinatura do Instrumento, a controlada indireta Arena Pernambuco ficou exonerada das obrigações previstas no Contrato de Concessão, em especial no que tange à operação, manutenção e conservação do empreendimento, com exceção das obrigações que, por força de lei, deverão permanecer sob sua responsabilidade, pelo prazo legal (como por exemplo, a responsabilidade civil pela construção e solidez da obra), e do dever de prestar informações e demonstrativos, relativos ao período de execução do Contrato.

Em dezembro de 2019, no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco ("TC/PE"), foi determinada a suspensão cautelar dos pagamentos previstos no Instrumento, que eram destinados aos custos da Arena Pernambuco e à amortização do financiamento contraído junto ao Banco do Nordeste do Brasil ("BNB"). A controlada indireta Arena Pernambuco apresentou defesa no bojo dessa cautelar, a qual segue pendente de julgamento pela 2ª Câmara do TC/PE.

- **CENTRAD**

Em 25 de maio de 2017, a controlada em conjunto indireta CENTRAD ingressou com requerimento de instauração de arbitragem perante o Centro de Arbitragem e Medição da Câmara de Comércio Brasil-Canadá (CAM-CCBC).

A arbitragem, forma de solução de controversas prevista no Contrato de Concessão, tem como finalidade principal a busca de solução para as questões pendentes acima expostas, inclusive com o aditamento e reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão a favor da controlada em conjunto indireta CENTRAD e com vistas à plena continuidade da execução contratual.

O Procedimento Arbitral foi autuado sob o nº 55/2017/SEC3, tendo o Governo do Distrito Federal ("GDF") obtido, no dia 30 de junho de 2017, decisão liminar no âmbito da tutela cautelar antecedente de nº 0706531-45.2017.8.07.0018, que suspendeu a eficácia da cláusula compromissória do referido Contrato de Concessão, tendo a arbitragem sido extinta pelo CAM-CCBC ("Decisão Liminar").

Em 20 de julho de 2017 a controlada em conjunto indireta CENTRAD e GDF suspenderam a tramitação de todas as frentes de contencioso existentes e instauraram um ambiente de negociação para as questões pendentes envolvendo o Contrato de Concessão, a qual vigeu até o mês de junho de 2018. Participaram da mesa de negociação entre a controlada em conjunto indireta CENTRAD e GDF: Ministério Público de Contas do Distrito Federal, Controladoria Geral do Distrito Federal, Procuradoria Geral do Distrito Federal e o Ministério Público do Distrito Federal.

26 de 126

Junta Comercial do Estado da Bahia

03/02/2021



Certifico o Registro sob o nº 98010636 em 26/10/2020

Protocolo 203237889 de 23/10/2020

Nome da empresa NOVONOR S.A - EM RECUPERACAO JUDICIAL NIRE 29300025593

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>
Chancela 135119762639420

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 03/02/2021

por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral

Odebrecht S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=ASAYQ4KESSQ_ke3CotYEg&chave2=BT-06aCCpMpeIH2hmcFRg
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 27100678897-MARCEL ANDRE CARILHO JARDIM

A fim de viabilizar a instauração de procedimento arbitral contra o GDF, a controlada em conjunto indireta CENTRAD apresentou, em 18 de julho de 2018, recurso de agravo de instrumento contra a Decisão Liminar, o qual foi distribuído no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios ("TJDFT"), registrado sob o nº 0711026-55.2018.8.07.0000, recurso esse que foi julgado improcedente pelo TJDFT, conforme decisão publicada no dia 28 de fevereiro de 2020, sendo que a controlada em conjunto indireta CENTRAD já apresentou, no dia 6 de março de 2020, novo recurso contra essa decisão para viabilizar a discussão e reversão da Decisão Liminar no Superior Tribunal de Justiça.

Por fim, em meio a todos esses procedimentos e impasses descritos acima, controlada em conjunto indireta CENTRAD e o GDF discutem a conveniência de que o empreendimento, com a primeira fase do projeto concluído desde 2014, fosse ocupado pelo GDF. Tal ocupação não representaria qualquer modalidade de extinção do Contrato, que segue com seu objeto possível e hígido, mas, apenas e tão somente, uma providência que busca propiciar ao GDF condições para sua futura ocupação, sendo que a controlada em conjunto indireta CENTRAD seguirá com seus pleitos sendo negociados em relação aos valores devidos pelo Contrato de Concessão.

• Fonte Nova

Em 12 de abril de 2016, o Plenário do Tribunal de Contas do Estado da Bahia ("TCE-BA"), no julgamento do Processo TCE/000490/2010, determinou ao Poder Concedente a realização de estudos, no prazo de 120 dias, para adequar as cláusulas econômico-financeiras do Contrato de PPP n. 02/2010 firmado com a investida Fonte Nova, objetivando melhor salvaguarda do interesse público, em razão de irregularidades verificadas no âmbito daquele Processo, cuja decisão está sujeita a recursos.

Considerando o atual estágio do processo, tendo em vista que a decisão não é definitiva, e o fato que qualquer ajuste no Contrato de PPP apenas poderá ser determinado após a conclusão dos estudos recomendados na decisão do TCE-BA, a administração da investida, suportada pela avaliação de seus consultores jurídicos, entende que não é possível, neste momento, estimar eventual impacto na contraprestação pública e tampouco os potenciais desdobramentos deste processo.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão descritas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e referendados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As principais políticas contábeis aplicadas pela administração da Companhia e suas controladas, para elaboração destas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, são as mesmas apresentadas na Nota 2 das demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2018, com exceção à adoção do "IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil (CPC 06 -R2)" a partir de 1º de janeiro de 2019.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) mensurados ao valor justo.

27 de 126

Junta Comercial do Estado da Bahia

03/02/2021

Certifico o Registro sob o nº 98010636 em 26/10/2020

Protocolo 203237889 de 23/10/2020

Nome da empresa NOVONOR S.A - EM RECUPERACAO JUDICIAL NIRE 29300025593

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 135119762639420

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 03/02/2021

por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral



Odebrecht S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=ASAY0Q4KESSQ_ke3C0tYeg&chave2=BT-06aCCpMpeIH2nmcFRg
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 27100678897-MARCEL ANDRE CARILHO JARDIM

A preparação de demonstrações financeiras consolidadas requer o uso de certas estimativas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia e suas controladas no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras e consolidadas estão divulgadas na Nota 3.

(a) Demonstrações financeiras individuais

Nas demonstrações financeiras individuais as controladas e controladas em conjunto são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial, conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo CPC e referendadas pelo CFC. Os ajustes feitos nas demonstrações financeiras individuais são igualmente feitos nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuíveis aos acionistas da controladora.

(b) Mudanças em políticas contábeis significativas

ICPC 22 (IFRIC 23) Incerteza sobre tratamento de impostos – A interpretação ICPC 22 (IFRIC 23) entrou em vigor para os exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019 e esclarece os critérios para mensuração e reconhecimento do CPC 32 (IAS 12) - Tributos sobre o lucro. A Companhia e suas controladas avaliaram os requerimentos dessa nova interpretação e concluíram que não há impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidada.

CPC 06 R2 (IFRS 16) Operações de Arrendamento Mercantil – A Companhia e suas controladas adotaram as alterações do CPC 06 (R2) (IFRS 16) a partir de 1º de janeiro de 2019, data de adoção inicial, utilizando a abordagem retrospectiva modificada. Dessa forma, a informação comparativa não foi reapresentada. Após a data da aplicação inicial em 1º de janeiro de 2019, os arrendamentos passaram a ser reconhecidos como um direito de uso do ativo e um passivo correspondente na data à qual o ativo arrendado se torna disponível. Cada pagamento é alocado entre o passivo de arrendamento e o custo financeiro. O custo financeiro do passivo de arrendamento é registrado no resultado durante o prazo executável do contrato, utilizando uma taxa constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo. O direito de uso do ativo é depreciado pelo método linear considerando o período menor entre a vida útil do ativo e o prazo executável do contrato.

Na adoção, a Companhia e suas controladas reconheceram os passivos de arrendamento em relação aos contratos anteriormente classificados como “Arrendamentos operacionais” de acordo com a CPC 06 (R1) (IAS 17). Até a demonstração financeira de 2018, os pagamentos destes arrendamentos, líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador, eram reconhecidos no resultado durante o período do contrato.

Para os arrendamentos anteriormente classificados como “Arrendamentos financeiros” a Companhia e suas controladas reconheceram ativo e o passivo de arrendamento considerando o valor imediatamente antes da data da aplicação inicial.

Na data de adoção, ativos e passivos oriundos dos contratos de arrendamento foram mensurados ao seu valor presente, considerando os pagamentos remanescentes de cada contrato, descontando a taxa incremental em 1º de janeiro de 2019. A média ponderada da taxa incremental aplicada na adoção inicial foi entre 0,43% e 14,23% a.a. O passivo de arrendamento considera o valor presente líquido dos seguintes pagamentos de arrendamento:

- Pagamentos fixos descontando qualquer incentivo recebido;
- Pagamentos variáveis com base em taxas ou índices;
- Montantes esperados a pagar pelo arrendatário referente ao valor residual garantido;
- Preço de exercício de uma opção de compra se for razoavelmente certo que o arrendatário irá exercer tal opção; e
- Pagamentos de multas pela finalização do arrendamento se os termos contratuais refletem a opção de exercício do arrendatário.

28 de 126

Junta Comercial do Estado da Bahia

03/02/2021

Certifico o Registro sob o nº 98010636 em 26/10/2020

Protocolo 203237889 de 23/10/2020

Nome da empresa NOVONOR S.A - EM RECUPERACAO JUDICIAL NIRE 29300025593

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 135119762639420

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 03/02/2021

por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral



Odebrecht S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=ASAYQ4KESSQ_KE3C0TYE&chave2=BT-06aCCpMpeIH2nmcFRg
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 27100678897-MARCEL ANDRE CARRILHO JARDIM

Os direitos de uso de ativos foram mensurados pelo valor igual ao montante do passivo de arrendamento, ajustados por qualquer montante de pagamentos antecipados e provisões de pagamentos de arrendamentos relacionados ao contrato reconhecido em 1º de janeiro de 2019. Não tiveram contratos de arrendamentos onerosos que requerem um ajuste ao direito de uso do ativo na data da aplicação inicial. O direito de uso do ativo é mensurado ao custo composto por:

- Montante inicialmente mensurado do passivo de arrendamento;
- Qualquer pagamento efetuado até o momento de início do arrendamento, descontando qualquer incentivo recebido;
- Qualquer custo direto inicial; e
- Custos de restauração.

O direito de uso desses ativos está divulgado na rubrica Imobilizado (Nota 15). A Companhia e suas controladas possuem contratos de arrendamento operacional de diversas naturezas para a posição de 31 de dezembro de 2019, estão detalhados a seguir:

(I) Ativo

	Ativo de direito de uso
Parcerias agrícolas (i)	1.586.383
Veículos e embarcações (ii)	1.699.041
Máquinas	743.248
Equipamentos agrícolas	230.085
Edificações	304.053
Terras e terrenos	28.711
Equipamentos de informática	12.523
	4.604.044

- (i) Refere-se aos contratos de parcerias agrícolas da controlada indireta Atvos Inv.
(ii) Representado substancialmente pela controlada Atvos Inv R\$ 902.346 e a controlada indireta Braskem R\$ 737.936.

(II) Passivo

	Passivo de Arrendamento
Compromissos assumidos	5.246.197
(-) Ajuste a valor presente	(352.699)
	4.893.498

(c) Novas normas emitidas, mas ainda não vigentes

CPC 11 - Contratos de seguro

Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro (norma ainda não emitida pelo CPC no Brasil, mas que será codificada como CPC 50 - Contratos de Seguro e substituirá o CPC 11 - Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Assim que entrar em vigor, a IFRS 17 substituirá a IFRS 4 - Contratos de Seguro (IFRS 4) emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Aplicam-se algumas exceções de escopo. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras.

Odebrecht S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=ASAYQ4KESQ_ke3CotYEg&chave2=BT-06aCCpMpeIH2hmcFRg
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 27100678897-MARCEL ANDRE CARILHO JARDIM

Em contraste com os requisitos da IFRS 4, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por:

- Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável); e
- Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração.

A IFRS 17 vigora para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2021, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a IFRS 9 e a IFRS 15 na mesma data ou antes da adoção inicial da IFRS 17.

Alterações ao CPC 15 (R1) Combinação de negócios: Definição de negócios

Em outubro de 2018, o IASB emitiu alterações à definição de negócios em IFRS 3, sendo essas alterações refletidas na revisão 14 do CPC, alterando o CPC 15 (R1) para ajudar as entidades a determinar se um conjunto adquirido de atividades e ativos consiste ou não em um negócio. Elas esclarecem os requisitos mínimos para uma entidade, eliminam a avaliação sobre se os participantes no mercado são capazes de substituir qualquer elemento ausente, incluem orientações para ajudar entidades a avaliar se um processo adquirido é substantivo, delimitam melhor as definições de negócio e de produtos e introduzem um teste de concentração de valor justo opcional. Novos casos ilustrativos foram fornecidos juntamente com as alterações.

Como as alterações se aplicam prospectivamente a transações ou outros eventos que ocorram na data ou após a primeira aplicação, a Companhia não será afetada por essas alterações em 2020.

Alterações ao CPC 26 (R1) e IAS 8 - Apresentação das Demonstrações Financeiras: Definição de omissão material

Em outubro de 2018, o IASB emitiu alterações à IAS 1 e IAS 8 Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors, sendo essas alterações refletidas na revisão 14 do CPC, alterando o CPC 26 (R1) e o CPC 23 para alinhar a definição de “omissão material” ou “divulgação distorcida material” em todas as normas e esclarecer certos aspectos da definição. A nova definição declara que “a informação é material se sua omissão, distorção ou obscurecimento pode influenciar, razoavelmente, decisões que os principais usuários das demonstrações financeiras de propósito geral fazem com base nessas demonstrações financeiras, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade.”

Não é esperado que essas alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia em 2020.

2.2 Consolidação

(i) Controladas e consolidadas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais a Companhia detém o controle. A Companhia controla uma entidade quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre as empresas consolidadas são eliminados. Os prejuízos não realizados são eliminados, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

30 de 126

Junta Comercial do Estado da Bahia

03/02/2021

Certifico o Registro sob o nº 98010636 em 26/10/2020

Protocolo 203237889 de 23/10/2020

Nome da empresa NOVONOR S.A - EM RECUPERACAO JUDICIAL NIRE 29300025593

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 135119762639420

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 03/02/2021

por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral





(ii) Transações com participações de não controladores e perda de controle em controladas

O Grupo trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos da Companhia. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido.

Quando a Companhia deixa de ter controle sobre a investida, qualquer participação retida é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado do exercício. O valor justo é o valor contábil inicial para subsequente contabilização da participação retida em uma coligada, uma joint venture ou um ativo financeiro.

Além disso, quaisquer valores previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes relativos àquela entidade são contabilizados como se a Companhia tivesse alienado diretamente os ativos ou passivos relacionados. Isso significa que os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados no resultado.

(iii) Coligadas e controladas em conjunto

Controladas em conjunto são todas as entidades sobre as quais a Companhia e suas controladas tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os investimentos em controladas em conjunto são classificados como operações em conjunto (joint operations) ou empreendimentos controlados em conjunto (joint ventures), dependendo dos direitos e das obrigações contratuais de cada investidor.

As operações em conjunto são contabilizadas nas demonstrações financeiras para representar os direitos e as obrigações contratuais da Companhia. Dessa forma, os ativos, passivos, receitas e despesas relacionados aos seus interesses em operação em conjunto são contabilizados individualmente nas demonstrações financeiras.

Coligadas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto. Os investimentos em coligadas e joint ventures são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. O investimento da Companhia em coligadas e joint ventures inclui o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por impairment acumulado.

A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de suas coligadas e joint ventures é reconhecida na demonstração do resultado e a participação nas mutações das reservas é reconhecida nas reservas da Companhia. Quando a participação da Companhia nas perdas de uma coligada ou joint venture for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Companhia não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da coligada ou controlada em conjunto.

Os ganhos não realizados das operações entre a Companhia e suas coligadas e joint ventures são eliminados na proporção da participação da Companhia. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido.

As políticas contábeis das coligadas são ajustadas, quando necessário, para fins de reconhecimento da equivalência patrimonial, com o objetivo de assegurar consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

Odebrecht S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=AS5YQ4KESsq_ke3C0tYeg&chave2=BT-06aCCpMpeIH2nmcFRg
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 27100678897-MARCEL ANDRE CARILHO JARDIM

(iv) Empresas consolidadas

As demonstrações financeiras consolidada da Companhia abrangem as informações da Companhia e de suas controladas nas quais mantém controle acionário ou controle das atividades, direta ou indiretamente, tendo as seguintes principais participações:

	País	Participação no capital social (%)	
		31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Segmento de Engenharia e Construção			
OEC	Brasil	100,00	100,00
Segmento Imobiliário			
OR	Brasil	100,00	100,00
Segmento de Indústria			
Braskem (i)	Brasil	38,38	38,38
Atvos Inv	Brasil	100,00	100,00
Segmento de Investimentos em infraestrutura e energia			
OPISA	Brasil	100,00	100,00
Ocyan	Brasil	100,00	100,00
OTP	Brasil	59,39	59,39
Outros investimentos			
Horiens	Brasil	100,00	100,00
WINS	Ilhas Cayman	100,00	100,00
ODT	Brasil	100,00	100,00
OE Inv	Brasil	100,00	100,00
ODBIC	Bahamas	100,00	100,00
OP Inv	Brasil	100,00	100,00
OSP Inv	Brasil	100,00	100,00
OA Par	Brasil	70,00	70,00
OPE	Brasil	100,00	100,00
Condor	Brasil	100,00	100,00
Horiens Ltd.	Ilhas Cayman	100,00	100,00
FRVJ	Brasil	100,00	100,00
OIL	Portugal	100,00	100,00
OP Gestão	Brasil	100,00	100,00
Abiatar	Brasil	100,00	100,00
EORJ	Brasil	100,00	100,00
Mectron (ii)	Brasil	100,00	100,00
ODB Utilities (iii)	Brasil		100,00

- (i) A controlada OSP Inv detém o controle da Braskem, possuindo 50,11% de ações do capital votante e 38,38% do capital total.
- (ii) As investidas diretas OCS e OCSI alteraram a razão social no decorrer do ano de 2019 para Horiens e Horiens Ltd, respectivamente.
- (iii) Em 31 de maio de 2019, ocorreu cisão parcial da ODT, passando a Mectron a ser controlada direta da Companhia.
- (iv) Em 31 de Outubro de 2019, a investida direta ODB Utilities foi incorporada pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras consolidadas foram eliminados os investimentos na proporção da participação da Companhia nos patrimônios líquidos e nos resultados das controladas, os saldos ativos, passivos, as receitas e as despesas entre as empresas.

2.3 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

Odebrecht S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=ASVYQ4KESSQ_ke3CotYEg&chave2=BT-06acCPmpeIH2nmcFRg
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 27100678897-MARCEL ANDRE CARILHO JARDIM

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas em reais, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações, exceto para as controladas indiretas na Venezuela e Argentina, que opera em ambiente hiperinflacionário. Quando os ganhos são remensurados, os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do fim do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando diferidos no patrimônio como operações qualificadas de hedge de fluxo de caixa e hedge de investimento líquido.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com financiamentos e caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro, líquido" (Nota 27).

(c) Empresas da Companhia com moeda funcional diferente

Os resultados e a posição financeira de todas as empresas consolidadas da Companhia, cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação, são convertidos na moeda de apresentação, como segue:

- (i) Os ativos e passivos de cada balanço patrimonial apresentado são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço;
- (ii) O patrimônio líquido inicial de um exercício corresponde ao patrimônio líquido final do exercício anterior conforme convertido à época. As mutações do patrimônio inicial durante o exercício são convertidas pelas taxas em vigor nas respectivas datas de ocorrências;
- (iii) As receitas e despesas de cada demonstração do resultado são convertidas pelas taxas médias de câmbio dos respectivos exercícios; e
- (iv) Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial".

Quando uma operação no exterior é parcial ou totalmente alienada, as diferenças de câmbio que foram registradas no patrimônio são reconhecidas na demonstração do resultado como parte de ganho ou perda resultante da venda.

Ágio e ajustes de valor justo, decorrentes da aquisição de uma entidade no exterior, são tratados como ativos e passivos da entidade no exterior e convertidos pela taxa de fechamento.

Abaixo estão apresentados os principais países de atuação das controladas da Companhia que possuem subsidiárias e/ou sucursais com moeda funcional diferente da moeda de apresentação (Real):

Países	Controladas	Moeda funcional
Alemanha	Braskem	Euro
Angola	OEC	Dólar Norte-americano
Argentina	Braskem e OEC	Peso Argentino
Austria	Braskem, Ocyan e OPI	Euro
Chile	Braskem	Peso chileno
Colômbia	OEC	Peso Colombiano
Cuba	OEC	Peso Cubano
EUA	Braskem e OEC	Dólar Norte-americano
Holanda	Braskem e Ocyan	Euro
Ilhas Cayman	OEC e Ocyan	Dólar Norte-americano
Luxemburgo	Braskem e OPI	Dólar Norte-americano
México	Braskem e OEC	Peso Mexicano
Panamá	Braskem e OEC	Balboa
Peru	OEC e OPI	Novo Sol
Portugal	OEC	Euro
República Dominicana	OEC	Pesos Dominicanos
Venezuela	OEC	Bolívars Soberano

33 de 126

Junta Comercial do Estado da Bahia

03/02/2021

Certifico o Registro sob o nº 98010636 em 26/10/2020

Protocolo 203237889 de 23/10/2020

Nome da empresa NOVONOR S.A - EM RECUPERACAO JUDICIAL NIRE 29300025593

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 135119762639420

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 03/02/2021

por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral





(d) Contabilidade em Economia Hiperinflacionária

As normas brasileiras de contabilidade (CPC 42/IAS 29) – “Contabilidade em Economia Hiperinflacionária”, requerem a preparação de informações financeiras atualizadas por índices de inflação em economias consideradas hiperinflacionárias, o que ocorre com os ativos, passivos, patrimônio líquido e resultado das entidades da Companhia na Venezuela e Argentina.

As informações financeiras na Venezuela foram atualizadas até 30 de junho de 2019 em conformidade com o INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), indicador oficial de atualização destas informações que foi publicado pelo Banco Central de Venezuela (“BCV”) em 28 de maio de 2019. O período relacionado aos meses de maio e junho de 2019, foram atualizados em conformidade com as diretrizes de cálculo previstos pelo BCV. A partir de 01 de julho de 2019 as informações financeiras da Venezuela não estão mais sujeitas a atualização por hiperinflação tendo em vista a descontinuidade da operação nesse país.

Na Argentina, as informações financeiras foram atualizadas em conformidade com o IPC (Índice de Preço ao Consumidor), indicador oficial de atualização destas informações que é publicado pelo Instituto Nacional de Estatística e Censos da Argentina (“INDEC”).

2.4 Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo, tendo como principais fontes de dados as bolsas de valores, bolsas de mercados futuros, divulgações do Banco Central e serviços de cotações. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de hedge. Sendo este caso, o método de natureza do item que está sendo protegido por hedge. A Companhia e suas controladas designam certos derivativos como:

- hedge do valor justo de ativos ou passivos reconhecidos ou de um compromisso firme (hedge de valor justo);
- hedge de um risco específico associado a um ativo ou passivo reconhecido ou uma operação prevista altamente provável (hedge de fluxo de caixa);
- hedge de investimento líquido em operações no exterior, considerando como instrumento de hedge os financiamentos obtidos através de Notas de Crédito à Exportação (“NCE”).

A Companhia e suas controladas documentam, no início da operação, a relação entre os instrumentos de hedge e os itens protegidos por hedge, assim como os objetivos da gestão de risco e a estratégia para a realização de várias operações de hedge. A Companhia e suas controladas também documentam sua avaliação, tanto no início do hedge como de forma contínua, de que os instrumentos usados nas operações de hedge são altamente eficazes na compensação de variações no valor justo ou nos fluxos de caixa dos itens protegidos por hedge. São realizados testes com o objetivo de comprovar a efetividade das operações de hedge no mínimo, a cada data de divulgação das investidas que detêm os referidos instrumentos.

Os valores justos dos instrumentos derivativos usados para fins de hedge estão divulgados na Nota 4.2.

Para propósito de hedge, a Companhia e suas controladas diretas OTP e Ocyan e suas controladas indiretas Braskem e Atvos Inv, amparam-se nas suas políticas de Gestão de Risco de Mercado, classificando os derivativos e passivos financeiros aplicáveis como hedge de fluxo de caixa e consideram altamente efetivos os instrumentos que se compensem.

A Companhia e suas controladas consideram, portanto, um “hedge natural” de exposições ativas a manutenção de uma parcela significativa dos seus passivos financeiros também em dólares.

Odebrecht S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=ASAY0Q4KESSQ_ke3C0tYEG&chave2=BT-06aCCpMpeIH2nmcFRg
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 27100678897-MARCEL ANDRE CARILHO JARDIM

(a) Hedge de valor justo - Derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado

As variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como hedge de valor justo são registradas na demonstração do resultado, com quaisquer variações no valor justo do ativo ou passivo protegido por hedge que são atribuíveis ao risco protegido. A variação cambial, bem como o seu ajuste decorrente do reconhecimento do ganho ou perda do instrumento de hedge (derivativo embutido) é reconhecida no resultado do exercício. O ganho ou perda resultante do instrumento de hedge que é determinado como hedge eficaz, deve ser registrado como redutora da variação cambial do passivo relacionado a operação de pré-pagamento de exportação.

Caso a relação de hedge deixe de existir, a contabilização do derivativo embutido deverá continuar a ser realizada pelo seu valor justo, deixando-se de vincular este item tanto no resultado quanto no balanço com a operação do pré-pagamento de exportação.

(i) OEC

A controlada OEC utiliza instrumentos financeiros derivativos somente com o propósito de hedge. A política de assuntos financeiros da OEC prevê um programa contínuo de hedge de curto prazo para o risco cambial proveniente de suas operações e de itens financeiros.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia e suas controladas detinham contratos derivativos financeiros com valor nominal de R\$ 50.853. Os contratos foram liquidados em 2019.

(ii) Braskem

A controlada Braskem mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. Derivativos embutidos são separados de seus contratos principais e registrados separadamente caso o contrato principal não seja um ativo financeiro e certos critérios sejam atingidos. Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são normalmente registradas no resultado.

(b) Hedge de fluxo de caixa

A parcela efetiva das variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como hedge de fluxo de caixa é reconhecida no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial". O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é imediatamente reconhecido na demonstração do resultado, em "Resultado financeiro, líquido".

Os valores acumulados no patrimônio são realizados na demonstração do resultado nos períodos em que o item protegido por hedge afetar o resultado.

Quando um instrumento de hedge vence ou é vendido, ou quando um hedge não atende mais aos critérios da contabilidade de hedge, todo ganho ou perda acumulado existente no patrimônio naquele momento permanece no patrimônio e é reconhecido no resultado quando a operação for reconhecida na demonstração do resultado. Quando não se espera mais que uma operação ocorra, o ganho ou a perda acumulada que havia sido apresentado no patrimônio é imediatamente transferido para a demonstração do resultado.

(i) ODB

Em junho de 2014, a Companhia designou instrumentos financeiros passivos não derivativos, denominados em dólares norte-americanos, emitidos por sua controlada OFL, como instrumento de proteção de cobertura dos fluxos de exportações futuras altamente prováveis mantidos por sua controlada indireta CNO através de seu contas a receber futuro e também do backlog de contratos já assinados. Desta forma, o impacto do câmbio sobre o fluxo futuro de caixa em dólar derivado dessas exportações será compensado com a variação cambial dos passivos designados, eliminando, em parte, a volatilidade do resultado consolidado.

35 de 126

Junta Comercial do Estado da Bahia

03/02/2021

Certifico o Registro sob o nº 98010636 em 26/10/2020

Protocolo 203237889 de 23/10/2020

Nome da empresa NOVONOR S.A - EM RECUPERACAO JUDICIAL NIRE 29300025593

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 135119762639420

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 03/02/2021

por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral



Odebrecht S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=ASA5YQ4KESSQ_ke3C0tYeg&chave2=BT-06aCCpMpeIH2nWncfRg
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 27100678897-MARCEL ANDRE CARILHO JARDIM

A Companhia considerava que o fluxo coberto era altamente provável, com base em fatores como o histórico de receita da CNO, além dos contratos de construção já assinados e que possuem previsão de recebimentos futuros.

Em outubro de 2017, a Companhia transferiu os passivos financeiros designados como instrumentos de hedge para a sua controladora ODBINV, realizando, portanto, o saldo de hedge em aberto. Esse movimento gerou um impacto negativo no resultado do ano de R\$ 1.065.600.

(ii) Atvos Inv

Desde 01 de setembro de 2014, as controladas indiretas da Atvos Inv designaram passivos financeiros não derivativos para hedge accounting de exportação, denominados em dólares norte-americanos, emitidos com partes externas, a nível consolidado, como instrumento de proteção de cobertura dos fluxos de exportações futuras também a nível consolidado. Desta forma, o impacto do câmbio sobre o fluxo futuro de caixa em dólar derivado dessas exportações será compensado com a variação cambial dos passivos financeiros não derivativos designados, eliminando, em parte, a volatilidade do resultado consolidado.

(iii) Braskem

A Controlada Braskem designou passivos financeiros não derivativos em moeda estrangeira para a proteção do fluxo de caixa futuro gerado pelas suas exportações. Esta decisão foi baseada em dois conceitos e julgamentos importantes: (i) a realização de exportações previstas em seu plano de negócios, que são inerentes ao mercado e negócio em que atua, e (ii) a capacidade da controlada Braskem de refinar seus passivos em dólar, uma vez que faz parte do direcionamento e estratégia da controlada Braskem o financiamento prioritário em dólar e está previsto na Política Financeira da Companhia a manutenção de um nível mínimo de passivos líquidos em dólares.

A controlada Braskem Idesa designou a totalidade do financiamento obtido junto a instituições financeiras para a construção da sua planta industrial para a proteção de parte das vendas que serão realizadas na mesma moeda do financiamento, o dólar norte-americano. A estimativa das vendas está contemplada no projeto que foi apresentado aos bancos/financiadores que, devido à consistência das projeções, concederam à Braskem Idesa um financiamento que deverá ser pago exclusivamente com o caixa a ser gerado por essas vendas. Todas as considerações comerciais do projeto foram amparadas por estudos de mercado realizados por consultorias especializadas durante a análise da sua viabilidade, revisadas e aprovadas pela Administração.

(c) Hedge de investimento líquido no exterior

Em janeiro de 2015, a Companhia designou passivos financeiros não derivativos, como “instrumento de hedge”, relacionado a transações com as controladas indiretas OFL e OOL, denominados em dólares norte-americanos, para proteção dos riscos oriundos das flutuações cambiais. Os quais foram transferidos em outubro de 2017 para a sua controladora ODBINV, descontinuando, portanto, o hedge. O saldo mantido no patrimônio líquido será realizado quando houver a alienação dos investimentos que foram objeto de proteção.

Mais especificamente, o montante relacionado aos instrumentos de hedge (Notas de Crédito a Exportação – NCE), contratados em dólar norte-americano e em reais com swap para dólar norte-americano deve ser contabilizado como:

- (i) O componente separado do patrimônio líquido associado ao item coberto deve ser ajustado para o mais baixo dos seguintes (em quantias absolutas):
 - o ganho ou a perda cumulativos resultante do instrumento de hedge desde o início do hedge; e
 - a alteração cumulativa no valor justo (valor presente) dos fluxos de caixa futuros esperados do item coberto desde o início do hedge;

36 de 126

Junta Comercial do Estado da Bahia

03/02/2021

Certifico o Registro sob o nº 98010636 em 26/10/2020

Protocolo 203237889 de 23/10/2020

Nome da empresa NOVONOR S.A - EM RECUPERACAO JUDICIAL NIRE 29300025593

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 135119762639420

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 03/02/2021

por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral



Odebrecht S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=ASAYQ4KESSQ_ke3CotYEg&chave2=BT-06aCCpMpeIH2nmcFRg
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 27100678897-MARCEL ANDRE CARILHO JARDIM

- (ii) qualquer ganho ou perda remanescente resultante do instrumento de hedge ou do componente designado dele (que não seja hedge eficaz) deve ser reconhecido no resultado; e
- (iii) se a estratégia documentada da gestão de risco da entidade para uma relação de hedge em particular excluir da avaliação da eficácia de hedge um componente específico do ganho ou perda ou os respectivos fluxos de caixa do instrumento de hedge, esse componente do ganho ou perda deve ser excluído.

A parte ineficaz do ganho ou perda resultante do instrumento de hedge deve ser reconhecida no resultado.

(i) ODB

Em janeiro de 2015, a Companhia designou passivos financeiros não derivativos, como “instrumento de hedge”, relacionado a transações com as controladas indiretas OFL e OOL, denominados em dólares norte-americanos, para proteção dos riscos oriundos das flutuações cambiais. Os quais foram transferidos em outubro de 2017 para a sua controladora ODBINV, descontinuando, portanto, o hedge. O saldo mantido no patrimônio líquido será realizado quando houver a alienação dos investimentos que foram objeto de proteção.

Em novembro de 2017, a Companhia designou passivos financeiros não derivativos, como “instrumento de hedge” no montante de USD 166.732, relacionado a transações com as controladas diretas e indiretas ODBIC e OOL, denominados em dólares norte-americanos, para proteção dos riscos oriundos das flutuações cambiais.

Em novembro de 2019, a Companhia alterou a designação de novembro de 2017 para o montante de USD 340.641, relacionados a transações com a controlada ODBIC e OOL denominadas em dólares norte-americanos, para proteção dos riscos oriundos das flutuações cambiais.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia documentou esta relação de instrumento de hedge de investimento líquido no exterior e optou como item de objeto da proteção, os seguintes investimentos indiretos em moeda estrangeira: OIE America, CBPO Overseas, OOL, Macol, OIS e Vorge cujo montante foi considerado suficiente para proteger as variações cambiais em comparação aos investimentos no exterior.

(ii) Ocyan

A controlada Ocyan designou como objeto de hedge seus investimentos líquidos no exterior em moeda estrangeira utilizando a modalidade de hedge de investimento líquido em operações no exterior (hedge de investimento líquido), considerando como instrumentos de hedge os financiamentos obtidos através de contratos de mútuo (Intercompany Loans).

(d) Derivativos não designados como instrumento de hedge

Os derivativos não designados como instrumentos de hedge são classificados como ativo ou passivo circulante. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado no grupo “Resultado financeiro, líquido”.

2.5 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos e com risco insignificante de mudança de valor.

2.6 Aplicações financeiras

As aplicações financeiras são registradas, inicialmente, a valor justo e, subsequentemente, pelo custo amortizado. Incluem aplicações financeiras de liquidez imediata e constituem garantias.

37 de 126

Junta Comercial do Estado da Bahia

03/02/2021

Certifico o Registro sob o nº 98010636 em 26/10/2020

Protocolo 203237889 de 23/10/2020

Nome da empresa NOVONOR S.A - EM RECUPERACAO JUDICIAL NIRE 29300025593

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 135119762639420

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 03/02/2021

por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral





2.7 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber oriundos principalmente, dos serviços de Engenharia e construção, serviços de instalação, manutenção e serviços complementares para produção de óleo e gás, vendas de produtos químicos e petroquímicos, produção e venda de açúcar e álcool e unidades imobiliárias, são inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para crédito perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (impairment), quando aplicável. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para impairment, se necessária.

As controladas reconhecem uma provisão para perdas de crédito esperadas, sempre que apuradas. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que as controladas esperam receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação.

A controladas estabelecem uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico.

2.8 Estoques

Os estoques de insumos, peças e materiais para aplicação na produção, prestação de serviços e vendas são demonstrados ao custo médio das compras ou de produção, inferior aos custos de reposição ou aos valores de realização.

Os imóveis negociáveis são demonstrados ao custo de aquisição, que não excede ao seu valor líquido de realização (preço de venda estimado no curso normal de negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e as despesas estimadas para efetuar a venda).

Os gastos com manutenção e depreciação de máquinas e equipamentos agrícolas e industriais, incorridos no período de entressafra, são registrados nos estoques e apropriados ao custo de produção de cada produto no decorrer da próxima safra.

2.9 Ativos e passivos não circulantes mantidos para venda

Os ativos não circulantes são classificados como ativos mantidos para venda quando (i) seu valor contábil for recuperável por meio de venda; e (ii) quando essa venda for altamente provável em até 12 meses da data da classificação. Estes ativos são avaliados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos os custos de venda.

Esses ativos são apresentados em linha específica do balanço patrimonial e da demonstração do resultado. Quando se tratar de investimentos em sociedade controlada, seus ativos e passivos, após a eliminação dos saldos mantidos entre as empresas, também são apresentados nessa mesma rubrica específica do balanço patrimonial consolidado.

O resultado destas operações, contemplando o resultado total após o imposto de renda é apresentado em montante único na demonstração de resultado, como operações descontinuadas.

2.10 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e inclui custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificáveis.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança.

Odebrecht S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=ASAY0Q4KESSQ_ke3C0tYeg&chave2=BT_06aCCpMpeIH2nWmcFRg
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 27100678897 - MARCEL ANDRE CARRILHO JARDIM

O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado e os reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos e as terras onde são cultivados os plantios de cana de açúcar não são depreciados.

A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada.

Algumas controladas da Companhia arrendam certos bens do imobilizado. Os arrendamentos do imobilizado, nos quais as controladas da Companhia detêm, substancialmente, todos os riscos e benefícios da propriedade, são classificados como arrendamentos financeiros que são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. O imobilizado adquirido por meio de arrendamentos financeiros é depreciado durante a vida útil do ativo.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

2.11 Intangível

(a) Ágios sobre controladas

O ágio resulta da aquisição de coligadas e de controladas e representa o excesso da (i) contraprestação transferida; (ii) do valor da participação de não controladores na adquirida quando aplicável; e (iii) do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos. Caso o total da contraprestação transferida, a participação dos não controladores reconhecida, quando aplicável, e a participação mantida anteriormente medida pelo valor justo seja menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, no caso de uma compra vantajosa, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

O montante recuperável de um ativo é determinado pelo maior entre: (a) seu valor justo menos custos estimados de venda; e (b) seu valor em uso. O valor em uso é mensurado com base nos fluxos de caixa descontados, antes dos impostos, derivados pelo contínuo uso de um ativo até o fim de sua vida útil.

Quando o valor residual de um ativo exceder seu montante recuperável, a Companhia e suas controladas reconhecem uma provisão readequando o saldo destes ativos.

Existindo ou não algum indicativo de que o valor de um ativo possa não ser recuperado, os saldos dos ágios oriundos de combinações de negócios e ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados para fins de mensuração da recuperabilidade pelo menos uma vez ao ano. Para esse teste, a Companhia e suas controladas usam práticas aceitáveis de mercado, incluindo fluxos de caixa descontados para unidades com ágio alocado e comparando o valor contábil com o valor recuperável dos ativos.

(b) Marcas e patentes

As tecnologias adquiridas de terceiros, incluindo as adquiridas em uma combinação de negócios, são registradas pelo custo de aquisição e/ou pelo valor justo e demais custos diretamente atribuíveis, menos a amortização acumulada e a provisão para perda no valor recuperável, quando aplicável. As tecnologias com vida útil definida são amortizadas pelo método linear com base no prazo do contrato de aquisição (entre 10 a 20 anos). Os gastos com pesquisa e desenvolvimento são contabilizados no resultado, quando incorridos.



(c) Intangível em andamento

Os ativos intangíveis constituídos em decorrência dos contratos de concessão são registrados em atendimento às Interpretações e à Orientação emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (ICPC 01 e OCPC 05).

O ativo intangível é mensurado pelo custo de aquisição ou formação da infraestrutura necessária para prestação dos serviços de concessão pública. Essa receita, contrapartida do ativo intangível, é estimada considerando os investimentos efetuados pelo Grupo na aquisição, melhoria e formação da infraestrutura e a respectiva margem de lucro, quando aplicável, determinada com base nos correspondentes custos de envolvimento da concessionária na formação do seu ativo intangível.

O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando estiver disponível para ser utilizado nas operações da Companhia e suas controladas e até este momento, os investimentos realizados são avaliados a custo e classificados como intangível em formação, equivalente à infraestrutura em formação de cada concessionária.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pelas controladas, ou o prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro.

(d) Direitos de outorga

O direito de outorga da concessão adquirido por algumas controladas é registrado ao custo de aquisição a valor presente, sendo a amortização calculada pelo padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros.

(e) Software, direitos de uso e outros

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os ativos e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável, no prazo de até 10 anos.

2.12 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (impairment). As revisões de impairment do ágio são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível impairment.

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Para fins desse teste, o ágio é alocado para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional.

Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por impairment, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data do balanço. Impairment de ágio reconhecido no resultado do exercício não é revertido.



2.13 Financiamentos e debêntures

Os financiamentos e as debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Os custos de financiamentos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

Existem financiamentos na modalidade de Project finance que contém diversas obrigações contratuais (covenants) usuais em contratos dessa natureza.

2.14 Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis

As provisões de ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões para reestruturação compreendem multas por rescisão de contratos de aluguel e pagamentos por rescisão de vínculo empregatício. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.15 Sociedades do Grupo Odebrecht

Os principais saldos mantidos com as Sociedades do Grupo estão regidos por instrumentos contratuais firmados entre as empresas do Grupo. A natureza das operações é de repasses de recursos, mútuos, adiantamento para futuro aumento de capital, debêntures, cessões de créditos e assunções de obrigações.

2.16 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos. Os tributos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente, onde tais tributos serão registrados.

O encargo de imposto de renda e contribuição social correntes é calculado com base nas leis tributárias. A administração avalia, periodicamente, as suas posições assumidas nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

41 de 126

Odebrecht S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=AS5YQ4KESSQ_ke3CotYEg&chave2=BT-06aCCpMpeIH2nmcFRg
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 27100678897 - MARCEL ANDRE CARRILHO JARDIM

O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados usando as alíquotas de tributos vigentes na data do balanço, a serem aplicadas quando o respectivo tributo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado. São reconhecidos sobre os prejuízos fiscais, a base negativa de contribuição social e as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que o lucro tributável futuro esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

2.17 Benefícios a empregados

(a) Obrigações de aposentadoria

A Companhia e suas controladas mantêm convênio de adesão com a ODEPREV - Odebrecht Previdência ("ODEPREV") cuja denominação social foi alterada para VEXTY, entidade fechada de previdência privada.

A VEXTY proporciona aos seus participantes um plano de contribuição definida, onde é aberto um fundo individual de poupança para aposentadoria no qual são acumuladas e administradas as contribuições mensais e as esporádicas dos participantes, além das contribuições mensais e anuais das patrocinadoras. Assim que as contribuições tiverem sido feitas, as patrocinadoras não têm obrigações relativas a pagamentos adicionais.

A Companhia e algumas controladas proporcionaram plano de saúde denominado plano contributivo, onde assegura ao integrante que se aposenta ou que é desligado sem justa causa o direito de permanecer no plano com as mesmas condições de cobertura assistencial que gozava quando da vigência do contrato de trabalho, desde que assuma o pagamento integral do plano.

2.18 Receitas líquidas de serviços e produtos

As receitas provenientes de vendas de produtos são reconhecidas quando (i) o montante das vendas puder ser mensurado de forma confiável e não mantiver controle sobre os produtos vendidos; (ii) for provável que os benefícios econômicos serão recebidos pela Companhia; e (iii) todos os títulos legais, riscos e benefícios da propriedade dos produtos forem integralmente transferidos para o cliente.

As vendas do segmento químico e petroquímico são, em sua maioria, para clientes industriais e, em menor volume, para revendedores.

A receita de contratos de construção é reconhecida levando-se em conta o estágio de execução de cada contrato na data base das demonstrações financeiras consolidadas. O método utilizado para determinar o estágio de execução considera a proporção entre os custos incorridos com os serviços até então executados e o total dos custos orçados de cada contrato.

2.19 Cobertura de seguros

A uniformidade no tratamento de riscos do Grupo é assegurada através da sua Política de Seguros e Garantias ("Política"), que define os conceitos básicos, diretrizes gerais e competências para a contratação e administração dos mesmos e para o relacionamento com o mercado segurador.

A Política, que inclui seguros e garantias contratadas junto às seguradoras, é: (i) observada pela ODB e suas controladas de capital fechado; (ii) serve de orientação à elaboração da Política das empresas de capital aberto controladas pela ODB; e (iii) como referência para voto dos seus representantes na aprovação de políticas semelhantes nas empresas com empresariamento ou controle compartilhado.

42 de 126

Junta Comercial do Estado da Bahia

03/02/2021

Certifico o Registro sob o nº 98010636 em 26/10/2020

Protocolo 203237889 de 23/10/2020

Nome da empresa NOVONOR S.A - EM RECUPERACAO JUDICIAL NIRE 29300025593

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 135119762639420

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 03/02/2021

por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral



Odebrecht S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=ASAY0q4KESSQ_ke3CotYEg&chave2=BT-06aCCpMpeIH2hmcFRg
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 27100678897-MARCEL ANDRE CARRILHO JARDIM

A Horiens, controlada direta da ODB, com experiência internacional e atuação global, em alinhamento com a ODB, é responsável pela aplicação da Política e pelo apoio ao empresariamento do risco no âmbito do Grupo, assegurando a contratação a preço certo das coberturas adequadas a cada contrato ou empreendimento do segmento de engenharia e construção.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Política foi cumprida em toda sua extensão, não havendo notícia de qualquer risco sob o amparo da Política que não tenha sido devidamente analisado e mitigado, ou de ocorrência de sinistro sem cobertura adequada.

2.20 Reapresentação das cifras comparativas

Em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erros, alguns ajustes e reclassificações contábeis estão sendo reconhecidos retrospectivamente e, por esta razão, as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 estão sendo reapresentadas, conforme Nota 30.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia e suas controladas fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos, estão contempladas abaixo.

(a) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação.

A Companhia e suas controladas usam seu julgamento para escolher dentre os diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O método do passivo, descrito no CPC 32 para contabilização do imposto de renda e contribuição social, é usado para imposto de renda e contribuição social diferidos gerados por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e seus respectivos valores fiscais. O montante do imposto de renda e contribuição social diferido ativo é revisado a cada data das demonstrações financeiras e reduzido pelo montante que não seja mais realizável através de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas.

Os créditos reconhecidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social estão suportados por projeções de resultados tributáveis, submetidos anualmente aos órgãos da Administração da Companhia e de suas controladas. Estas projeções consideram o histórico de rentabilidade da Companhia e de suas controladas e a perspectiva de manutenção da lucratividade, permitindo uma estimativa de recuperação dos créditos em anos futuros. Os impostos diferidos passivos da mesma entidade pagadora de impostos são levados em conta como uma fonte de recuperabilidade de ativos fiscais diferidos, com base no tempo de reversão esperada.

43 de 126

Junta Comercial do Estado da Bahia

03/02/2021

Certifico o Registro sob o nº 98010636 em 26/10/2020

Protocolo 203237889 de 23/10/2020

Nome da empresa NOVONOR S.A - EM RECUPERACAO JUDICIAL NIRE 29300025593

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 135119762639420

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 03/02/2021

por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral



Odebrecht S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=AS5Y0Q4KESSQ_KE3C0TYEg&chave2=BT-06aCCpMpeIH2nmcFRg
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 27100678897-MARCEL ANDRE CARILHO JARDIM

(c) Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis

Provisões são constituídas para todos os riscos referentes aos processos judiciais que representam perdas prováveis e que são estimáveis com segurança.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

d) Teste de redução do valor recuperável de ativos de vida longa

Na data de cada demonstração financeira, a Companhia e suas controladas realizam uma análise para determinar se existem indicadores de que o montante dos ativos de vida longa não seja recuperável. Quando um indicador é identificado, o montante recuperável dos ativos é estimado pela Companhia e suas controladas.

O montante recuperável de um ativo é determinado pelo maior entre: (a) seu valor justo menos custos estimados de venda; e (b) seu valor em uso. O valor em uso é mensurado com base nos fluxos de caixa descontados, antes dos impostos, derivados pelo contínuo uso de um ativo até o fim de sua vida útil.

Quando o valor residual de um ativo exceder seu montante recuperável, a Companhia e suas controladas reconhecem uma provisão readequando o saldo destes ativos.

A recuperabilidade do ágio é avaliada com base na análise e identificação de fatos e circunstâncias que podem resultar na necessidade de se antecipar o teste realizado anualmente. Se algum fato ou circunstância indicar que a recuperabilidade do ágio está afetada, então o teste é antecipado. Em dezembro de 2019 e 2018, as Controladas da Companhia realizaram testes de recuperabilidade de ágio para todas as unidades geradoras de caixa ("UGCs"), as quais representam o nível mais baixo no qual o ágio é monitorado pela administração com base em projeções de fluxo de caixas descontados que levaram em consideração as seguintes premissas: custo de capital, taxa de crescimento e ajustes usados para fins de perpetuidade do fluxo de caixa, metodologia para determinação do capital de giro, plano de investimentos e previsões econômico financeiras de longo prazo.

O processo de revisão da recuperabilidade é subjetivo e requer julgamento significativo. A avaliação das UGC's de algumas controladas da Companhia baseada em fluxos de caixa projetados pode ser negativamente impactada, principalmente se destacarmos uma eventual deterioração do mercado, queda significativa nos spreads, paralisação de atividades de plantas industriais ou mudanças relevantes na economia ou mercado financeiro que acarretem em aumento da percepção de risco ou redução da liquidez e capacidade de refinanciamento.

No exercício de 2019 foi reconhecida uma reversão de impairment na controlada direta Ocyan e uma provisão para impairment na controlada indireta Braskem, no imobilizado no montante de R\$ 742.721 e R\$ (215.772) respectivamente, e no exercício de 2018 uma perda por impairment na Ocyan no montante de R\$ 448.179 (Nota 25).

(e) Valor justo dos ativos biológicos

O valor justo dos ativos biológicos da controlada indireta Atvos Inv e suas controladas foi determinado utilizando-se a metodologia de fluxo de caixa descontado, considerando as seguintes principais premissas:

- (i) Entradas de caixa obtidas por meio de cálculos que consideram: (i) produtividade da cana-de-açúcar na safra, medida em tonelada; (ii) nível de concentração de açúcar (Açúcar Total Recuperável ("ATR")) esperado para as safras futuras; (iii) valor do ATR por tonelada de cana, calculado conforme metodologia do CONSECANA (Conselho dos produtores de cana-de-açúcar, açúcar e álcool do Estado de São Paulo), que leva em consideração o mix de produção, no mercado, de açúcar e etanol (hidratado e anidro) e os preços futuros esperados para cada um destes produtos; e

44 de 126

Junta Comercial do Estado da Bahia

03/02/2021

Certifico o Registro sob o nº 98010636 em 26/10/2020

Protocolo 203237889 de 23/10/2020

Nome da empresa NOVONOR S.A - EM RECUPERACAO JUDICIAL NIRE 29300025593

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 135119762639420

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 03/02/2021

por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral





- (ii) Saídas de caixa representadas pela estimativa de: (i) custos necessários para que ocorra a transformação biológica da cana-de-açúcar (tratos culturais da cana soca); (ii) custos com corte, transbordo e transporte (CTT); (iii) custos de capital (terras e máquinas e equipamentos); e (iv) impostos incidentes sobre o fluxo de caixa positivo.

Com base na estimativa de receitas e custos, determina-se o fluxo de caixa a ser gerado em cada ano, considerando-se uma taxa de desconto que objetiva definir o valor presente dos ativos biológicos. As variações no valor justo são registradas como ativo biológico no ativo circulante tendo como contrapartida "Valor justo dos ativos biológicos" na demonstração do resultado, na rubrica de custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados.

A amortização das variações do valor justo dos ativos biológicos é realizada de acordo com a colheita da cana-de-açúcar e proporcionalmente a produtividade esperada nas safras.

O modelo e as premissas utilizadas na determinação do valor justo representam a melhor estimativa da Administração da controlada indireta Ativos Inv e de suas controladas na data das demonstrações financeiras, sendo revisados trimestralmente e, se necessário, ajustados.

(f) Reconhecimento de receita

Algumas controladas usam o método de porcentagem de conclusão ("POC") para contabilizar seus contratos de construção.

O uso do método POC requer que as controladas da Companhia estimem o estágio de execução de cada contrato até a data base do balanço como uma proporção entre os custos incorridos com os serviços até então executados e o total dos custos orçados de cada contrato.

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

A Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de mercado decorrentes de variações de taxas de câmbio, taxas de juros, indexadores de preços, preços de commodities, risco de crédito (decorrente da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras, contas a receber e derivativos) e risco de liquidez.

A gestão de riscos segue políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. O objetivo da gestão de riscos é proteger o fluxo de caixa da Companhia e suas controladas e reduzir as ameaças ao financiamento do seu capital de giro operacional e de programas de investimento.

(a) Riscos de mercado: exposição à variação cambial

A Companhia e suas controladas atuam internacionalmente e estão sujeitas ao risco cambial decorrente de exposições a algumas moedas, especialmente com relação ao dólar norte-americano.

O risco cambial decorre de operações comerciais, ativos e passivos reconhecidos e investimentos líquidos denominados ou fortemente influenciados por moedas estrangeiras.

A Companhia, através de suas controladas, possui volume significativo de operações no exterior, sendo parte dessas operações expressa em dólares norte-americanos, com alguma exposição às moedas locais, restrita a alguns países específicos.

Adicionalmente, certos financiamentos da Companhia e suas controladas captados no exterior são denominados em moedas estrangeiras, assim como dívidas com fornecedores e outros saldos mantidos com partes relacionadas.

Odebrecht S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=ASA5YQ4KESSQ_ke3CotYEg&chave2=BT-06aCCpMpeIH2nmcFRg
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 27100678897 - MARCEL ANDRE CARILHO JARDIM

A Companhia e suas controladas administram sua exposição às taxas de câmbio através da composição entre fluxo de caixa em moedas estrangeiras, dívida em moedas estrangeiras, aplicações em moedas estrangeiras e derivativos. A política da Companhia e suas controladas para gestão de riscos cambiais prevê limites máximos e mínimos de cobertura que devem ser obedecidos, os quais são observados continuamente pela administração.

(b) Riscos de mercado: exposição a taxas de juros

A Companhia e suas controladas têm ativos sobre os quais incidem juros, tendo assim resultado e fluxos de caixa operacionais expostos à oscilação desta variável. Em relação às disponibilidades em moeda estrangeira, tal risco está ligado principalmente à flutuação da LIBOR. O caixa e equivalentes de caixa em moeda nacional estão sujeitos a taxas pré-fixadas em reais e à variação do CDI diário.

A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de que uma variação de taxas de juros flutuantes cause um aumento em sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros. Em relação às dívidas em moeda estrangeira tal risco está ligado principalmente à flutuação da LIBOR. A dívida em moeda nacional está sujeita, principalmente, à oscilação da TJLP, de taxas pré-fixadas em reais e à variação do CDI diário.

A Companhia e suas controladas analisam sua exposição às taxas de juros de forma dinâmica. São simulados diversos cenários, levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes, financiamento e hedges alternativos. Com base nesses cenários, a Companhia e suas controladas definem uma mudança relevante nas taxas de juros e calculam o impacto sobre os resultados. Os cenários são elaborados somente para os passivos que representam as principais posições com juros.

(c) Riscos de mercado: exposição a indexadores de preços e commodities

A Companhia e suas controladas estão expostas à variação de índices de preços e de preços de diversas commodities, como petróleo e petroquímicas, açúcar, etanol etc. A Companhia e suas controladas procuram repassar aos clientes as oscilações dos indexadores de preço e dos preços destas commodities. No entanto, parte dos contratos e das vendas nos quais a Companhia e suas controladas encontram-se engajadas podem ser realizados através de contratos de preços fixos ou com banda de flutuação máxima e/ou mínima. Tais contratos podem ser acordos comerciais ou contratos de vendas futuras.

(d) Risco de crédito

O risco de crédito decorre, principalmente, de caixa e equivalentes de caixa e instrumentos financeiros derivativos, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto e operações compromissadas.

A Companhia e suas controladas buscam manter um volume de disponibilidades suficiente para fazer frente: (i) à sua necessidade de capital de giro; (ii) aos investimentos orçados nos planos de negócios; e (iii) às condições adversas que possam demandar maiores fluxos de capital de giro.

Esses recursos são alocados de forma a: (i) buscar retorno compatível com a volatilidade máxima determinada pela política de investimentos e de riscos; (ii) buscar uma alta pulverização da carteira consolidada; (iii) evitar o risco de crédito decorrente de concentração em poucos títulos; e (iv) acompanhar a variação da taxa de juros de mercado, seja no Brasil ou no exterior.

No que diz respeito às aplicações financeiras e aos demais investimentos, a Companhia e suas controladas têm como política trabalhar com instituições de primeira linha e não ter grande concentração de investimentos em um único grupo econômico, ponderando as concentrações de acordo com o rating e os preços observados diariamente no mercado de Credit Default Swaps referenciados às instituições.

46 de 126

Junta Comercial do Estado da Bahia

03/02/2021

Certifico o Registro sob o nº 98010636 em 26/10/2020

Protocolo 203237889 de 23/10/2020

Nome da empresa NOVONOR S.A - EM RECUPERACAO JUDICIAL NIRE 29300025593

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 135119762639420

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 03/02/2021

por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral



Odebrecht S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=ASAYQq4KESSQ_KE3CotYEg&chave2=BT-06aCCpMpeIH2nWncfRg
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 27100678897-MARCEL ANDRE CARILHO JARDIM

As políticas de vendas da Companhia e suas controladas consideram o nível de risco de crédito o qual a administração de cada empresa está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios, respeitando as diretrizes gerais do Grupo Odebrecht.

A diversificação das carteiras de recebíveis, a seletividade dos clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência no contas a receber.

Para mitigar esse risco de inadimplência, a Companhia e suas controladas têm como mecanismo de proteção a prestação do serviço mediante pagamentos periódicos antecipados pelos clientes, além da análise rigorosa para a concessão do crédito e a obtenção de garantias reais e não reais quando julgadas necessárias.

(e) Risco de liquidez

É o risco da Companhia e suas controladas não disporem de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas constantemente pelas áreas de tesouraria das empresas.

4.2 Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos com os seguintes propósitos:

(i) Hedge

A Política de Assuntos Financeiros da Companhia prevê monitoramento contínuo de suas operações e itens financeiros a fim de protegê-los do risco de variação cambial, via contratação de hedge. Os demais riscos de mercado (taxas de juros, preços de commodities, índices de preços etc.) são abordados na medida em que são identificados para cada operação. De um modo geral, a Companhia julga a necessidade de contratação de hedge durante a análise de operações prospectivas e procura realizá-la sob medida para as operações consideradas, além de preservá-la pelo prazo integral da operação que estiver sendo coberta.

A Companhia pode dar tratamento de contabilidade de hedge às operações de derivativos, conforme o CPC 03. A designação de hedge não é obrigatória. Em geral, a Companhia elegerá designar derivativos como hedge quando for esperado que o respectivo tratamento contábil proporcione uma melhoria relevante na demonstração do efeito compensatório dos derivativos sobre as variações dos itens objeto de hedge.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia e suas controladas detinham contratos derivativos financeiros com valor nominal de R\$ 11.723.507 (31 de dezembro de 2018 – R\$ 11.003.472).

(ii) Modificar o retorno de outros instrumentos

A Companhia e suas controladas pode fazer uso de derivativos para modificar o retorno de aplicações ou a taxa de juros ou o índice de correção de passivos financeiros, conforme seu julgamento, sobre as condições mais adequadas à Companhia e suas controladas. Quando a Companhia e suas controladas utilizam derivativos para modificar os retornos de aplicações, ela procura igualar as obrigações que terá em virtude do derivativo aos direitos representados pelas aplicações. Quando ela utiliza derivativos para modificar a taxa de juros ou o índice de correção de passivos, ela procura igualar os direitos que terá em virtude do derivativo às obrigações representadas nos passivos.

47 de 126

Junta Comercial do Estado da Bahia

03/02/2021

Certifico o Registro sob o nº 98010636 em 26/10/2020

Protocolo 203237889 de 23/10/2020

Nome da empresa NOVONOR S.A - EM RECUPERACAO JUDICIAL NIRE 29300025593

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 135119762639420

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 03/02/2021

por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral



Odebrecht S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=ASAYQq4KESSQ_ke3CoTYeg&chave2=BT-06acCPmpeIH2nmcfrg
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 27100678897-MARCEL ANDRE CARILHO JARDIM

Essas operações de modificação do retorno de aplicações ou da taxa de juros ou do índice de correção de compromissos financeiros são realizadas para um montante não superior ao da aplicação ou compromisso subjacente. A Companhia e suas controladas não efetuam posições alavancadas com derivativos. Em 31 de dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018, a Companhia e suas controladas não tinham operação com esse propósito.

(iii) Monetização de certos riscos

A Companhia pode utilizar derivativos para monetizar certos riscos que ela julgar aceitáveis em decorrência do seu perfil exportador. Ao monetizar um risco, a Companhia auferirá uma receita financeira em troca de compensar a contraparte na ocorrência de um evento específico. Em 31 de dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018, a Companhia e suas controladas não tinham operação com esse propósito.

(iv) Outras informações sobre instrumentos financeiros derivativos

Todos os instrumentos financeiros derivativos em aberto entre 31 de dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018 foram celebrados em mercado de balcão, com contrapartes financeiras de grande porte, sob o abrigo de contratos globais de derivativos, no Brasil ou no exterior.

Os instrumentos financeiros derivativos são representados no balanço patrimonial pelo seu valor justo, em conta de ativo ou passivo. Os instrumentos financeiros derivativos são obrigatoriamente classificados como “mantidos para negociação”. As variações periódicas do valor justo dos derivativos são reconhecidas como receita ou despesa financeira no mesmo período em que ocorrem, exceto quando o derivativo for designado e qualificado para contabilidade de “hedge de fluxo de caixa” no período em questão. O valor justo dos derivativos é obtido:

- (a) de fontes públicas, quando o derivativo é negociado em bolsa;
- (b) por modelos de fluxo de caixa descontado, quando o derivativo é uma compra ou venda a termo ou contrato de swap; e
- (c) por modelos de avaliação de contratos de opções, tais como o modelo Black-Scholes, quando o derivativo possui características de opção.

As premissas de avaliação (inputs dos modelos) são obtidas de fontes que refletem os preços observáveis mais atuais de mercado, particularmente as curvas de juros e de cotações futuras de moedas divulgadas pela Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&FBOVESPA), as taxas de câmbio à vista divulgadas pelo Banco Central do Brasil e as curvas internacionais de juros divulgadas por serviços de cotações largamente conhecidos, como Bloomberg ou Reuters.

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, a Companhia e suas controladas não possuíam derivativos que necessitassem de premissas não-observáveis para o cálculo do seu valor justo.

A tabela abaixo mostra as operações com instrumentos financeiros derivativos da Companhia e suas controladas existentes em 31 de dezembro de 2019. A coluna “Variação do valor justo” mostra a variação no valor justo dos derivativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, enquanto que a coluna “Ajuste de avaliação patrimonial” mostra o valor de ajuste de avaliação patrimonial associado com as operações denominadas como “hedge de fluxo de caixa” ou “hedge de investimento no exterior”, no exercício iniciado em 1 de janeiro de 2019 e findo em 31 de dezembro de 2019. A coluna “Liquidações no exercício 2019” mostra o efeito reconhecido em receita ou despesa financeira associado às liquidações dos derivativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, e coluna “Efeito Total no Resultado” representa os efeitos da variação de valor dos derivativos (variação de valor justo e liquidações) no resultado da Companhia e suas controladas.

48 de 126

Junta Comercial do Estado da Bahia

03/02/2021

Certifico o Registro sob o nº 98010636 em 26/10/2020

Protocolo 203237889 de 23/10/2020

Nome da empresa NOVONOR S.A - EM RECUPERACAO JUDICIAL NIRE 29300025593

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 135119762639420

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 03/02/2021

por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral



Odebrecht S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Identificação	Moeda	Valor Nominal	Valor Nominal	Último Vencimento	Valor justo em Dez/18	Variação do valor justo	Ajuste avaliação patrimonial
Engenharia e Construção							
Operações de Derivativo							
Swaps LIBOR	R\$		30.273	nov-19	(54)	54	
Opção de Compra e Venda - USDBRL	R\$		35.641	set-19	987	(987)	
Opção de Compra e Venda - EURBRL	R\$		23.758	dez-19			
Petroquímica							
Operações de Derivativo							
Swap USDBRL	R\$		400.000	mar-21	(5.231)	(14.485)	
Swaps USDARS	US\$		2.584	jan-20	(517)	(172)	
Hedge Accounting - Hedge de Fluxo de Caixa							
Swap USDBRL	R\$		269.622	jan-20	(183.398)	(43.113)	(145.866)
Swap LIBOR	US\$		703.708	ago-25	67.664	(77.998)	(234.372)
Opção de Compra e Venda - USDBRL	R\$		8.117.359	jan-25	(36.139)	38.437	2.297
Energia							
Hedge Accounting - Hedge de Fluxo de Caixa							
Swaps LIBOR	US\$				(61.976)		
					(218.664)	(98.264)	(377.941)

Em 31 de dezembro de 2019, o valor justo dos instrumentos financeiros derivativos no montante de R\$ (196.175) (31 de dezembro de 2018 – R\$ (218.664)) está registrado na rubrica de “Demais contas a receber”.

Odebrecht S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=ASAYQ4KESSQ_KE3COTYE&chave2=BT-06ACCpmpelH2nmcFRg
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 27100678897-MARCEL ANDRE CARILHO JARDIM

4.3 Análise de sensibilidade

Os instrumentos financeiros derivativos podem sofrer variações no valor justo em decorrência da flutuação de taxas de câmbio, taxas de juros, índices de preços e outras variáveis. As avaliações da sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos a essas variáveis são apresentadas abaixo:

(i) Seleção dos riscos

A administração selecionou os oito riscos de mercado que mais podem afetar o valor dos instrumentos financeiros derivativos detidos pela Companhia e suas controladas, são eles: (i) a taxa de câmbio dólar norte-americano/real; e (ii) a taxa de juros LIBOR.

Para efeito da análise de sensibilidade a riscos, a Companhia e suas controladas apresentam as exposições a moedas, taxas de juros e preços como se movimentassem de maneira independente, ou seja, sem considerar a interdependência entre elas. Exposições que podem ser afetadas por dois ou mais riscos de mercado, têm os impactos de cada um deles analisados separadamente.

(ii) Seleção dos cenários

Na análise de sensibilidade foram incluídos três cenários, sendo um provável e dois que possam representar efeitos adversos para a Companhia e suas controladas.

Dado que a Companhia e suas controladas administram sua exposição cambial em base líquida, efeitos adversos verificados com uma alta do dólar norte-americano contra o real podem ser compensados por efeitos opostos nos resultados operacionais da Companhia e suas controladas.

Os valores de sensibilidade nas tabelas abaixo são de variações do valor dos instrumentos financeiros derivativos sob cada cenário.

(iii) Sensibilidade à taxa de câmbio dólar norte-americano/real

Para a taxa de câmbio dólar norte-americano/real foi considerada uma variação de 25% para o cenário adverso possível e 50% para o cenário extremo, da cotação da curva futura disponível na Bloomberg em 31 de dezembro de 2019.

A sensibilidade de cada instrumento financeiro derivativo à variação da taxa de câmbio dólar norte-americano/real é apresentada na tabela abaixo:

Instrumento	Provável	Adverso	Adverso
		Possível (25%)	Extremo (50%)
Petroquímica			
Swap USDBRL	26.113	535.948	1.072.177
Opção de Compra e Venda - USDBRL	9.931	478.958	1.685.285
Total - R\$	36.044	1.014.906	2.757.462

(v) Sensibilidade à taxa de juros LIBOR

Para a taxa de juros LIBOR foi considerada uma variação de 25% para o cenário adverso possível e 50% para o cenário extremo, da cotação da curva futura disponível na Bloomberg em 31 de dezembro de 2019.

Odebrecht S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=ASAY0q4KESSQ_ke3C0tYg&chave2=BT-06acCCpMpeIH2nmncfRg
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 27100678897 - MARCEL ANDRE CARILHO JARDIM

A sensibilidade de cada instrumento financeiro derivativo à variação da taxa de juros LIBOR é apresentada na tabela abaixo:

Instrumento	Provável	Adverso Possível (25%)	Adverso Extremo (50%)
Petroquímica			
Swap LIBOR	5.730	(37.283)	(73.854)
Total - R\$	5.730	(37.283)	(73.854)

4.4 Instrumentos financeiros por categoria

	31 de Dezembro de 2019		31 de Dezembro de 2018	
	Ativos	Passivos	Ativos	Passivos
Operações de Hedge Accounting - R\$	2.298	172.572	67.664	281.514
Operações de Derivativos - R\$		25.900	987	5.802
	2.298	198.472	68.651	287.316

- (i) Os pagamentos antecipados estão excluídos do saldo de "Contas a receber de clientes e demais contas a receber", uma vez que essa análise é exigida somente para instrumentos financeiros.
- (ii) As categorias nessa divulgação são determinadas pelo CPC 48. Portanto, os arrendamentos financeiros foram apresentados conjuntamente com os financiamentos.
- (iii) As obrigações decorrentes da legislação estão excluídas do saldo de fornecedores, uma vez que essa análise é exigida somente para instrumentos financeiros.

5 Instrumentos financeiros por categoria - Consolidado

	Custo amortizado	Ativos mensurado ao valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Total
31 de dezembro de 2019				
Ativos, conforme o balanço patrimonial				
Caixa e equivalentes de caixa	4.892.381	4.628.584		9.520.965
Aplicações financeiras	55.177	2.517.408	8.504	2.581.089
Debêntures	713.006			713.006
Contas a receber de clientes, depósitos judiciais e outros ativos excluindo pagamentos antecipados (i)	17.718.266	1.524	60.403	17.780.193
Instrumentos financeiros derivativos	333.795			333.795
Sociedades do Grupo Odebrecht	15.871.966			15.871.966
	39.584.591	7.147.516	68.907	46.801.014
			Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Total
31 de dezembro de 2019				
Passivo, conforme o balanço patrimonial				
Financiamentos, arrendamentos mercantis e debêntures (ii)		104.342.155		104.342.155
Instrumentos financeiros derivativos		218.764		218.764
Fornecedores, obrigações financeiras e outros passivos		26.280.348		26.280.348
Sociedades do Grupo Odebrecht		3.921.202		3.921.202
		134.762.469		134.762.469

Odebrecht S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=AS5YQ4KESsq_ke3CotYEg&chave2=BT-06aCCpMpeIH2hncfRg
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 27100678897-MARCEL ANDRE CARILHO JARDIM

	Custo amortizado	Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Total (Reapresentado)
31 de dezembro de 2018				
Ativos, conforme o balanço patrimonial				
Caixa e equivalentes de caixa	7.617.418	1.067.334		8.684.752
Aplicações financeiras	2.553.852	561.675	8.819	3.124.346
Debêntures	698.016			698.016
Contas a receber de clientes, empréstimos concedidos, depósitos judiciais e outros ativos excluindo pagamentos antecipados (i)	18.776.999	111.659		18.888.658
Instrumentos financeiros derivativos	74.378			74.378
Sociedades do Grupo Odebrecht	17.469.304			17.469.304
	47.189.967	1.740.668	8.819	48.939.454
			Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Total
31 de dezembro de 2018				
Passivo, conforme o balanço patrimonial				
Financiamentos e debêntures (ii)		94.413.087		94.413.087
Instrumentos financeiros derivativos		564.433	54	564.487
Fornecedores, obrigações com o poder concedente e outros passivos		23.540.853		23.540.853
Sociedades do Grupo Odebrecht		3.443.490		3.443.490
		121.961.863	54	121.961.917

- (i) Os pagamentos antecipados estão excluídos do saldo de "Contas a receber de clientes e Outros ativos", uma vez que essa análise é exigida somente para instrumentos financeiros.
- (ii) As categorias nessa divulgação são determinadas pela norma contábil, portanto os arrendamentos financeiros foram apresentados conjuntamente com os financiamentos.

6 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018 (Reapresentado)
Caixa e bancos				
Moeda nacional	55	113	578.591	2.888.001
Moeda estrangeira		47	3.006.828	919.400
Equivalentes de caixa				
Moeda nacional	617.836	6.472	3.169.985	2.643.531
Moeda estrangeira			2.765.561	2.233.820
	617.891	6.632	9.520.965	8.684.752

O saldo de caixa e bancos é oriundo, substancialmente, das controladas diretas OEC e Ocyan e as controladas indiretas Braskem e OPI nos montantes de R\$ 400.869, R\$ 209.213, R\$ 2.303.231 e R\$ 155.332 (31 de dezembro de 2018 – R\$ 737.043, R\$ 227.201, R\$ 2.228.964 e R\$ 131.467), respectivamente.

O saldo de equivalentes de caixa no Brasil e no exterior, são oriundas principalmente da controlada indireta Braskem e suas controladas, no montante de R\$ 1.963.185 e R\$ 2.537.464 (31 de dezembro de 2018 – R\$ 1.754.561 e R\$ 1.564.112), e da controlada direta OEC e suas controladas, nos montantes de R\$ 72.191 e R\$ 9.365 (31 de dezembro de 2018 - R\$ 553.129 e R\$ 514.204).

Odebrecht S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=ASAY0q4KESSQ_KE3C0tYE&chave2=BT-06aCCpMpeIH2nmcFRg
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 27100678897-MARCEL ANDRE CARILHO JARDIM

7 Aplicações financeiras - Consolidado

	2019	2018
Títulos e valores mobiliários (i)	1.747.470	2.283.336
Fundos restritos	824.469	700.494
Demais aplicações	342.945	140.516
	<u>2.914.884</u>	<u>3.124.346</u>
Ativo circulante	<u>2.736.587</u>	<u>3.075.795</u>
Ativo não circulante	<u>178.297</u>	<u>48.551</u>

O saldo em 31 de dezembro de 2019 é oriundo substancialmente, da controlada indireta Braskem e controlada direta Ocyan e respectivas controladas, nos montantes de R\$ 1.697.212 e R\$ 502.899 (31 de dezembro de 2018 – R\$ 2.367.611 e R\$ 502.287), e, respectivamente.

(i) Referem-se a Letras Financeiras do Tesouro ("LFT's") emitidas pelo governo federal brasileiro e a Letras Financeiras ("LF's") emitidas por instituições financeiras. Essas aplicações possuem vencimento original superior a três meses, apresentam liquidez imediata no mercado secundário e a expectativa de realização de curto prazo pela controlada indireta Braskem.

8 Contas a receber de clientes - Consolidado

(a) Composição

	2019	2018
Setor público		
Federal	3.075.749	3.999.957
Estadual	1.987.509	2.219.244
Municipal	453.584	369.764
	<u>5.516.842</u>	<u>6.588.965</u>
Setor privado	7.230.405	9.565.956
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	(2.813.350)	(2.243.658)
	<u>9.933.897</u>	<u>13.911.263</u>
Ativo circulante	<u>7.357.597</u>	<u>9.695.553</u>
Ativo não circulante	<u>2.576.300</u>	<u>4.215.710</u>

(b) Composição de contas a receber de clientes de longo prazo, por ano de vencimento

	2019	2018
2020		4.015.471
2021	2.275.001	17.845
2022	48.646	16.991
2023	21.276	18.004
2024	21.969	19.134
2025 em diante	209.408	128.265
	<u>2.576.300</u>	<u>4.215.710</u>

Odebrecht S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=AS5YQ4KESSQ_KE3C0TYE&chave2=BT-06ACCPmpeIH2nmcFRg
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 27100678897-MARCEL ANDRE CARILHO JARDIM

(c) Composição por segmento

	2019	2018
Segmento de Engenharia e Construção		
OEC (i)	5.511.674	8.524.300
Segmento imobiliário		
OR	285.059	264.177
Segmento de Indústria		
Braskem (ii)	2.306.651	3.093.003
Ativos Inv	376.659	347.244
Segmento de Investimentos em infraestrutura e energia		
OPISA (iii)	660.629	469.527
Ocyan	217.163	293.993
OTP	15.541	22.504
Outros investimentos		
OP Inv	218.187	230.106
OPE (iv)	122.615	411.703
OSP Inv	107.268	112.449
OA Par	64.094	70.607
Outros	48.357	71.650
	9.933.897	13.911.263

(I) Contas a receber de clientes

(i) OEC

Os saldos de contas a receber da OEC estão registrados substancialmente em Angola, Brasil, Peru e Venezuela. Historicamente, a OEC e suas controladas têm recebido esses créditos mantidos junto às referidas entidades, incluindo aqueles atrasados há um ano ou mais e não vem apresentando perdas significativas em sua realização. O recebimento desses valores em atraso pode ocorrer mediante liquidação financeira ou mediante o recebimento de títulos ou outros ativos. Como parte da sua política de mitigação dos riscos de atuação em países emergentes, na OEC e suas controladas costumam receber adiantamentos dos clientes antes de iniciar uma obra ("down payment"). Esses adiantamentos são descontados de cada fatura até o final do contrato.

Historicamente, a controlada direta OEC têm recebido esses créditos mantidos junto às referidas entidades, incluindo aqueles atrasados há um ano ou mais e não vem apresentando perdas significativas em sua realização. O recebimento desses valores em atraso pode ocorrer mediante liquidação financeira ou mediante o recebimento de títulos ou outros ativos. Como parte da sua política de mitigação dos riscos de atuação em países emergentes, a controlada OEC costuma receber adiantamentos dos clientes antes de iniciar uma obra ("down payment"). Esses adiantamentos são descontados de cada fatura até o final do contrato.

Conforme mencionado na Nota explicativa 1.2 (b), a OEC reconheceu perdas no montante de R\$ 1.452.094 de recebíveis na Venezuela."

Em 31 de dezembro de 2019, a OEC apresenta saldo de Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação duvidosa de R\$ 1.081.088 (2018 – R\$ 624.791).

(ii) Braskem

O prazo de faturamento da controlada indireta Braskem é, em grande parte, de 30 dias. A controlada indireta Braskem realiza parte de suas contas a receber de clientes através da alienação de títulos para fundos e instituições financeiras destinadas à aquisição de recebíveis. Essas operações são realizadas sem direito de regresso e com transferência substancial dos riscos e benefícios dos recebíveis, razão pela qual os títulos são baixados no ato da operação. Em 31 de dezembro de 2019, essas operações correspondem a R\$ 2.0 bilhões.

Odebrecht S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=AS5YQ4KESQ_KE3C0TYE&chave2=BT-06aCCpMpeIH2nWncfRg
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 27100678897-MARCEL ANDRE CARILHO JARDIM

(iii) OPISA

As contas a receber da controlada OPISA e suas controladas correspondem, substancialmente, as contas a receber referentes ao fluxo trimestral de pagamentos do Governo Peruano às concessões situadas no Peru.

Os saldos correspondem substancialmente as concessionárias OLMOS, IRSA 2, IRSA 3 e IRSA Norte, nos montantes de R\$ 374.191, R\$ 87.408, R\$ 71.551 e R\$ 71.048, respectivamente.

(iv) OPE

As contas a receber da controlada indireta Enseada no montante líquido de R\$ 122.615 (31 de dezembro de 2018 - R\$ 411.703) refere-se a: (i) no ativo circulante no montante de R\$ 2.557, ao contrato de serviços portuários de preparação, atracação e permanência (lay up) de uma sonda de perfuração do tipo semissubmersível em um dos cais do estaleiro; e (ii) no ativo não circulante no montante de R\$ 120.058 (31 de dezembro de 2018 - R\$ 411.302), aos contratos firmado com a PNBV para conversão de casco simples/duplo de quatro navios em plataformas de produção FPSO e aos contratos com as subsidiárias Sete Brasil para a construção e fornecimento de seis navios sondas de perfuração de petróleo.

Em 31 de dezembro de 2019, possui saldo em aberto (vencidos) no montante de R\$ 1.272.073 (2018 – R\$ 1.327.176), para os quais foi reconhecida em perda por impairment (Perdas estimadas para Créditos de liquidação duvidosa) no valor de R\$ 1.149.458 (2018 – R\$ 915.473), baseada na análise de risco dos créditos da controladora Sete Brasil Participações S.A., cujo pedido de recuperação judicial foi protocolado no TJRJ. Neste cenário permanece a incerteza relacionada ao recebimento dos créditos em aberto, o que leva a administração da Enseada a permanecer aguardando definição das medidas de cobrança de seu crédito perante as subsidiárias Sete Brasil em relação aos contratos EPC Sondas.

(II) Adiantamento de clientes - Consolidado

	2019	2018
Segmento de Engenharia e Construção		
OEC (i)	7.220.016	8.235.449
Segmento imobiliário		
OR	560.992	728.511
Segmento de Indústria		
Braskem	355.764	153.264
Ativos Inv	506.081	652.202
Segmento de Investimentos em infraestrutura e energia		
OPISA (ii)	568.820	208.005
Outros investimentos		
OPE (iii)	560.678	561.576
Outros	3.924	4.148
	9.776.275	10.543.155
Passivo circulante	2.314.955	2.869.357
Passivo não circulante	7.461.320	7.673.798

(i) OEC

Referem-se a adiantamentos de clientes recebidos geralmente quando da assinatura de contratos, para execução de determinadas obras, os quais são deduzidos em percentuais variados das faturas de prestação de serviços, durante o prazo de execução estipulado em contrato. Os valores recebidos de clientes superiores às receitas apropriadas também são registrados na rubrica “Adiantamentos recebidos de clientes”, denominado como passivo de contrato, no passivo circulante e não circulante, de acordo com o prazo de execução da obra.

Odebrecht S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=ASAYQ4KESQ_ke3CotYeg&chave2=BT-06aCCpmpeIH2nmcFRg
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 27100678897-MARCEL ANDRE CARILHO JARDIM

(ii) OPISA

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo no valor de R\$ 568.820 (2018 – R\$ 208.005) corresponde, substancialmente, a adiantamentos efetuados pelo Estado peruano em decorrência de: i) atividades de construção e manutenção de rodovias para as investidas indiretas IIRSA 2 – R\$ 27.436 (2018 – R\$16.961), IIRSA 3 – R\$ 68.524 (2018 - R\$ 67.409), IIRSA Norte – R\$ 145.121 (2018 - R\$ 115.937) e OPOS – R\$ 18.977 (2018 – R\$ 7.698); e ii) serviços de irrigação efetuados por H2OImos – R\$ 308.762, que voltou a ser consolidada a partir de junho de 2019.

(iii) OPE

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo desta rubrica corresponde a controlada indireta Enseada e totaliza R\$ 560.678 (2018 - R\$561.576) e refere-se, basicamente, a valores antecipados pelo cliente PNBV que tiveram como objetivo dar continuidade aos trabalhos de conclusão do projeto de conversão das FPSOs. Para isso, as partes acordaram a implantação do mecanismo de “Conta Reembolso”, através do qual ocorreu o reembolso de gastos e despesas aprovados antecipadamente pelo cliente e, cujo saldo que permaneceu na “Conta Reembolso” até 25 de maio de 2016 incidiu juros de 8,8% a.a. e 22% a.a. para os valores recebidos em Dólar e Real, respectivamente, no montante de R\$ 24.334 (2017–R\$ 24.334), registrados nesta rubrica de “Adiantamentos de clientes”.

A liquidação desta dívida com a PNBV será discutida em uma agenda mais ampla com o cliente, dentro do contexto do processo de arbitragem internacional que foi iniciado em março de 2019 para apuração dos valores definitivos detidos pelas partes, tendo expectativa de conclusão somente em 2020. Em função disso, o montante de R\$ 560.093 permanece registrado no passivo não circulante. Além dos montantes registrados nas demonstrações contábeis, a arbitragem inclui diversos pleitos e serviços adicionais questionados pela Enseada.

9

Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
No Brasil				
Imposto de renda e contribuição social (i)	403	1.179	1.008.682	941.004
IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados			10.054	22.169
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ii)			593.634	796.039
COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social			650.942	613.468
PIS - Programa de Integração Social			150.872	133.303
Contribuições Sociais			3.894	23.677
Superveniências federais (iii)			2.533.914	707.772
Outros	2.794	2.798	112.998	164.916
No exterior				
Imposto de renda (iv)			374.657	844.144
Imposto sobre Valor Agregado			373.058	178.084
Outros			18.705	111.392
	3.197	3.977	5.831.410	4.535.968
Ativo circulante	411	1.191	2.943.676	2.526.119
Ativo não circulante	2.786	2.786	2.887.734	2.009.849

- (i) O saldo de imposto de renda e contribuição social são provenientes das antecipações destes tributos pelas controladas diretas e indiretas e de retenções na fonte sobre rendimentos de aplicações financeiras.
- (ii) Substancialmente representado por saldo acumulado da controlada indireta Braskem, proveniente das vendas internas incentivadas com diferimento da tributação e destinadas ao mercado externo.

56 de 126

Junta Comercial do Estado da Bahia

03/02/2021

Certifico o Registro sob o nº 98010636 em 26/10/2020

Protocolo 203237889 de 23/10/2020

Nome da empresa NOVONOR S.A - EM RECUPERACAO JUDICIAL NIRE 29300025593

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 135119762639420

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 03/02/2021

por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral



Odebrecht S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=ASAYQ4KESQ_KE3COTYE&chave2=BT-06ACCpMpeIH2nmcFRg
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 27100678897-MARCEL ANDRE CARILHO JARDIM

- (iii) Refere-se substancialmente ao crédito fiscal oriundo da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS da controlada indireta Braskem. Ao longo do exercício de 2019, foram certificados os trânsitos em julgado, o período mais antigo retroage ao ano de 1991. Os efeitos dessas decisões foram apurados e reconhecidos, ao longo de 2019, no montante de R\$2.048.782 referente aos débitos de PIS e COFINS apurados a maior, sendo R\$1.904.206 registrado na rubrica de “Outras receitas (despesas) operacionais” e R\$207.582 na rubrica “Receitas financeiras”.

O saldo em 31 de dezembro de 2019 é de R\$2.350.817 (circulante de R\$783.199 e não circulante de R\$1.567.618). A controlada Braskem possui ações de mesma natureza de empresas incorporadas, ainda não transitadas em julgado. O período mais antigo das ações retroage a fevereiro de 1999, os cálculos não foram finalizados

- (iv) Antecipações de imposto de renda por sucursais e subsidiárias de controladas direta e indireta.

10 Estoques - Consolidado

	2019	2018
Produtos acabados e em processo	5.708.720	6.268.262
Imóveis negociáveis	1.636.867	2.535.523
Matérias-primas e embalagens	1.907.801	1.807.739
Adiantamentos a fornecedores	571.226	785.747
Materiais para aplicação em obras	686.221	532.384
Importações e exportações em andamento e outros	290.101	885.985
Almoxarifado	198.398	188.423
	10.999.334	13.004.063
Ativo circulante	9.952.303	11.712.155
Ativo não circulante	1.047.031	1.291.908

Os saldos de estoques são representados, substancialmente, pela controlada indireta Braskem em R\$ 7.641.409 (31 de dezembro de 2018 – R\$ 8.517.971), controlada direta OR em R\$ 1.484.721 (31 de dezembro de 2018 R\$ 2.381.065) e pela controlada indireta Atvos Inv em R\$ 1.392.409 (31 de dezembro de 2018 - R\$ 1.384.955).

Odebrecht S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=ASVYQ4KESSQ_ke3CotYEg&chave2=BT-06aCCpMpeIH2nmcFRg
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 27100678897-MARCEL ANDRE CARILHO JARDIM

11 Sociedades do Grupo Odebrecht e ligadas

(a) Composição por negócio - Controladora

	Ativo		Passivo	
	2019	2018	2019	2018
Segmento de Engenharia e Construção				
OEC e controladas	178.167	1.326.981	391.676	463.396
Segmento de Indústria				
Atvos Inv e controladas	303.643	303.637		1.662.906
Segmento de Investimentos em infraestrutura e energia				
OPISA e controladas	61.222	72.415	520.949	
Ocyan	69.234	66.556		
OTP		7.211		
Outros investimentos				
OE INV e controladas	208.829	235.966		
OP INV	96.858	136.475		
Enseada e controladas	119.735	119.511		37.628
OPE	83.594	22.685		
ODBINV	307	31.831		294.072
OAPAR	13.445			
Fazenda Juliana		2.626		
OFL	726	697	1.155	1.111
ODBIC			990.933	952.537
OIL				2.478
OP Gestão	223	574	34	
ODB Utilities		436		
OSP Inv		179	4.672.641	2.758.552
Outros	168.262	105.881	127.250	3.926
	1.304.245	2.433.661	6.704.638	6.176.606
Ativo circulante	125.502	123.329	3.337.798	518.485
Não Circulante	1.178.743	2.310.332	3.366.840	5.658.121

(b) Composição por natureza - Controladora

Natureza	2019			
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante
Caixa único (i)				345.242
Conta corrente (ii)		109.038		
Debêntures do Grupo (iii)	112.160	103.290	3.019.319	
Outras contas a receber / pagar do Grupo (iv)	13.342	97.912	318.479	2.264.275
Mútuos do Grupo (v)		686.886		757.323
Adiantamento para futuro aumento de capital (vi)		181.617		
	125.502	1.178.743	3.337.798	3.366.840
Natureza	2018			
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante
Caixa único (i)				331.888
Conta corrente (ii)		109.010		
Debêntures do Grupo (iii)	116.118	83.413		2.758.552
Outras contas a receber / pagar do Grupo (iv)	7.211	326.230	518.485	1.666.494
Mútuos do Grupo (v)		723.594		901.187
Adiantamento para futuro aumento de capital (vi)		1.068.085		
	123.329	2.310.332	518.485	5.658.121

58 de 126

Junta Comercial do Estado da Bahia

03/02/2021

Certifico o Registro sob o nº 98010636 em 26/10/2020

Protocolo 203237889 de 23/10/2020

Nome da empresa NOVONOR S.A - EM RECUPERACAO JUDICIAL NIRE 29300025593

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 135119762639420

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 03/02/2021

por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral



Odebrecht S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=ASY0q4KESSQ_ke3CotYEg&chave2=BT-06aCCpMpeIH2nmcFRg
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 27100678897-MARCEL ANDRE CARILHO JARDIM

(i) Caixa único

Os contratos de Caixa único do grupo são regidos pelo instrumento contratual "Contrato de administração de caixa único", firmado entre as empresas do Grupo. A natureza dessas operações são transferências de recursos financeiros.

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de caixa único da Companhia está registrado no passivo com a controlada OOL no montante de R\$ 345.242 (2018 – R\$ 331.888).

(ii) Conta corrente

Os contratos de Conta corrente do grupo são regidos pelo instrumento contratual "Contrato de conta corrente", firmado entre as empresas do Grupo. A natureza dessas operações são transferências de cessões de crédito e assunções de obrigações e não estão sujeitas a encargos financeiros.

Em presa	Ativo	
	2019	2018
Belgrávia	108.313	108.313
OFL	725	697
	<u>109.038</u>	<u>109.010</u>

(iii) Debêntures do Grupo

Referem-se a contratos de emissão de debêntures emitidas entre a Companhia e suas controladas.

	Ativo		Passivo	
	2019	2018	2019	2018
Segmento de Investimentos em infraestrutura e energia				
Ocyan	69.234	66.556		
Outros investimentos				
OP Inv	34.056	132.975		
OSP Inv	112.160		3.019.319	2.758.552
	<u>215.450</u>	<u>199.531</u>	<u>3.019.319</u>	<u>2.758.552</u>

OSP Inv - Em 24 de maio de 2018, a controlada OP Gestão emitiu debêntures simples, não conversíveis em ações, no montante de R\$ 1.715.000, que foram adquiridas pela OSP Inv. Em 31 de julho de 2018 foi deliberado por meio de Assembleia Geral de Acionistas a cisão dos saldos da OP Gestão, sendo imediatamente incorporados pela Companhia. A partir desta data, a Companhia registrou saldo a pagar para a OSP Inv decorrente da emissão das debêntures mencionadas. Em 3 de outubro de 2018, a Companhia realizou emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, no montante de R\$ 885.000, que também foram adquiridas pela OSP Inv. Em atendimento ao "CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis", foi efetuada a reclassificação para o passivo circulante das debêntures que previam a entrada em Recuperação judicial, como evento de antecipação dos prazos das dívidas (covenants).

Odebrecht S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=ASVYQ4KESQ_KE3COTYE&chave2=BT-06ACCPMeIH2nmcFRg
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 27100678897-MARCEL ANDRE CARILHO JARDIM

(iv) Outras contas a receber / pagar do Grupo

As transações de outras contas a receber/pagar do Grupo decorrem de atividades vinculadas ao exercício regular dos negócios do Grupo, tais como: prestação de serviços técnicos; reembolso de despesas; repasse de despesas com serviços de terceiros com prazo de recebimento inferior a 365 dias.

Empresa	Ativo		Passivo	
	2019	2018	2019	2018
Segmento de Engenharia e Construção				
OEC	69.855	253.399	118	
Segmento de Indústria				
Atvos Inv				1.662.906
Segmento de Investimentos em infraestrutura e energia				
OPI	1.524	1.524	520.949	
SuperVia		7.211		
Huallaga		1.473		
Outros investimentos				
ODBIC			318.327	306.015
OSP			1.653.322	
OPE	34.365	34.141		
ODBINV		31.831		212.470
CBPO		3.862		
ODT	103		88.849	
Outros	5.407		1.189	3.588
	111.254	333.441	2.582.754	2.184.979

(v) Mútuos do Grupo

Os principais saldos mantidos com as Sociedades do Grupo estão regidos por instrumentos contratual "Contrato de Mútuo", firmado entre a Companhia e suas controladas e empresas do Grupo Odebrecht. A natureza das operações é de empréstimos e de recursos financeiros e poderá ter incidência de encargos.

Empresa	Ativo		Passivo	
	2019	2018	2019	2018
Segmento de Engenharia e Construção				
OEC			46.359	131.507
Segmento Imobiliário				
OR	29.438	6.031		
Segmento de Indústria				
Atvos	303.637	303.637		
Segmento de Investimentos em infraestrutura e energia				
OPI SA	28.794	26.794		
Outros investimentos				
ODBIC			672.563	646.522
OPE	85.370	85.370		
ODBINV	306			81.602
OE Inv	154.693	201.912		
OAPAR	13.445	10.514		
OP Inv	61.781	61.781		
ODT			34.474	37.628
OCS			1.002	1.002
Outros	9.422	27.555	2.925	2.926
	686.886	723.594	757.323	901.187

(vi) Adiantamento para futuro aumento de capital

Referem-se aos recursos enviados às investidas e recebidos dos acionistas para posterior aporte de capital.

Odebrecht S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=ASAY0q4KESSQ_ke3C0tYEG&chave2=BT-06aCCpMpeIH2nmcFRg
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 27100678897-MARCEL ANDRE CARILHO JARDIM

	Ativo	
	2019	2018
Segmento de Engenharia e Construção		
OEC		961.408
Segmento Imobiliário		
OR	25.800	
Segmento de Indústria		
Atvos Inv	6	
Segmento de Investimentos em infraestrutura e energia		
OPISA	30.904	42.624
Outros investimentos		
OE Inv	6.912	34.053
OPE	83.594	22.686
Fazenda Juliana		2.627
OP Inv		3.500
OP Gestão	223	574
ODB Utilities		435
OSP Inv		178
Mectron	34.178	
	181.617	1.068.085

(c) Consolidado

Os principais saldos mantidos com as Sociedades do Grupo referem-se a operações de repasses de recursos, cessões de créditos e assunções de obrigações, sem cobrança de juros e sem vencimentos.

	Ativo		Passivo	
	2019	2018	2019	2018
		(Reapresentado)		(Reapresentado)
Mútuo de acionista não controlador da Braskem Idesa (i)			2.395.887	2.183.830
ODBINV (ii)	15.477.557	15.958.392	3.806	1.173.390
Biocom (iii)	95.563	1.201.948		
ODBEP (iv)			408.081	
OLI SAC (iv)			1.044.713	
Outros	298.846	308.964	68.715	86.270
	15.871.966	17.469.304	3.921.202	3.443.490
Circulante	197.717	103.410		
Não Circulante	15.674.249	17.365.894	3.921.202	3.443.490

- (i) Corresponde substancialmente, a contratos de mútuo a pagar aos acionistas não controladores da Braskem Idesa, com vencimento em dezembro de 2029 e juros de 7% ao ano. Esses recursos foram utilizados pela Braskem Idesa para financiar seu projeto de construção.
- (ii) Corresponde, substancialmente a contratos de mútuo firmado entre a controladora ODBINV e as empresas do Grupo Odebrecht. A natureza das operações é de empréstimos e de recursos financeiros e poderá ter incidência de encargos. Sendo substancialmente formados por valores a receber pelas controladas OFL em R\$ 8.131.236 (2018 – R\$ 7.816.386) e OEC em R\$ 5.798.025 (2018 – R\$ 5.744.094).
- (iii) A OEC através de suas controladas diretas e indiretas no Brasil e no Exterior, mantém saldos em aberto no balanço nas rubricas de contas a receber com Sociedades do Grupo Odebrecht, contas a receber de clientes e outros ativos do ativo circulante e não circulante com a coligada Biocom, oriundos de faturas de exportação de bens e serviços e mútuos efetuados a título de prestações suplementares ocorridos entre os períodos de 2010 a 2019.

Junta Comercial do Estado da Bahia

03/02/2021

Certifico o Registro sob o nº 98010636 em 26/10/2020

Protocolo 203237889 de 23/10/2020

Nome da empresa NOVONOR S.A - EM RECUPERACAO JUDICIAL NIRE 29300025593

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 135119762639420

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 03/02/2021

por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral



Odebrecht S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=ASAYQ4KESSQ_ke3CotYeg&chave2=BT-06aCCpMpeIH2nmcFRg
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 27100678897-MARCEL ANDRE CARRILHO JARDIM

Em 6 de dezembro de 2019, as Acionistas da Biocom, juntamente com os bancos locais (Banco Angolano de Investimentos – BAI, Banco de Fomento Angola – BFA e Banco Econômico – BE), formularam os principais termos da renegociação dos empréstimos contraídos pela Biocom, ainda em processo de confirmação e assinatura.

Entre os termos desta renegociação em discussão, está previsto a liquidação da dívida junto aos bancos locais em um período de 126 meses (10,5 anos), sendo que somente após liquidação da dívida junto aos bancos locais, poderão ser liquidados os saldos em aberto com os acionistas e partes relacionadas, conforme a capacidade financeira de pagamento da Biocom.

Nesse cenário, em 31 de dezembro de 2019, a OEC registrou um AVP em seu ativo circulante e não circulante, em contrapartida do resultado financeiro, no valor de R\$ 1.516.182, como ajuste a valor presente, cujo valor reflete o valor justo esperado para realização destes saldos em aberto nesta mesma data base (Nota 27).

- (iv) Refere-se a contratos de mútuos. Devido ao processo de liquidação judicial, a OLI SAC e a ODBEP deixaram de ser controladas pela OPISA, portanto deixaram de ser consolidada em consequência os saldos com estas empresas deixaram de ser eliminados.

12 Ativos e passivos não circulantes mantidos para venda - Consolidado

Em 31 de dezembro de 2019, os saldos dos ativos e passivos não circulantes mantidos para venda são, respectivamente, R\$ 1.616.202 (31 de dezembro de 2018 – R\$ 21.777.578) e R\$ 45.701 (31 de dezembro de 2018 - R\$ 12.480.587) e estão representados, substancialmente, por investimentos detidos pela controlada OPISA.

- (a) Principais ativos mantidos para venda e resultado de operações descontinuadas
(I) Ativos mantidos para venda

(i) OTP

Em 31 de dezembro de 2019, tendo em vista o avanço das negociações e sendo altamente provável que a alienação ocorra no próximo exercício social, os investimentos da controlada indireta ODBR nas empresas Bahia Norte, CRC e CRA passaram a ser tratadas como “Ativos não circulantes mantidos para negociação”. Tais investimentos estão sendo mensurados pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo menos a despesa de venda, tendo sido reconhecidas perdas pelo valor de recuperabilidade (impairment) no montante total de R\$ 163.532.

Em 2019 foi concluída a alienação dos ativos CRB, Supervia e Liquiport, que se encontravam classificados em Ativos não circulantes mantidos para negociação em 31 de dezembro de 2018 (Nota 1.2 (e) (iii)).

(ii) OPISA

Em 31 de dezembro de 2019 a controlada direta OPISA apresenta os seguintes investimentos classificados como Ativos não circulante mantidos para venda e Operações descontinuadas, estes investimentos estão sendo mensurados pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo menos a despesa de venda:

EGH - Durante o ano de 2015, a investida indireta OEP iniciou o processo de venda da participação em sua investida EGH. Em agosto de 2017, a investida indireta OEP assinou um acordo para venda de EGH pelo valor de US\$ 1.390 bilhão. A efetivação da operação aconteceu em abril de 2019, depois da aprovação pelo Ministério de Justiça do Peru das cláusulas contratuais estabelecidas pela Lei Anticorrupção daquele país. Foi criada uma conta bancária de fideicomisso - Fideicomiso de Retención y Reparación – FIRR no valor de US\$ 319 milhões onde todas as empresas do Grupo Odebrecht poderão utilizar os recursos do fundo para reparações de danos causados no país.

62 de 126

Junta Comercial do Estado da Bahia

03/02/2021

Certifico o Registro sob o nº 98010636 em 26/10/2020

Protocolo 203237889 de 23/10/2020

Nome da empresa NOVONOR S.A - EM RECUPERACAO JUDICIAL NIRE 29300025593

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 135119762639420

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 03/02/2021

por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral



Odebrecht S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=ASVYQ4KessQ_Ke3CotYeg&chave2=BT-06acCpMpeIH2nHncFRg
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 27100678897-MARCEL ANDRE CARILHO JARDIM

Bloco XVI - A Administração da OPI iniciou negociação para a venda do total da participação de 15% que a controlada indireta OOGA detinha no Bloco XVI. O Bloco XVI encontra-se situado em águas profundas na costa Angolana e é representado por 11 poços – Chissonga 1, Chissonga-2, Chissonga-3, Chissonga-4, Omba 1, Caiundo 1, Catumbela 1 Caporolo 1, Cubal 1, Cubal 2, e Mulavi-1.

Em julho de 2019, a OOGA foi notificada pela Agência de Petróleo, Gás e Biocombustíveis de Angola – ANPG sobre a desqualificação no consórcio do Bloco XVI devido a incumprimento de obrigações de aportes no consórcio. Diante disso, a OOGA registrou baixa na participação detida no consórcio, correspondente ao valor de US\$ 482 milhões – R\$ 1.820 bilhão. Adicionalmente ao processo de baixa, a OOGA reconheceu despesas com multa, despesas financeiras e advocatícias no valor de US\$ 3,8 milhões.

GSP - Em abril de 2016, a controlada indireta IITD implementou plano de venda das ações detidas no GSP, investimento controlado em conjunto, onde a Companhia detém de forma indireta 51,64% de participação no capital.

Em abril de 2016, a controlada indireta IITD implementou plano de venda das ações detidas no GSP, investimento controlado em conjunto, onde a Companhia detém de forma indireta 51,64% de participação no capital.

Em 24 de janeiro de 2017 o Estado Peruano terminou unilateralmente o Contrato de Concessão. No mesmo ano de 2017, a Enagás Perú S.A.C. apresentou, perante o Instituto de Defesa da Concorrência e Propriedade Intelectual - INDECOPI, a abertura do procedimento concursal ordinário do GSP.

Em 4 de dezembro de 2017, o GSP foi declarado em insolvência por parte da Comisión de Procedimientos Concursuales do INDECOPI. Desta maneira, as obrigações do GSP com seus credores foram incorporadas ao processo concursal, sendo que os mesmos deverão apresentar solicitação de reconhecimento de créditos ao INDECOPI. Atualmente o INDECOPI encontra-se resolvendo os pedidos pendentes de reconhecimento de créditos. Concluída a análise dos pedidos, será convocada a instalação da Junta de Credores da GSP.

Em 2018, a controlada indireta IITD registrou uma estimativa de perda do valor recuperável do investimento mantido no GSP no valor de US\$ 103,7 milhões – R\$ 402.703.

Em 2 de julho de 2019, a acionista do GSP NEGOCIOS DE GAS S.A. (“NdG”) iniciou uma arbitragem perante o International Chamber of Commerce - ICC (Processo NN514 / JPA) contra o GSP, Enagas e IITD, solicitando a ineficácia das decisões tomadas no âmbito da Assembleia Geral de Acionistas de 12 de dezembro de 2018. Na hipótese de que o resultado da arbitragem seja favorável à NdG tal resultado não teria um impacto negativo na contabilidade do IITD.

O acumulado até 2019 na controlada IITD pela estimativa de perda do valor recuperável do investimento mantido no GSP, equivale a US\$ 289 milhões.

Em 21 de janeiro de 2020, a OLI Lux iniciou uma arbitragem contra Estado Peruano perante o International Centre for Settlement of Investment Disputes - ICSID buscando recuperar as perdas decorrentes da terminação unilateral pelo Estado Peruano do contrato de concessão do GSP e pela violação do Tratado Bilateral de Promoção e Proteção Recíproca de Investimentos existente entre a União Econômica Belga-Luxemburgo-Peru sobre. Através dessa arbitragem a OLI Lux pretende recuperar investimento realizado no Projeto GSP no valor estimado de US\$ 1,2 bilhão – R\$ 4,8 bilhão.

Ruta Del Sol - Em 22 de fevereiro de 2017, com aditivo em 27 de março de 2017, a Agencia Nacional de Infraestrutura da Colômbia (“ANI”) e a Concessionária Ruta del Sol firmaram o Acordo para a rescisão e liquidação do Contrato de Concessão nº 01 de 2010 para o término antecipado do Contrato de Concessão, acordando uma formula de cálculo, sujeita à aprovação da autoridade judicial competente, para a liquidação do Contrato. Referido Acordo dispôs, ainda, sobre as obrigações e direitos do período de transição e do período de reversão dos bens.

63 de 126

Junta Comercial do Estado da Bahia

03/02/2021

Certifico o Registro sob o nº 98010636 em 26/10/2020

Protocolo 203237889 de 23/10/2020

Nome da empresa NOVONOR S.A - EM RECUPERACAO JUDICIAL NIRE 29300025593

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>
Chancela 135119762639420

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 03/02/2021
por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral



Odebrecht S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=ASBY0Q4KESSQ_ke3C0tYeg&chave2=BT-06acCCpMpeIH2nmcFRg
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 27100678897 - MARCEL ANDRE CARRILHO JARDIM

Em 14 de setembro de 2017, o Tribunal Administrativo de Cundinamarca decretou as medidas administrativas complementares requeridas pelo Acordo, sendo que em 20 de outubro de 2017, ANI e a Concessionária firmaram Ata de reversão e entrega da infraestrutura, formalizando a devolução dos bens reversíveis, exceto por 26 salvaguardas que afirmam ainda não haver ocorrida a reversão, mas sim tão somente a entrega da infraestrutura.

Em 16 de Agosto de 2019, o Tribunal Arbitral Local homologou o Laudo Arbitral pelo qual decreta-se a nulidade do Contrato de Concessão e, como consequência, o Tribunal determinou restituições para a Concessionária, baseado na aplicação de uma lei recentemente aprovada e de aplicação retroativa. De acordo com o Laudo foi reconhecido pelo Perito do Tribunal (Duff & Phelps) o investimento realizado e validado por Perito de Parte nesse mesmo processo arbitral. Não obstante, o Tribunal sem sustento técnico, ou pelo menos, sem sustento validado por peritos com expertise para tal, realizou ajustes no valor de investimento. Os valores dos ajustes descontados pelo Tribunal serão demandados em instâncias internacionais, especificamente no International Chamber of Commerce ("ICC"), conforme cláusula de resolução de controvérsias do Contrato que, mesmo anulado, prevalece.

Além da demanda internacional anterior, bancos credores, acionistas e a Concessionária têm apresentado, até 31 de dezembro de 2019, o Recurso de Anulação contra o Laudo Local, além de intenção de Recurso de Tutela em andamento. Estes recursos cujo resultado na melhor das hipóteses conseguiriam anular o citado Laudo Arbitral.

Em 31 de dezembro de 2019, a Administração da controlada indireta OLI Colômbia optou pelo reconhecimento de 100% de perda no valor do investimento em Ruta del Sol, correspondente a US\$ 83 milhões – R\$ 335.480. Esse montante foi apresentado como prejuízo de operações descontinuadas, na demonstração do resultado daquela controlada.

Chavimochic - Em 2017, a Chavimochic apresentou pedido de caducidade do contrato de concessão por causa imputável ao poder concedente, sem implicar, necessariamente, na rescisão imediata do contrato de concessão, e iniciou um procedimento de arbitragem internacional para solucionar as controvérsias geradas pelo inadimplemento do contrato de concessão por parte do poder concedente.

Durante o ano de 2018, instaurou-se o Tribunal Arbitral que correrá conforme o calendário processual, com definição estimada para o final do ano de 2020.

CEC (Concessionária de energia no Peru) - Em 2018, a controlada indireta OEP registrou provisão para perda no investimento CEC no valor de R\$ 22.787, devido a impossibilidade de recuperar o valor investido. Atualmente, em 31 de dezembro de 2019, o valor atualizado da provisão é de R\$ 22.004.

OLMOS e H2OLMOS - Em maio de 2016 foi implementado plano de vendas das ações detidas pela OPI em CTO e H2OLmos – 63,68% e 99,99%, respectivamente. O contrato de compra e venda de ações foi assinado em 25 de novembro de 2016 prevendo determinadas condições precedentes fora do controle do Grupo, que ainda não foram adimplidas, nem prejudicam o comprometimento com a venda. Entretanto o plano de venda não se concretizou e, a partir de junho de 2019, os investimentos voltaram à serem avaliados pelo método da equivalência patrimonial e os ativos e passivos das controladas foram reclassificados para as respectivas rubricas no Balanço patrimonial."

(II) Resultado de operações descontinuadas

OPISA

Durante o ano de 2019, foi registrado em resultados de operações descontinuadas principalmente o impacto da baixa na participação detida no consórcio, correspondente ao valor de R\$ 1.820 bilhão (Nota 1.2).

64 de 126

Junta Comercial do Estado da Bahia

03/02/2021

Certifico o Registro sob o nº 98010636 em 26/10/2020

Protocolo 203237889 de 23/10/2020

Nome da empresa NOVONOR S.A - EM RECUPERACAO JUDICIAL NIRE 29300025593

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 135119762639420

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 03/02/2021

por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral



http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave=ASAyQ4KessQ_ke3cotEg&chave2=BT-06acCpmeIH2nmncfRg
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 27100678897-MARCEL ANDRE CARILHO JARDIM

Odebrecht S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=ASVYQ4KESQ_KE3COTYE&chave2=BT-06ACCPMeIH2nmcFRg
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 27100678897-MARCEL ANDRE CARILHO JARDIM

13 Imposto de renda e contribuição social diferido - Consolidado

(a) Composição

	31 de dezembro de 2018 (Reapresentado)	Impacto no resultado	Impacto no patrimônio líquido	31 de dezembro de 2019
Ativo	4.524.394	3.122.447	(280.781)	7.366.060
Prejuízos fiscais (IR) e base negativa (CSL)	4.114.729	(1.252.918)		2.861.811
Ágios amortizados	204.372	(116.901)		87.471
Variações cambiais	(845.095)	2.117.611		1.272.516
Provisões temporárias	862.317	1.714.873		2.577.190
Combinação de negócios	159.708	(74.033)		85.675
Outros	28.363	733.815	(280.781)	481.397
Passivo	3.538.890	714.038	154.638	4.407.566
Amortização de ágios fundamentados em rentabilidade futura	792.332	1.182		793.514
Depreciação fiscal	1.109.975	952.886		2.062.861
Variações cambiais	426.003	(79.202)		346.801
Provisões temporárias	334.419	179.953	(14.677)	499.695
Outras diferenças temporárias	(29.347)	(88.257)	(131.175)	(248.779)
Outras	905.508	(252.524)	300.490	953.474
Saldo líquido	985.504	2.408.409	(435.419)	2.958.494
Composição no balanço patrimonial (não circulante)				
Ativo fiscal diferido	1.777.704			3.592.758
Passivo fiscal diferido	792.200			634.264
	985.504			2.958.494

O IR e a CSL registrados no exercício são apurados em bases corrente e diferida. Esses tributos são calculados com base nas leis tributárias vigentes na data do balanço dos países em que a Companhia e suas controladas atuam e são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando se referem a itens registrados no patrimônio líquido.

O IR e CSL diferidos são reconhecidos sobre: (i) prejuízos e bases negativas da contribuição social; (ii) receitas e despesas contábeis temporariamente não tributáveis e indedutíveis, respectivamente; (iii) receitas e despesas fiscais que serão refletidas contabilmente em períodos posteriores; e (iv) valores de ativos e passivos decorrentes de combinação de negócios que serão tratados como despesa ou receita no futuro e que não impactarão o cálculo do imposto de renda e da contribuição social.

(b) Composição por segmento

	31 de dezembro de 2019		
	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido	Saldo líquido
Segmento de Engenharia e Construção			
OEC	825.517	314.768	510.749
Segmento de Indústria			
Braskem	2.662.596	273.036	2.389.560
Segmento de Investimentos em infraestrutura e energia			
OTP	30.953		30.953
Outros investimentos			
OP Inv	21.614	294	21.320
Outros	52.078	46.166	5.912
	3.592.758	634.264	2.958.494

Odebrecht S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=ASAYQ4KESSQ_ke3CotYEg&chave2=BT-06acCPmpeIH2nmcFRg
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 27100678897-MARCEL ANDRE CARILHO JARDIM

	31 de dezembro de 2018		
	(Reapresentado)		
	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido	Saldo líquido
Segmento de Engenharia e Construção			
OEC	577.222	327.375	249.847
Segmento Imobiliário			
OR		39.484	(39.484)
Segmento de Indústria			
Braskem	1.104.158	324.908	779.250
Segmento de Investimentos em infraestrutura e energia			
OTP	27.142		27.142
Outros investimentos			
OP Inv	20.043	(5.693)	25.736
ABIATAR	18.333	41.148	(22.815)
Outros	30.806	64.978	(34.172)
	1.777.704	792.200	985.504

67 de 126

Junta Comercial do Estado da Bahia

03/02/2021

Certifico o Registro sob o nº 98010636 em 26/10/2020

Protocolo 203237889 de 23/10/2020

Nome da empresa NOVONOR S.A - EM RECUPERACAO JUDICIAL NIRE 29300025593

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 135119762639420

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 03/02/2021

por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral



Odebrecht S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14 Investimentos

(a) Investimentos em controladas e coligadas diretas – Controladora

	Quantidade de quotas ou ações detidas		Participação direta (%)	
	2019	2018 (Reapresentado)	2019	2018
Segmento de Engenharia e Construção OEC (i)	13.091.490.403	8.572.145.163	100,00	100,00
Segmento Imobiliário OR (i)	15.315.452.054	15.315.452.054	100,00	100,00
Segmento de Indústria Atvos Inv (i)	97.100.968.401.374	98.680.989.745.867	17,41	17,41
Segmento de Investimentos em infraestrutura e energia				
OPISA	3.886.568.434	3.073.513.822	100,00	100,00
Ocyan	1.190.682.418	1.190.682.418	100,00	100,00
OTP	127.499.078	127.499.078	59,39	59,39
Outros investimentos				
Horiens	1.648.833	1.648.833	100,00	100,00
Horiens Ltd.	50.000	50.000	100,00	100,00
ODBIC (i)	216.499.323	216.499.323	100,00	100,00
OAPar (i)	1.191.287.050	1.191.287.050	70,00	70,00
OSP Inv (i)	1.152.635.324	1.152.456.642	58,53	58,53
OE Inv (i)	1.043.649.002	1.034.265.880	100,00	100,00
OP Inv	183.311.585	179.811.585	100,00	100,00
OP Gestão	47.726.108	47.151.757	100,00	100,00
ODT	400.240.640	433.889.563	100,00	100,00
Condor	30.272	30.272	100,00	100,00
OPE (i)	1.047.967.762	1.047.967.762	100,00	100,00
WINS	10.000	10.000	100,00	100,00
ODB Utilities (i)		637.240.441	100,00	100,00
Fazenda Juliana	83.600.338	76.617.338	100,00	100,00
OIL (i)	10	10	100,00	100,00
Abiatar (i)	43.320.009	43.320.009	65,00	65,00
EORJ (i)	649	649	65,00	65,00
Mectron (i)	15.217.225.071		100,00	
Nitroclor	5.421.242	5.421.242	50,75	50,75
Química da Bahia	1.493.122	1.493.122	50,00	50,00

- (i) A Companhia mantém, em 31 de dezembro de 2019, provisão para perdas em investimentos no montante de R\$ 7.015.852), relativo ao passivo a descoberto de controladas para as quais possui a intenção de não realização de eliminação de lucros não realizados de operações entre as empresas do Grupo no valor de R\$ 658.000,00.

Odebrecht S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (ii) A controlada direta OSPInv detém 50,11% de ações do capital votante e 38,38% do capital total da Companhia tenha controle da Braskem.
- (b) Movimentação dos investimentos em empresas controladas e coligadas diretas - Con

	No início do exercício	Adições	Baixas	Movimentação Societária (i)	Transferências	Resultado de equivalência patrimonial	Outras Equivalências	Ga n
Segmento de Engenharia e Construção								
OEC	2.300.261				(2.300.261)			
Segmento Imobiliário								
OR	38.229				(38.229)			
Segmento de Investimentos em infraestrutura e energia								
OPISA	3.249.847	861.838				(3.574.004)	652.251	
Ocyan	2.142.843		(17.400)			(203.812)	143.123	
OTP	279.133					(190.812)	(4)	
Outros investimentos								
Horiens	45.868					16.446		
WINS	40.414					3.474		
OAPar	14.368				(14.368)			
OSP Inv	659.257				(659.257)			
OE Inv	33.881				(33.881)			
OP Inv	110.819	3.500				73.384		
OPE	264.249				(264.249)			
Horiens Ltd.	28.368					4.238	81	
Condor	605					(5)		
Fazenda Juliana	7.663	6.983				(10.125)	(181)	
OP Gestão	263	574				(432)		
ABIATAR	30.993				(30.993)			
ODB Infra	2.317				(2.317)			
ODT				(33.649)	(17.853)	165.411		
31 de dezembro de 2019	9.249.378	872.895	(17.400)	(33.649)	(3.361.408)	(3.716.237)	795.270	
31 de dezembro de 2018	12.734.371	1.016.663	(172.404)	54.417	(8.487)	(6.324.352)		

- (i) Os eventos envolvendo as movimentações societárias ocorridas no exercício, estão descritas na nota

Odebrecht S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Movimentação das provisões para perdas em investimentos - Controladora

	No início do exercício	Adições	Baixas	Movimentação Societária	Transferências	Provisão para perdas em investimentos	Outras Equivalências	Ga n
Segmento de Engenharia e Construção								
OEC		(1.146.005)			(2.300.261)	15.762.190	(10.082.690)	
Segmento Imobiliário								
OR					(38.229)	430.551	(3.559)	
Segmento de Indústria								
Ativos Inv	3.513.154					246.735		
Outros investimentos								
OSP Inv		(179)			(659.257)	1.740.157		
OE Inv		(37.706)			(33.881)	1.057.320		
OPE					(264.249)	491.404		
OAPar					(14.368)	14.928		
ODB Utilities	232	(436)		207				
ODBIC	3.462.101	(956)				778.185		
ODT	17.853				(17.853)			
EORJ	22.512					11.513	(2.256)	
Mectron						14.817	138.019	
ABIATAR					(30.993)	8.604	62.213	
OIL					(2.317)	3.983		
31 de dezembro de 2019	7.015.852	(1.185.182)		207	(3.361.408)	20.560.387	(9.888.273)	
31 de dezembro de 2018	6.567.973	(14.967)	3	(387.336)	(8.487)	221.109		

(i) Os eventos envolvendo as movimentações societárias ocorridas no exercício, estão descritas na nota

Odebrecht S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=ASAY0Q4KESSQ_ke3C0tYeg&chave2=BT-06aCCpMpeIH2nmcFRg
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 27100678897-MARCEL ANDRE CARILHO JARDIM

(d) Informações sobre investimentos – movimentações ocorridas

Apresentamos abaixo as principais movimentações ocorridas ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

(i) Segmento engenharia e construção

OEC – Em 29 de março de 2019, a Companhia aumentou o capital social da OEC no montante de R\$7.211, com emissão de 16.770.136 ações ordinárias, mediante ao aporte de créditos detidos junto a Supervia.

Em 30 de abril de 2019, a Companhia aumentou o capital social da OEC no montante de R\$961.408, com emissão de 3.845.631.165 ações ordinárias, mediante a capitalização de Adiantamento para futuro aumento de capital.

Em 30 de maio de 2019, a Companhia aumentou o capital social da OEC no montante de R\$177.072, com emissão de 655.821.989 ações ordinárias, mediante ao aporte de créditos detidos pela ODB junto a CNO no montante de R\$52.000 e Outros créditos no montante de R\$125.072 detidos pela ODB.

(ii) Segmento de investimentos em infraestrutura e energia

Ocyan - Em 10 de maio de 2019, a Companhia reduziu o capital social da Ocyan no montante de R\$17.400, sem o cancelamento de ações, mediante restituição, em moeda corrente nacional, do valor reduzido.

OPISA - Em 12 de junho de 2019, a Companhia aumentou o capital social da OPISA no montante de R\$861.838, com emissão de 813.054.613 ações ordinárias, mediante a capitalização de Adiantamento para futuro aumento de capital no montante de R\$ 42.623 e Aporte de créditos detidos junto a GSP Chaglla no montante de R\$ 817.716 e R\$1.499, respectivamente .

(iii) Outros investimentos

FRVJ – Em 22 de abril de 2019, a Companhia aumentou o capital social da FRVJ no montante de R\$ 3.399, com emissão de 3.399.000 ações ordinárias, mediante a capitalização de Adiantamento para futuro aumento de capital. Em 1 de agosto de 2019, a Companhia aumentou o capital social da FRVJ no montante de R\$ 3.584, com emissão de 3.584.000 ações ordinárias, mediante a capitalização de Adiantamento para futuro aumento de capital.

OP Inv - Em 13 de junho de 2019, foi aprovado o aumento de capital social da OP Inv no montante de R\$ 3.500, mediante emissão de 3.500.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, mediante capitalização de AFAC.

OP Gestão – Em 28 de maio de 2019, a Companhia aumentou o capital social da OP Gestão no montante de R\$574, com emissão de 574.352.000 ações ordinárias, mediante a capitalização de Adiantamento para futuro aumento de capital.

ODT – Em 31 de maio de 2019, a Companhia aprovou a cisão parcial da ODT e posterior incorporação da parcela cindida pela Companhia, com redução do capital social em R\$ 33.649 e com o consequente cancelamento de 33.648.923 ações.

OSP Inv – Em 28 de maio de 2019, a Companhia aumentou o capital social da OSP Inv no montante de R\$179, com emissão de 178.516,50 ações ordinárias, mediante a capitalização de Adiantamento para futuro aumento de capital.

71 de 126

Junta Comercial do Estado da Bahia

03/02/2021

Certifico o Registro sob o nº 98010636 em 26/10/2020

Protocolo 203237889 de 23/10/2020

Nome da empresa NOVONOR S.A - EM RECUPERACAO JUDICIAL NIRE 29300025593

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 135119762639420

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 03/02/2021

por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral



Odebrecht S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=AS5YQ4KESQ_KE3COTYE&chave2=BT-06aCCpMpeIH2mncFRg
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 27100678897-MARCEL ANDRE CARILHO JARDIM

OE Inv – Em 2 de maio de 2019, a Companhia aumentou o capital social da OE INV mediante o montante de R\$ 28.322, com emissão de 28.322.160 ações ordinárias, mediante a capitalização de Adiantamento para futuro aumento de capital. Em 14 de junho de 2019, a Companhia aumentou o capital social da OE Inv no montante de R\$ 9.384, com emissão de 9.383.122 ações ordinárias, mediante a capitalização de Adiantamento para futuro aumento de capital.

ODBIC – Em 19 de junho de 2019, a Companhia aumentou o capital social da ODBIC mediante o montante de R\$ 856, mediante a capitalização de Adiantamento para futuro aumento de capital.

ODB Utilities – Em 28 de maio de 2019, a Companhia aumentou o capital social da ODB Utilities mediante o montante de R\$436, com emissão de 436.200 ações ordinárias, mediante a capitalização de Adiantamento para futuro aumento de capital. Em 31 de Outubro de 2019, a investida direta ODB Utilities foi incorporada pela Companhia pelo acervo líquido de R\$ 207.

(e) Investimentos em coligadas e controladas em conjunto

	Ativo		Passivo	
	2019	2018	2019	2018
			(Reapresentado)	
Investimentos (I)	3.347.867	3.827.300		
Provisão para perda em investimentos (II)			219.336	198.761
	<u>3.347.867</u>	<u>3.827.300</u>	<u>219.336</u>	<u>198.761</u>

(I) Investimentos em coligadas

(i) Composição por segmento

O saldo é representado pela participação em investidas coligadas e controladas em conjunto da Companhia, composto substancialmente por:

	2019	2018
		(Reapresentado)
Segmento de Engenharia e Construção		
Investidas OEC (i)	249.113	142.657
Segmento imobiliário		
OR	222.143	
Segmento de Investimentos em infraestrutura e energia		
Investidas OPISA		179.339
Investidas Ocyan (ii)	997.173	1.398.693
Investidas OTP	119.986	183.611
Outros investimentos		
Investidas OE Inv (iii)	1.624.171	1.763.784
Outros	135.281	159.216
	<u>3.347.867</u>	<u>3.827.300</u>

- (i) Representado substancialmente pela participação detida na Etileno XXI, Joint venture responsável pela construção do parque industrial no México da controlada Braskem e ELOS.
- (ii) Representado por Technip, OOGTK entre outros.
- (iii) Representado principalmente por MESA.

Odebrecht S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=ASAY004KESQ_KE3C0tYeg&chave2=BT-06aCCpmpeIH2nmcFRg
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 27100678897-MARCEL ANDRE CARILHO JARDIM

(ii) Movimentação dos investimentos em coligadas

	2019	2018 (Reapresentado)
No início do exercício	3.827.300	4.875.986
Aporte de capital	111.757	438.354
Baixas e transferências	(443.620)	(672.064)
Resultado de participações societárias	(334.958)	(644.641)
Ajuste de avaliação patrimonial	24.572	(195.649)
Movimentação societária	155.534	(100.177)
Impairment	(122.644)	
Outros	129.926	125.491
No final do exercício	3.347.867	3.827.300

(II) Provisão para perda em investimentos em coligadas e controladas em conjunto

(i) Composição por segmento

O saldo é representado pela participação em investidas coligadas e controladas em conjunto da Companhia, composto substancialmente por:

	2019	2018 (Reapresentado)
Segmento de Engenharia e Construção		
Investidas OEC (i)	206.346	181.010
Segmento de Investimentos em infraestrutura e energia		
Investidas OPISA (ii)	12.990	
Outros investimentos		
Oil		17.751
	219.336	198.761

(i) Representado substancialmente pela participação detida na BIOCOM.

(ii) Representado pela participação detida na OLPSAC.

(ii) Movimentação das provisões para perdas em investimentos em coligadas

	2019	2018 (Reapresentado)
No início do exercício	198.761	176.255
Movimentação societária	(120.356)	20.665
Provisão para perdas em investimento	157.608	(44.331)
Ajustes de avaliação patrimonial	(30.819)	39.821
Baixa e transferências	(20.576)	6.071
Outros	34.718	280
No final do exercício	219.336	198.761

Odebrecht S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

15 Imobilizado - Consolidado

	Terras e terrenos	Direito de uso (Arrendamentos mercantis) (ii)	Obras/ projetos em andamento	Edificações e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Veículos e embarcações	L
Custo	778.595		7.295.097	9.760.140	50.047.402	21.352.794	
Depreciação/exaustão acumulada	(81)			(2.632.099)	(25.064.910)	(4.350.567)	
Provisão por impairment	(5.253)					(4.737.977)	
Saldo em 31 de dezembro de 2018	773.261		7.295.097	7.128.041	24.982.492	12.264.250	
Aquisições		3.260.348	2.767.314	2.048	187.409	147.886	
Adoção inicial		2.314.240					
Movimentação societária	(2.634)	102.109	(2.948)	1.560	283	1.112	
Encargos financeiros capitalizados			198.201				
Baixas, líquidas de depreciação/exaustão	(913)	(123.287)	(7.784)	(64.003)	(294.415)	(1.670.067)	
Transferências			(1.118.208)	25.264	935.675	3.575	
Depreciação/exaustão (i)		(1.006.259)	(504)	(491.142)	(2.921.831)	(739.894)	
Ajuste de conversão de moeda estrangeira	11.788	56.893	105.732	292.296	650.397	497.124	
Provisão (reversão) por impairment (iii)	(165)			(1.435)	(604)	740.998	
Saldo contábil	781.337	4.604.044	9.236.900	6.892.629	23.539.406	11.244.984	
Custo	786.836	5.637.693	9.238.636	10.059.711	51.419.937	20.346.169	
Depreciação/exaustão acumulada	(81)	(1.033.649)	(1.736)	(3.165.647)	(27.879.927)	(5.104.206)	
Provisão por impairment	(5.418)			(1.435)	(604)	(3.996.979)	
Saldo em 31 de dezembro de 2019	781.337	4.604.044	9.236.900	6.892.629	23.539.406	11.244.984	
Taxas anuais de depreciação (%)		20		2 a 10	1,3 a 20	10 a 25	

- (i) A controlada Atvos Inv e a controlada Braskem, reclassificam os saldos de depreciação nos montantes de R\$ 403 processo de custeio industrial.
- (ii) Refere-se a adoção inicial do CPC 06 (Nota 2.1(a))
- (iii) Refere-se a reversão da controlada direta Ocyan, reconhecido no exercício de 2019.

74 de 126

Junta Comercial do Estado da Bahia

03/02/2021

Certifico o Registro sob o nº 98010636 em 26/10/2020

Protocolo 203237889 de 23/10/2020

Nome da empresa NOVONOR S.A - EM RECUPERACAO JUDICIAL NIRE 29300025593

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 135119762639420

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 03/02/2021

por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral





http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=ASAYQq4KEssQ_ke3CotYEg&chave2=BT-06acCPmpeIH2nmcFRg
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 27100678897-MARCEL ANDRE CARILHO JARDIM

Odebrecht S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) A rubrica “Obras/projetos em andamento” refere-se substancialmente a:

- Braskem - os principais valores contidos nesta rubrica no montante de R\$ 6.566.933 (31 de dezembro de 2018 – R\$ 3.760.656) correspondem aos gastos com paradas programadas para manutenção no Brasil e nas plantas do exterior da controlada indireta Braskem, e que estão em fase de preparação ou em andamento, aos encargos financeiros capitalizados, aos estoques de itens sobressalentes, aos projetos estratégicos no Brasil e aos projetos estratégicos da controlada indireta Braskem América. O restante corresponde, principalmente, a inúmeros projetos voltados à manutenção da capacidade produtiva das plantas.
- OPE - Gastos relacionados a construção do estaleiro naval em Maragogipe-BA, no primeiro trimestre de 2015, em função da paralisação dos pagamentos devidos pelas Subsidiárias Sete Brasil - principais clientes do Grupo, a investida indireta Enseada decidiu suspender a última fase das obras, ocasião em que a construção atingia 82% de progresso de execução. Ainda não há previsão de retomada da construção.

Em 31 de dezembro de 2019, a Enseada possuía um saldo contábil de R\$ 2.634.430 (31 de dezembro de 2018 – R\$ 2.626.853). A Administração realizou testes de recuperabilidade para seus ativos, tendo o último teste sido realizado em 31 de dezembro de 2019 que concluiu que as projeções realizadas a partir das perspectivas de mercado apresentam retorno suficiente para cobertura do investimento realizado e que esses ativos serão recuperados pelo seu valor em uso quando entrar em operação.

Odebrecht S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16 Intangível - Consolidado

	Ágio sobre controladas (ii)	Marcas e Patentes	Contratos de energia	Infraestrutura/ Intangível em andamento
Custo	4.004.119	434.518	893.198	3.205.091
Amortização acumulada	(1.181.996)	(188.227)	(691.519)	(896.619)
Provisão para impairment	(223.495)			(22.787)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	2.598.628	246.291	201.679	2.285.685
Aquisições		112		111.968
Movimentação societária (i)				497.162
Baixas, líquidas de amortização		6		(676)
Transferências				(96.795)
Amortização		(7.751)	(22.016)	(74.471)
Ajuste de conversão de moeda estrangeira	1.351	12.956		40.955
Saldo contábil	2.599.979	251.614	179.663	2.763.828
Custo	3.988.830	447.592	297.644	2.957.080
Amortização acumulada	(1.165.356)	(195.978)	(117.981)	(170.465)
Provisão para impairment	(223.495)			(22.787)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	2.599.979	251.614	179.663	2.763.828

(i) Em 31 de dezembro de 2019, a controlada indireta OPI reclassificou os saldos de H2OLMOS da rubrica de "Ativos



http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=ASAYQ4KESSQ_KE3C0tYEg&chave2=BT-06aCCpMpeIH2nmcFRg
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 27100678897-MARCEL ANDRE CARILHO JARDIM

Odebrecht S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (ii) Ágios registrado em controladas : são oriundos de combinações de negócios e são testados anualmente para fins de mensuração da recuperabilidade. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

Os ágios são provenientes das seguintes empresas:

	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Braskem	2.058.874	2.058.874
Atvos Inv	346.365	346.365
OE Inv	220.914	220.914
OPISA	28.636	27.285
Lucro não realizado	(54.810)	(54.810)
Total	2.599.979	2.598.628

- (i) Em dezembro de 2019 a Braskem realizou teste de impairment através do método do valor em uso (fluxo de caixa descontado), conforme a seguir demonstrado:

UGC	Ágios alocados	Valor recuperável	Valor contábil	FC/Valor contábil
Pólo petroquímico Nordeste	668.132	7.419.077	5.089.451	1,5
Pólo petroquímico Sul	1.390.741	19.939.991	4.436.980	4,5

As premissas utilizadas para determinar o fluxo de caixa descontado estão descritas na Nota 2.11 (a). O WACC utilizado foi de 10,69% a.a. A taxa de inflação utilizada para a perpetuidade foi de 3,5%.

17 Financiamentos e arrendamentos mercantis - Consolidado

Composição por natureza

Natureza	2019		2018 (Reapresentado)	
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante
Financiamento (I)	23.642.781	57.157.954	19.701.821	56.834.834
Arrendamentos mercantis (II)	1.190.026	3.703.472		
	24.832.807	60.861.426	19.701.821	56.834.834

Odebrecht S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(I) Financiamentos

(a) Posição em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018

		Engenharia e construção	Imobiliário		Indústria	Investimentos em
Moeda estrangeira		OEC	OR	Braskem	Atvos Inv	Ocyan
<u>Modalidade e encargos financeiros</u>	<u>Moeda</u>					
Linhas de longo prazo						
Project Finance						
Libor trimestral 2,73 à 4,64	US\$			9.981.726		
Libor + 4% e Juros 6,80%	US\$					
Bonds e Medium Term Notes ("MTN")						
Juros de 4,375% a 11,75% a.a + VC e 4,37 % à 7,5% a.a.	US\$	124.510		24.583.325		11.354.923
Pré-pagamento de exportações ("EPP")						
Libor semestral + juros 1,10% a 3,35% a.a + VC	US\$					
Libor semestral + juros 1,10% a 1,61% a.a + VC	US\$			863.293	63.361	
Conta garantida						
EURIBOR 12M + 2,50%	€	13.764				
Capital de giro						
EURIBOR 3M + 3,00%	AED	139.731				
Libor semestral + de 0,65% a 0,90% a.a + VC	US\$			2.204.849		
juros de 19,50% a 25,49% + VC	VEF/KWA	153.866				
Outros						
Juros de 2,00% a 6,74% a.a + VC	US\$/PEN					31.381
		431.871		37.633.193	63.361	11.386.304

78 de 126

Junta Comercial do Estado da Bahia

03/02/2021

Certifico o Registro sob o nº 98010636 em 26/10/2020

Protocolo 203237889 de 23/10/2020

Nome da empresa NOVONOR S.A - EM RECUPERACAO JUDICIAL NIRE 29300025593

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 135119762639420

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 03/02/2021

por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral



Odebrecht S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		Engenharia e construção		Imobiliário		Indústria		Investimentos em			
Moeda nacional		OEC		OR		Braskem		Atvos Inv		Ocyan	
Modalidade e encargos financeiros		Moeda									
Linhas de longo prazo											
Project Finance											
TR + juros de 8,70% a 14,00% a.a		R\$			570.579						6
TJLP + 2,32% a 3,50%		R\$									
FINAME											
TJLP + juros de 0,32% a 5,00% a.m		R\$									
TJLP + 6,00% a.a.		R\$				324		135.823			
Nota de crédito à exportação ("NCE")											
Juros de 100,00% a 108,00% a.a. do CDI + juros de 0,70 % a.a		R\$				405.642		900.662			
Conta garantida											
CDI + juros de 1,3% a 7,44% a.a.		R\$									
TJLP + 5% / TJLP + 3,5%		R\$									
Capital de giro											
Juros de 125,54% do CDI e outras linhas de juros de 1,47% a 100% a.a. + CDI e outras linhas de 7,44% a.a		R\$			166.335			604.012			
Juros de 2,50% a 2,70%		R\$								348	
132% do CDI		R\$									1
TJLP + juros de 1,80% a 6%		R\$						274.839			
Outros											
Juros de 3,50% a 13,15% a.a		R\$		193.899			76.984				
Juros de 115% do CDI e 100% do CDI + juros de 4,27% a 6,17% a.a. e TJLP + de 2,80% a 6,80%		R\$					554.307		5.188.717		
IPCA + juros de 2,39% a 2,78%		R\$						5.582			
IPCA + juros de 10% a.a		R\$									
Juros de 115% a 130% do CDI / 100% do CDI + 4,27% / 5% a 6,17%		R\$			45.955		290.518		2.616.662		
SELIC + 6,15% a 6,16% a.a		R\$									
IGPM + juros de 8,5% a 9,96% a.a. / IGPM + juros de 0,15% a 0,32%		R\$							2.467		
Juros de 100% da TR		R\$									
TJLP + Juros de 1,02% a 6,51% e CDI + 0,04		R\$					32.153		2.366		
				193.899		782.869		1.365.510		9.725.548	
										348	1.2
Saldo em 31 de dezembro de 2019				625.770		782.869		38.998.703		9.788.909	1.2
										11.386.652	1.2
Circulante				545.536		774.635		1.519.333		9.788.451	1.2
										1.086.434	1.2
Não circulante				80.234		8.234		37.479.370		458	
										10.300.218	
Saldo em 31 de dezembro de 2018 (Reapresentado)				673.471		1.304.565		35.402.747		9.151.217	1.2
										12.414.727	1.2
Circulante				603.883		1.215.456		11.242.028		1.098.932	1.2
										1.871.637	1.2
Não circulante				69.588		89.109		24.160.719		8.052.285	
										10.543.090	



http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=ASAYQ4KESSQ_ke3C0tYg&chave2=BT-06aCCpmpeIH2nmncfRg
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 27100678897-MARCEL ANDRE CARILHO JARDIM

Odebrecht S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Composição dos financiamentos não circulante, por ano de vencimento

	2019	2018
2020		2.948.585
2021	2.270.242	6.799.127
2022	3.282.973	4.377.518
2023	2.392.151	4.888.448
2024	5.541.172	23.370.927
2025 em diante	43.671.416	14.450.229
	57.157.954	56.834.834

(c) Os financiamentos da Companhia e de suas controladas são mantidos nas seguintes moedas:

	2019	2018 (Reapresentado)
Reais	16.485.193	14.973.764
Dólares americanos	63.376.618	61.362.432
Outras moedas	938.924	200.459
	80.800.735	76.536.655

(d) Movimentação dos financiamentos

	2019	2018 (Reapresentado)
No início do exercício	76.536.655	73.219.919
Adição de principal (i)	25.076.712	5.155.118
Adição de principal - sem efeito caixa	10.201	
Adição de juros	5.527.564	4.993.618
Amortização de principal (i)	(24.932.223)	(10.937.144)
Amortização de principal - sem efeito caixa (ii)	(1.603.764)	
Pagamento de juros	(2.828.515)	(3.527.784)
Movimentação societária (iii)	413.139	(1.076.272)
Variação cambial (i)	2.479.416	8.540.459
Custo de transação	121.550	168.741
Saldo no final do exercício	80.800.735	76.536.655
Passivo circulante	23.642.781	19.701.821
Passivo não circulante	57.157.954	56.834.834

- (i) Em 31 de dezembro de 2019, é representado substancialmente pela controlada indireta Braskem, sendo R\$ 24.083.725 de captações e R\$ 21.800.737 de amortização no período.
- (ii) Substancialmente representado pela controladas diretas Ocyan (R\$ 1.095.648 Nota 28) e OR (R\$ 373.275 Nota 1.2 (c)) que durante o exercício de 2019 liquidaram suas dívidas mediante negociações que não envolveram caixa.



http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=AS5Y0q4KEssQ_ke3CotYeg&chave2=BT-06acCpMpeIH2nmcFRg
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 27100678897 - MARCEL ANDRE CARRILHO JARDIM

Odebrecht S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (iii) Em 31 de dezembro de 2019, a controlada indireta OPI reclassificou da rubrica de “Ativos não circulantes mantidos para venda” os financiamentos no montante de R\$ 758.767 das controladas OLMOS e H2OLMOS.

Na data base relativa às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018, a Controlada indireta Braskem descumpriu parte de obrigações não pecuniárias previstas nos contratos. Neste sentido, a Braskem manteve a classificação para o passivo circulante de todo o saldo do passivo não circulante, no montante de R\$ 9.554.476, em atendimento ao CPC 26 e seu correspondente IAS 1 (Apresentação das Demonstrações Contábeis).

De acordo com as normas mencionadas acima, a reclassificação deve ocorrer nas situações em que o descumprimento de obrigações contratuais dê ao credor o direito de solicitar à Braskem Idesa o pagamento dos vencimentos no curto prazo. Neste contexto, ressalta-se que nenhum dos credores solicitou o referido pagamento antecipado dos vencimentos e que a Braskem Idesa tem feito pontualmente a liquidação de suas obrigações de serviço de dívida de acordo com a agenda de amortização original.

Conforme mencionado na NE 1 1.(c) (ii) em 9 de outubro de 2019, a aprovação do Waivers & Consent package permite à Braskem Idesa classificar novamente a dívida do project finance no passivo não circulante.

Em 2 de dezembro de 2019, a Braskem Idesa emitiu US\$900 milhões em Bonds (R\$3.796 milhões) com vencimento em novembro de 2029 e taxa de juros de 7,45% a.a. A emissão com vencimento foi precificada a 99,65% do valor de face, o que representa um yield de 7,5% a.a.

Os custos de transação associados à emissão dos Bonds, no montante aproximado de US\$71 milhões (R\$299 milhões), foram registrados inicialmente como uma redução do passivo para que a amortização da dívida durante o prazo do contrato seja pela sua taxa efetiva de juros (8,24% a.a.).

Os recursos provenientes de tal captação foram utilizados para a liquidação total e pré-pagamento parcial de parcelas da dívida do Project Finance, financiamento que foi utilizado para o investimento no complexo petroquímico da Braskem.

Adicionalmente, em atendimento ao CPC 26 e seu correspondente IAS 1 (Apresentação das Demonstrações Contábeis), as controladas indiretas Atvos Inv, OSP Inv e OFL reclassificaram os montantes de R\$ 9.219.741, R\$ 823.621 e R\$ 4.243.523 respectivamente, para o circulante devido ao descumprimento de cláusulas contratuais, sendo principalmente a entrada em Recuperação Judicial (Nota 1 (c)). ”

- (e) Principais garantias e informações sobre financiamentos

- (i) ODB

A Companhia presta ESAs (Equity support agreement), aval e fiança corporativos a Negócios ou Projetos de forma seletiva, mediante avaliação de riscos e devida aprovação pelos órgãos de Governança da empresa. Dentre os principais critérios para outorga dessas garantias pela Companhia está a definição de prazo e valores limitados e regras claras para sua liberação tão logo se comprove a auto sustentabilidade econômico-financeira do Negócio ou Projeto. Em 31 de dezembro de 2019, o total de ESAs, avais e fianças corporativas prestados pela Companhia é de R\$ 39,2 bilhões.



http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=AS5YQ4KESQ_KE3C0tYEG&chave2=BT-06aCCpMpeIH2nWncfRg
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 27100678897-MARCEL ANDRE CARILHO JARDIM

Odebrecht S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Segmento de engenharia e construção

OEC

Os contratos de empréstimos e financiamentos da controlada direta OEC e suas controladas estão livres de cláusulas de covenants financeiros aplicáveis a elas. A controlada direta OEC cumpriu com todas cláusulas de covenants não financeiros.

Em outubro de 2018, a OFL não efetuou a quitação de parcela dos juros referentes ao Bond 2025. A OEC, OECI e CNO, na qualidade de garantidoras dos Bonds OFL, visando preservar sua liquidez operacional, também não efetuaram o referido pagamento. Do mesmo modo, também não foram pagas as parcelas de juros referentes aos Bonds 2020, 2022, 2023, 2025, 2029, 2042 e Perpétuo ("Bonds"), cujos vencimentos ocorreram entre dezembro 2018 e dezembro 2019.

Em 17 de junho de 2019, a OFL, ODB e outras empresas do Grupo ODB formalizaram na Justiça de São Paulo o seu pedido de recuperação judicial. A OFL declarou em seu pedido de recuperação judicial os montantes devidos aos Bonds, o que acarretou nos respectivos vencimentos antecipados.

Como garantidora, a OEC contratou o Moelis & Company ("Moelis"), o Cleary Gottlieb Steen & Hamilton e o E. Munhoz Advogados para discutir e negociar uma operação de reestruturação da garantia com um grupo de detentores dos Bonds OFL, que constituiu um Grupo Ad Hoc para realizar as negociações com a OEC. Em 30 de agosto de 2019, a OEC divulgou o acordo obtido com o Grupo Ad Hoc com relação aos principais termos e condições da reestruturação proposta ("Term Sheet").

Em termos gerais, o Term Sheet definiu questões que envolvem o cancelamento das atuais obrigações da OEC com relação aos títulos existentes, em troca de: (i) Novos Bônus, representando 45% do valor dos atuais; e (ii) um instrumento de dívida participativa que fará jus às futuras distribuições de resultados relacionadas à performance da OEC. Os Novos Bônus terão 4,5 anos a mais de prazo de carência de vencimento, contados a partir do seu vencimento original, e manterão as mesmas taxas de juros atuais, sendo que nos 5 primeiros anos a empresa terá a opção de capitalizar os juros, na sua totalidade ou em parte.

Os representantes e consultores da OEC continuam envolvidos em discussões consensuais com os representantes e consultores do Grupo Ad Hoc para a elaboração final da documentação e adesão de outros detentores dos títulos existentes para a conclusão do processo de reestruturação dos Bonds OFL.

Em 30 de junho de 2019, a OEC, tendo em vista o vencimento antecipado dos Bonds OFL em função do pedido de recuperação judicial da OFL, registrou em seu passivo circulante, em contrapartida do resultado financeiro, o valor de US\$ 627.201 mil – R\$ 2.528.058, como provisão da garantia, cujo valor refletia o valor justo dos Bonds OFL, conforme os termos descritos no Term Sheet.

Em 31 de dezembro de 2019, o montante total devido pela OFL, líquido dos custos de transação, cujos garantidores são OEC, OECI e CNO, é de US\$ 3.144.995 mil – R\$ 12.676.527 (31 de dezembro de 2018 – US\$ 2.946.849 mil).



http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=AS5YQ4KESsq_ke3C0tYeg&chave2=BT-06acCCpMeIH2nmcFRg
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 27100678897-MARCEL ANDRE CARILHO JARDIM

Odebrecht S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As garantias oferecidas pela Companhia estão demonstradas conforme indicado a seguir:

Tipo de garantia oferecida	Modalidade	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Fiança Corporativa	Bonds OFL	12.676.531	11.418.451
	Sociedades do Grupo Odebrecht	817.558	
	FINAME OSP	6.337	11.806
Garantia Bancária	Ação Judicial (Appeal Bond)	39.506	13.882
	Garantia de Execução (Performance Bond)	22.384	29.059
	Garantia de Proposta (Bid Bond)		36.864
Seguro Garantia	Adiantamento de Pagamento (Advance Payment Bond)	6.817.586	7.313.516
	Garantia de Execução (Performance Bond)	10.818.799	12.457.413
	Garantia de Execução e Pagamento (Performance And Payment Bond)	1.288.387	1.238.555
	Garantia de Manutenção (Maintenance Bond)	1.661.322	1.634.296
	Outros	808.191	895.216
		34.956.601	35.049.058

(iii) Segmento imobiliário

OR

As principais garantias das captações são as hipotecas dos terrenos, imóveis em construção, penhor dos recebíveis dos empreendimentos e fiança por parte da Controlada OR para atender todas as suas operações.

(iv) Segmento indústria

Braskem

A controlada indireta Braskem concedeu garantias para parte dos seus financiamentos, conforme indicado a seguir:

Financiamento	Vencimento	31 de dezembro de 2019	Total garantido	Garantias
BNB	mar-2023	24.542	24.542	Fiança bancária
BNDES	jan-2021	19.998	19.998	Hipoteca de plantas, terrenos e imóveis e penhor de máquinas e equipamentos
FUNDES	jun-2020	15.976	15.976	Hipoteca de plantas, terrenos e imóveis e penhor de máquinas e equipamentos
FINEP	jul-2024	33.783	33.783	Fiança bancária
FINAME	abr-2021	324	324	Alienação fiduciária de equipamentos
FINISA	dez-2023	4.475	4.475	Fiança bancária
BNB-FNE	dez-2024	5.582	5.582	Fiança bancária e cessão fiduciária de fundo de liquidez em conta reserva
Outros	jul-2021	237	237	Alienação fiduciária de equipamentos
Total		104.917	104.917	

Ativos Inv

Os empréstimos e financiamentos estão garantidos por avais, penhor de lavoura, cessão de direitos creditórios e/ou alienação fiduciária de bens.



http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=AS5Y0q4KEssQ_ke3CoTYe&chave2=BT-06aCCpMpeIH2hmcFRg
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 27100678897-MARCEL ANDRE CARILHO JARDIM

Odebrecht S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(v) Segmento de investimentos em infraestrutura e energia

OPISA

As garantias oferecidas pela OLF e pela OPI no âmbito dos financiamentos, principalmente reais, são efetuadas com base em cláusulas contratuais que suportam as operações financeiras e incluem principalmente a o penhor das ações.

Em 29 de março de 2019, a Companhia, a OE, a OPI a controlada direta OLF e a controlada indireta OEDP, firmaram uma carta de pagamento no âmbito do financiamento do JPMorgan Chase Bank e Sumitomo Mitsui Bank Corporation ("Lenders") através da qual amortizaram US\$ 263 MM da dívida com os Lenders e refinanciaram US\$ 76 milhões para pagar em 2026. Em 17 de abril de 2019 a OPI, a controlada direta OLF e os Lenders firmaram adenda integral ao contrato de penhor das ações da controlada indireta OEDP, reduzindo o valor garantido por esse penhor de US\$ 450 milhões para até US\$ 90 milhões, para garantir o pagamento do saldo refinanciado de US\$ 76 milhões."

Ocyan

Project Finance - Delba Coop: tinha garantias restritas aos direitos emergentes dos projetos específicos da Delba Coop, não havendo possibilidade de recursos contra a Ocyan ou outra empresa do Grupo Odebrecht.

O saldo do Project finance foi quitado integralmente com a venda do ativo (US\$ 60.300 mil ou R\$ 250.197 mil) por determinação dos agentes financiadores. Adicionalmente, em 27 de dezembro de 2019, a Delba Coop, adquirida em 9 de agosto de 2011 e sediada em Amsterdã (Holanda), foi liquidada.

Project Bond 21 - ODN VIII/IX, garantido pelos navios-sonda Norbe VIII e Norbe IX. Foi fornecida também uma contra garantia na modalidade de carta de crédito no valor total de US\$ 101.752 mil. Em 30 de dezembro de 2016 foi sacado US\$ 1.181 mil, a ser reembolsado em 17 parcelas trimestrais com juros de 2% ao ano e US\$ 21.390 mil que foi sacado pelo Citibank contra a Ocyan em 31 de maio de 2017.

O valor total de carta de crédito em 31 de dezembro de 2017 passou a ser de US\$ 79.181 mil e foi dividido em duas partes: (i) US\$ 19.795 mil, garante a Tranche I com juros de 1% ao ano, com contra garantia da Ocyan, e caso seja sacada, será reembolsada em parcelas trimestrais até o vencimento da Tranche I, com reembolso sempre limitado ao recebimento pela Ocyan como remuneração pela operação dos ativos do Bond 21; e (ii) US\$ 59.386 mil, garante a Tranche II com juros de 0,75% ao ano, com contra garantia da Ocyan, mas em caso de saque, o valor será convertido em novas DPLs a serem emitidas pela OOGFL. Sem alterações para a posição em 31 de dezembro de 2019.

Project Bond 22 - OODFL (ODN I & II, ODN Six e ODN Tay IV), garantido pelos navios-sonda ODN I e ODN II e pela unidade semissubmersível de perfuração Norbe VI. Foi fornecida também uma contra garantia na modalidade de carta de crédito no valor total de US\$ 174.709 mil. Em 02 e 05 de dezembro de 2016 foram sacados US\$ 9.759 mil e US\$ 2.871 mil, com taxa de juros de 2% e 10% a.a., respectivamente (2% a.a após 23 maio de 2017), a serem reembolsados em 21 parcelas trimestrais com juros de 2% ao ano, US\$ 7.292 mil e US\$ 2.145 mil em 5 e 6 de abril de 2017 com taxa de juros de 2% e 10% a.a., respectivamente (2% a.a após 23 maio de 2017), a serem integralmente reembolsados no dia 03 de janeiro de 2018, e US\$ 10.880 mil foi sacado pelo Credit Agricole em 21 de junho de 2017.

84 de 126

Junta Comercial do Estado da Bahia

03/02/2021

Certifico o Registro sob o nº 98010636 em 26/10/2020

Protocolo 203237889 de 23/10/2020

Nome da empresa NOVONOR S.A - EM RECUPERACAO JUDICIAL NIRE 29300025593

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 135119762639420

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 03/02/2021

por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral





http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=AS5YQ4KESQ_ke3CoTYEg&chave2=BT-06aCCpMpeIH2nwhcFRg
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 27100678897-MARCEL ANDRE CARILHO JARDIM

Odebrecht S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O valor total de carta de crédito em 31 de dezembro de 2019 era de US\$ 151.199 mil, dividido em duas partes: (i) US\$ 37.800 mil, representando 25% do valor total, garante a Tranche I com juros de 1,00% ao ano, com contra garantia da Ocyan, e caso seja sacada, será reembolsada em parcelas trimestrais até o vencimento da Tranche I, com reembolso sempre limitado ao recebimento pela Ocyan como remuneração pela operação dos ativos do Bond 22; e (ii) US\$ 113.399 mil, representando 75% do valor total, garante a Tranche II com juros de 0,75% ao ano, com contra garantia da Ocyan, mas em caso de saque, o valor será convertido em DPLs a serem emitidas pela OOGFL

OTP

A OTP possui empréstimo junto ao Banco do Brasil, no montante de R\$ 196.575 (2018 - R\$ 188.289), com taxa de juros de 132% do CDI. O prazo de liquidação vem sendo renegociado sucessivamente, sendo a última prorrogação com vencimento para fevereiro de 2020.

A controlada indireta CRO possui contrato de financiamento mediante abertura de crédito junto ao BNDES, no montante de R\$ 762.000, destinado aos investimentos iniciais para conservação, recuperação e ampliação da BR-163 MT. Sobre o principal da dívida incidem juros anuais de TJLP + 2,9%, tendo sido liberado o montante de R\$ 590.000. Em 15 de maio de 2019, foi celebrado novo aditivo contratual com alteração da metodologia de cálculo dos juros remuneratórios incidentes sobre o principal, utilizando-se da Taxa de Longo Prazo (TLP) em substituição à TJLP.

Desde então ocorreram prorrogações sucessivas da data de vencimento da parcela única de amortização do principal, mediante a apresentação de e/ou renovação das cartas de fianças, sendo a última prorrogação para 15 de fevereiro de 2020, com a possibilidade de renovação até 15 de maio de 2020, sujeita a apresentação de novas garantias. O saldo atualizado em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 642.061 (2018 - R\$ 663.921).

A controlada indireta CRO também captou um financiamento junto à Caixa Econômica Federal ("CEF"), no montante de R\$ 300.000, com vencimento original em parcela única do principal mais juros em 20 de novembro de 2018. Sobre o principal da dívida incide juros de 3,5% a.a., acima da TJLP, sendo o saldo atualizado em 31 de dezembro de 2019 de R\$ 383.346 (2018 - R\$ 331.985).

Em 14 de junho de 2018, foi celebrado aditivo contratual prorrogando o prazo de vencimento do empréstimo de 20 de maio de 2018 para 20 de novembro de 2018. Em 21 de dezembro de 2018, a CRO celebrou novo aditivo contratual junto à CEF, prorrogando o prazo de vencimento para 20 de maio de 2019, limitado ao prazo de vencimento do empréstimo ponte do BNDES (15 de maio de 2020). A CRO está em negociação com a CEF para a assinatura de novo aditivo contratual, em fase de formalização, contendo os seguintes termos:

- Prorrogação do prazo de vencimento para 20 de maio de 2020;
- Alteração da taxa de juros de TJLP + 3,5% a.a. para CDI + 5,2% a.a., a partir de 20 de agosto de 2019; e
- Amortização de 3,5% a.a. do saldo devedor, a partir de 20 de agosto de 2019.

Em 2019, foi pago pela controlada CRO o montante total de R\$ 98.376 (2018 – R\$ 97.645), sendo R\$ 36.363 de principal e R\$ 62.013 (2018 – R\$ 97.645) de juros e custos de transação de R\$ 43.510 (2018 – R\$ 47.491).



http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=AS5YQ4Kessq_ke3CotYeg&chave2=BT-06acCpMpeIH2nmcFRg
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 27100678897-MARCEL ANDRE CARRILHO JARDIM

Odebrecht S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O contrato de financiamento da controlada indireta CRO junto aos BNDES tem como garantia fidejussória fianças bancárias prestadas por instituições financeiras ("Fiadores"). Em favor dos Fiadores, foram oferecidas em garantia à alienação fiduciária das ações do Projeto e a cessão fiduciária dos direitos creditórios. Em 06 de maio de 2016, a controlada indireta ODBR e a controlada direta OTP assinaram carta de fiança corporativa em favor dos fiadores perante o contrato de prestação de garantias. Por sua vez, o contrato de financiamento com a CEF detém como garantia fidejussória fiança corporativa da controlada direta OTP, alienação fiduciária das ações do projeto e a cessão fiduciária dos direitos creditórios."

(vi) Outros investimentos

OSP

Finame

As compras financiadas de equipamentos, veículos e serviços utilizados no curso normal dos negócios da controlada indireta OSP são realizadas através de linhas de repasse do BNDES (FINAME), onde os mesmos são dados em garantia. O saldo remanescente em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 8.569 (31 de dezembro de 2018 - R\$ 11.806).

OSP Inv

Em 30 de abril de 2018, no âmbito da reestruturação financeira do Grupo Odebrecht, a controlada OSP Inv assumiu parte da dívida referente às debêntures que a controlada indireta OEP possui com o BNDESPAR no montante de R\$ 791.989, com vencimento previsto para setembro de 2022 e encargos de 115% do CDI. A OSP Inv registrou na mesma data, saldo a receber com a OEP decorrente desta assunção.

O saldo remanescente em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 874.655 (31 de dezembro de 2018 - R\$ 838.320).

OEP

As debêntures emitidas pela controlada indireta OEP tem como garantia real a alienação fiduciária das ações da controlada direta Ocyan .

(II) Arrendamentos mercantis

Com relação ao passivo de arrendamento, as controladas da Companhia mensuram ao valor presente dos pagamentos remanescentes, utilizando a taxa incremental na data da aplicação inicial, calculada a partir de taxa representativa do custo de capital de terceiros , a partir de operação equivalente realizada. Após a data de início, o passivo de arrendamento é mensurado aumentando o valor contábil para refletir os juros sobre o passivo de arrendamento e reduzindo o valor contábil para refletir os pagamentos dos aluguéis efetuados.



http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=ASAYQ4KESSQ_ke3CotYEg&chave2=BT-06aCCpMpeIH2nmcFRg
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 27100678897-MARCEL ANDRE CARILHO JARDIM

Odebrecht S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Movimentação dos arrendamentos

	2019
Saldo no início do exercício	100.557
Adoção inicial IFRS 16	5.276.625
Adição de principal	74.148
Adição de juros (AVP)	(271.018)
Amortização de principal	(970.359)
Pagamento de juros	(160.775)
Captações e baixas	789.060
Movimentação societária	(1.369)
Variação cambial	56.629
Saldo no final do exercício	4.893.498
Passivo circulante	1.190.026
Passivo não circulante	3.703.472

(b) Composição dos arrendamentos passivos não circulantes, por ano de vencimento

	2019
2021	791.869
2022	777.394
2023	600.240
2024	513.953
2025 em diante	1.020.016
	3.703.472

18 Debêntures - Consolidado

(a) Composição

Segmento	2019	2018 (Reapresentado)
Segmento Imobiliário		
OR	483.615	453.330
Segmento de Investimentos em infraestrutura e energia		
OTP	686.186	1.679.639
OPISA	715.177	597.402
Segmento Indústria		
Ativos Inv	1.253.458	1.095.215
Braskem	274.567	294.509
Outros segmentos		
OSP Inv	8.777.512	8.173.636
OE	394.714	326.334
OEB	521.138	481.861
OEP	3.327.670	2.705.547
ODB	2.213.885	2.085.702
	18.647.922	17.893.175
Passivo circulante	18.396.545	4.469.558
Passivo não circulante	251.377	13.423.617



http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=ASBYQ4KESSQ_ke3CotYEg&chave2=BT-06aCCpMpeIH2nmcFRg
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 27100678897-MARCEL ANDRE CARILHO JARDIM

Odebrecht S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Composição das debêntures não circulante, por ano de vencimento

	2019	2018
2020		5.892.751
2021	23.475	2.847.823
2022	34.056	1.005.449
2023	6.287	1.060.414
2024	74.433	336.510
2025 em diante	113.126	2.280.670
	251.377	13.423.617

(c) Movimentação das debêntures

	2019	2018 (Reapresentado)
No início do exercício	17.893.175	16.054.651
Novas emissões		5.415.228
Encargos financeiros	2.145.112	1.765.112
Movimentação societária	(1.224.512)	(4.446.846)
Pagamentos - principal	(118.432)	(395.467)
Pagamentos - juros	(47.421)	(499.503)
Saldo no final do exercício	18.647.922	17.893.175
Passivo circulante	18.396.545	4.469.558
Passivo não circulante	251.377	13.423.617

(d) Distribuição das principais debêntures por segmento

I Segmento de empreendimentos imobiliários

OR

Em 8 de outubro de 2009, a controladora OR emitiu 600 debêntures não conversíveis em ações, tendo como agente fiduciário, a Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Pavarini ou "Agente Fiduciário"), e como interveniente garantidora a ODB.

O objetivo desta emissão foi obter recursos que serão utilizados para financiar os empreendimentos imobiliários, no montante de até 90% do custo de produção das unidades habitacionais, limitado a 80% do VGV, cujo valor de comercialização seja menor ou igual ao valor máximo permitido para financiamento de unidades habitacionais pelo Sistema de Financiamento Habitacional ("SFH").

Em 12 de julho de 2016, a controladora OR realizou a segunda emissão de debêntures em duas séries, no valor total de R\$ 265.000, sendo R\$ 242.500 para debêntures da primeira série e R\$ 22.500 para debêntures da segunda série com vencimento em 12 de julho de 2019. O agente fiduciário é Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários e o banco liquidante da emissão e escriturador é Banco Bradesco S.A. Em 12 de julho de 2016 o Banco Votorantim subscreveu R\$ 262.653 debêntures, sendo R\$ 242.500 da primeira série e R\$ 20.153 da segunda.



http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=ASA5YQ4KESSQ_ke3C0tYeg&chave2=BT-06acCPmpeIH2nmcFRg
 ASSINADO DIGITALMENTE POR: 27100678897-MARCEL ANDRE CARILHO JARDIM

Odebrecht S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
 em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os recursos líquidos obtidos pela controladora OR com a emissão foram destinados para: (i) a realização do resgate da totalidade das ações preferenciais de emissão da controlada OR Inv, incluindo em referido resgate eventuais obrigações acessórias no pagamento de dividendos; (ii) a liquidação da cédula de Crédito Bancário em favor do Banco Votorantim e (iii) recomposição de caixa livre da Companhia, mediante a comprovação do pagamento integral da obrigação firmada com Realize Empreendimentos Imobiliários (antiga sócia da Mixcamp e Galeria).

Em 28 de maio de 2018, a controlada OR realizou a amortização parcial da primeira série da segunda emissão de debêntures, na mesma data desmembrou as debêntures remanescentes da primeira série, em duas séries de igual volume, a partir da criação da terceira série. A amortização deu-se em troca da participação na Sociedade OR SP 02. O contrato prevê um bônus de adimplência do saldo devedor da terceira série na hipótese de quitação da primeira que vence em 30 de junho de 2021 desde que a OR permaneça adimplente com as obrigações e declarações válidas junto ao Banco Votorantim.

	Vencimentos	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Juros	Desde 8 de abril de 2010 até 30 de junho de 2021	112.153	83.616
Principal	Desde 10 de junho de 2013 até 30 de junho de 2021	371.462	369.714
		<u>483.615</u>	<u>453.330</u>

II Segmento de investimento em infraestrutura e energia

Em 1 de julho de 2016, a ODBR, controlada da OTP, celebrou um contrato para emissão de debêntures conversíveis em ações com o Fundo SCP, representado por sua administradora SOCOPA - Sociedade Corretora Paulista S.A, no montante de R\$ 351.760. Essas debêntures são impactadas por uma banda cambial (BRL/USD), sendo que, a partir de maio de 2018, passou a ser fixada pela taxa de câmbio de R\$ 3,53 até janeiro de 2019. Em 1º de setembro de 2017, a ODBR celebrou um novo contrato para a segunda emissão das debêntures conversíveis em ações, sendo captado o montante líquido de R\$ 77.886. Em 28 de maio de 2019, o saldo total de R\$ 750.951 foi quitado no processo de alienação de controle da CRB, sendo como parte do pagamento das ações.

Em 17 de junho de 2019, a controlada OTP emitiu debêntures no valor de R\$ 300.000, com remuneração de IPCA + 6,7%, cujo saldo de R\$ 432.951 (31 de dezembro de 2018 – R\$ 411.487), foi cedido para CRB como parte do processo de alienação do seu controle (Nota 1.2).

III Segmento indústria

(i) Atvos Inv

Emissão privada de debêntures, sendo:

Em 28 de junho de 2017, a controlada indireta Atvos Par, emitiu 829.150.000 debêntures conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única para colocação privada.

Em 23 de março de 2018, ocorreu a terceira emissão de debêntures da controlada indireta Atvos Par no montante de R\$ 40.000, que foram integralizadas em 19 de abril de 2018, as quais são debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, com garantia real e foi distribuída em regime de esforços restritos de acordo instrução CVM nº 476, com vencimento em 28 de março de 2021.



http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=ASA5YQ4KESQ_KE3COTYEG&chave2=BT-06aCCpMpeIH2nmcFRg
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 27100678897-MARCELO ANDRE CARILHO JARDIM

Odebrecht S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 16 de outubro de 2018, ocorreu a 4ª emissão de debêntures da controlada indireta Atvos Par no montante de R\$ 50.000, que foram integralizadas em 08 de novembro de 2018, as quais são debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, com garantia real e foi distribuída em regime de esforços restritos de acordo instrução CVM nº 476, com vencimento em 15 de outubro de 2021.

Em atendimento ao CPC 26 e seu correspondente IAS 1 (Apresentação das Demonstrações Contábeis), foi reclassificado para o circulante devido ao descumprimento de cláusulas contratuais, sendo principalmente a entrada em Recuperação Judicial (Nota 1 (c))

(ii) Braskem

Os saldos de debêntures são provenientes da consolidação da Cetrel e DAC, pela controlada indireta Braskem.

Data de emissão	Série	Vencimento	Encargos (% a.a)	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
mar-13	Única	mar-25	IPCA + 6%	202.992	210.500
set-13	Única	set-25	126,5% do CDI	71.575	84.000
				274.567	294.500

IV Outros segmentos

(i) OSP Inv

Em 15 de julho de 2016, a OSP Inv emitiu 337.403 debêntures simples e não conversíveis em ações no montante de R\$ 3.374.030, em favor da Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Imobiliários Ltda., agente fiduciário das emissões. Das debêntures emitidas, 65.500 debêntures são da primeira série, 187.403 debêntures da segunda série, 12.500 debêntures da quarta série, 25.000 debêntures da quinta série e 47.000 debêntures da sexta série. O montante de 55.000 debêntures da terceira série ainda não foi emitido.

O objetivo destas emissões foi obtenção de fundos para serem utilizados na reestruturação de dívida e renovação de garantias na dívida da controlada indireta Atvos Inv.

A OSP Inv concedeu como garantia dessas operações ações da controlada indireta OSP e o direito ao recebimento dos dividendos e demais direitos creditórios decorrentes das ações deste ativo.

Em 23 de maio de 2018, OSP Inv formalizou instrumento particular de escritura da segunda emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em onze séries para distribuição pública com esforços restritos (nos termos da Instrução CVM nº 476). A OSP Inv subscreveu debêntures cujo valor total na data de emissão, foi R\$ 4.200.114, em onze séries. Os prazos e data de vencimento de cada série, ressalvadas as hipóteses de resgate antecipado ou vencimento antecipado conforme previsto na escritura das debêntures são variados, tendo vencimentos entre 2019 e 2031.

Em 31 de outubro de 2018, o valor dos recursos líquidos captados por meio desta emissão, equivalentes a R\$ 3.160.120, foram destinados para pagamento de determinadas obrigações financeiras da OSP Inv e outras entidades do Grupo Odebrecht. Adicionalmente, foram integralizados R\$ 1.039.993 em créditos de dívidas de outras empresas do Grupo.



http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=ASAY0Q4KESSQ_ke3CotYEg&chave2=BT-06aCCpMpeIH2nWncFRg
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 27100678897-MARCEL ANDRE CARILHO JARDIM

Odebrecht S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) OE

A controlada indireta OE é emissora de 30.000 debêntures referentes a segunda emissão de debêntures simples não conversíveis em ações, sendo que 27.615 debêntures estão em posse da controlada OSP Inv. E mais 19.000 debêntures referentes a terceira emissão de debêntures simples não conversíveis em ações.

Em atendimento ao CPC 26 e seu correspondente IAS 1 (Apresentação das Demonstrações Contábeis), foi reclassificado para o circulante devido ao descumprimento de cláusulas contratuais, sendo principalmente a entrada em Recuperação Judicial (Nota 1 (c)).

(iii) OEB

A controlada indireta OEB possui 311.430.704 debêntures conversíveis em ações, tendo o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia ("FDA") como debenturista e MESA e SAESA como intervenientes.

Em atendimento ao CPC 26 e seu correspondente IAS 1 (Apresentação das Demonstrações Contábeis), foi reclassificado para o circulante devido ao descumprimento de cláusulas contratuais, sendo principalmente a entrada em Recuperação Judicial (Nota 1 (c)).

(iv) OEP

A controlada indireta OEP é emissora de 200.000 debêntures não conversíveis em ações, divididas em duas séries de 100.000 debêntures cada, com vencimento em 15 de setembro de 2021.

(v) ODB

A remuneração do valor nominal unitário das debêntures da 1ª série e da 2ª série correspondem à variação acumulada dos percentuais de: (i) 116,8% da taxa DI, base 252 dias úteis, desde a data de integralização até 31 de maio de 2024, exclusive; e (ii) 120% da taxa DI, base 252 dias úteis, a partir de 31 de maio de 2024, inclusive, e até a data de vencimento. Os prazos e a data de vencimento de cada série, ressalvadas as hipóteses de resgate antecipado ou vencimento antecipado conforme disposto na escritura de debêntures são variados, tendo vencimentos entre 2022 e 2030. Os recursos líquidos captados por meio da Emissão foram destinados para pagamento de determinadas obrigações financeiras da Emissora.

A Companhia concedeu como garantia dessas operações ações da controlada indireta OSP e o direito ao recebimento dos dividendos e demais direitos creditórios decorrentes das ações deste ativo. Em 28 de novembro de 2017, a Companhia (Emissora) e Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Imobiliários Ltda (Agente Fiduciário), celebraram o instrumento particular de escritura da 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, da espécie com garantia real, com aditamento em 06 de dezembro de 2017 e re-ratificação em 11 de dezembro de 2017, para emissão de 1.917.337 debêntures, sendo: (i) 880.000 debêntures da 1ª série; e (ii) 1.037.337 debêntures da 2ª série. As debêntures foram integralizadas em 13 de dezembro de 2017 no valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais).

(e) Principais garantias

I Segmento de empreendimentos imobiliários

(i) OR

As debêntures emitidas em 8 de outubro de 2009 tem como garantias reais a alienação fiduciária das ações da Bairro Novo, cessão fiduciária dos recebíveis dos empreendimentos financiados, alienação fiduciária das ações/quotas das SPes.

91 de 126

Junta Comercial do Estado da Bahia

03/02/2021

Certifico o Registro sob o nº 98010636 em 26/10/2020

Protocolo 203237889 de 23/10/2020

Nome da empresa NOVONOR S.A - EM RECUPERACAO JUDICIAL NIRE 29300025593

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 135119762639420

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 03/02/2021

por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral





http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=ASAYQ4KESSQ_KE3COTYEg&chave2=BT-06acCPmpeIH2nmcFRg
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 27100678897-MARCEL ANDRE CARILHO JARDIM

Odebrecht S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As garantias reais da segunda série são: alienação fiduciária das ações da OR SPE Paraty, cessão fiduciária de direitos creditórios da OR SPE Paraty e escritura de hipoteca de terrenos de Porto Velho.

II Segmento indústria

(i) Braskem

A Cetrel e DAC celebraram contratos de cessão fiduciária de direitos creditórios, com manutenção de contas vinculadas para cobertura do serviço da dívida relativo a até três meses das parcelas vincendas, conforme termos previstos nos instrumentos de cessão.

III Outros investimentos

(i) OSP Inv

Como garantia para a transação que resultou na integralização das debêntures da OSP Inv foram concedidas, entre outras garantias reais e fidejussórias, alienação fiduciária das ações ordinárias (inicialmente penhor convertido em alienação fiduciária quando da integralização total da segunda Emissão de debêntures) e preferenciais da controlada indireta Braskem.

19 Impostos, taxas e contribuições - Consolidado

	2019	2018
No Brasil		
Imposto de renda e contribuição social	49.644	96.635
IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados	59.520	65.420
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	231.727	281.728
COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	163.932	134.400
PIS - Programa de Integração Social	36.019	56.312
Contribuições Sociais	537	91
Outros	277.530	318.704
No exterior		
Imposto de renda	739.221	1.373.610
Imposto sobre Valor Agregado	142.321	126.588
Outros	20.033	153.937
	1.720.484	2.607.425
Passivo circulante	1.484.674	2.455.076
Passivo não circulante	235.810	152.349

20 Denúncias de irregularidades e acordo global com autoridades

Acordo Global com as autoridades

(a) A Companhia e suas controladas

Em 1º de dezembro de 2016, a ODB, na qualidade de controladora das empresas pertencentes ao seu grupo econômico, firmou o Acordo Global com o Ministério Público Federal (MPF), autoridades dos EUA e Suíça, responsabilizando-se por todos os atos ilícitos que integram o objeto do referido acordo, praticados em benefício dessas empresas, com exceção da controlada indireta Braskem (mencionada em subitem desta Nota Explicativa).



http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=AS5YQ4KESSQ_ke3CoTYEg&chave2=BT-06acCPmpeIH2nmcFRg
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 27100678897 - MARCEL ANDRE CARILHO JARDIM

Odebrecht S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Neste acordo a ODB, na qualidade de controladora, se compromete a pagar, diretamente ou por intermédio de outra empresa de seu grupo econômico, o valor global equivalente a R\$ 3.828 milhões, em 23 anos, com parcelas anuais customizadas, valores estes reajustados pela taxa SELIC. Em 8 de agosto de 2019, o referido acordo foi aditado, alterando-se o cronograma de pagamento. O racional do referido Acordo de Leniência é o reconhecimento de ilícitos e reparação dos danos causados, bem como a colaboração junto ao MPF e demais autoridades no tocante às investigações, buscando ainda o Grupo Odebrecht a preservação e continuidade de suas atividades, a retomada de contratação com entes públicos e ainda o recebimento de recursos de bancos e entidades públicas, no Brasil e no exterior.

Cabe, ainda ressaltar, que em razão do mencionado Acordo de Leniência, o MPF se comprometeu a não propor ações de natureza cível e medidas adicionais para ressarcimento de valores em decorrência das denúncias objeto do acordo, não aplicar sanções de improbidade administrativa, bem como empreender gestão junto aos órgãos públicos, empresas públicas e empresas públicas de economia mista para que retirem quaisquer restrições cadastrais da ODB, e suas controladas.

Ainda em cumprimento aos termos do acordo de leniência, a ODB vem negociando a adesão de entes do Ministério Público, dos municípios e dos estados ao Acordo de Leniência com o MPF e/ou acordos de leniência individuais. Do valor total global do acordo, supramencionado, serão deduzidos os valores das indenizações aos entes lesados (estados e municípios). No entanto, é importante ressaltar que os entes possuem autonomia funcional e poderão discordar dos valores a eles atribuídos para a celebração dos acordos.

Em 9 de julho de 2018, a Companhia e suas controladas assinaram o Acordo de Leniência com a Advocacia Geral da União e o Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União, referendado de forma unânime pelo plenário do Tribunal de Contas da União ("TCU"), mediante o qual serão extintas as ações de improbidade e os processos administrativos no âmbito do Executivo Federal Brasileiro e pelo qual se comprometeu a pagar, em vinte e dois anos, o valor total de R\$ 2.727 milhões, valor esse que deverá ser abatido dos R\$ 3.828 milhões ajustados no Acordo de Leniência firmado com o MPF.

No âmbito de suas operações no exterior, determinadas controladas da ODB seguem com o propósito de alcançar um entendimento junto às autoridades locais para o fechamento de acordos de colaboração / leniência. Além do Acordo Global, firmado com as autoridades americanas, suíças e brasileiras, até o presente momento já há acordos firmados com a República Dominicana, Equador, Panamá, Guatemala e Peru.

A Companhia reafirma continuamente seu compromisso de atuar com ética, integridade e transparência, consistente com as melhores práticas mundiais de governança e com as leis, normas e regulamentos aplicáveis, bem como com as políticas do Grupo. Neste sentido, a Companhia investe continuamente em iniciativas que fortalecem a Governança e Conformidade, apresentando como relevantes resultados:

(i) Governança:

- Conselhos de Administração em empresas do Grupo desde dezembro de 2016;
- Comitês de Conformidade implementados;
- Conselheiros Independentes;
- Chief Compliance Officer - CCO em todos os Negócios;
- Comitê Integrado de Conformidade formado pelos CCO de cada Negócio, visa garantir a prática consistente do Sistema de Conformidade em todo o Grupo.

93 de 126

Junta Comercial do Estado da Bahia

03/02/2021

Certifico o Registro sob o nº 98010636 em 26/10/2020

Protocolo 203237889 de 23/10/2020

Nome da empresa NOVONOR S.A - EM RECUPERACAO JUDICIAL NIRE 29300025593

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 135119762639420

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 03/02/2021

por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral





http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=ASAYQ4KESSQ_ke3CotYeg&chave2=BT-06aCCpMpeIH2nmcfrg
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 27100678897-MARCEL ANDRE CARILHO JARDIM

Odebrecht S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Conformidade:

- Política sobre Conformidade com Atuação Ética, Íntegra e Transparente aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 2016, revisada em 2019 e desdobrada em dois documentos, que substituem a política até então vigente:
 - Política sobre o Sistema de Conformidade
 - Código de Conduta – Nosso Compromisso com atuação ética, íntegra e transparente
- Canal Linha de Ética para recebimento de denúncias: o canal é gerido por empresa especialista e independente, garantindo maior confidencialidade e não retaliação a todos os denunciante; disponível para ser acessado por integrantes, clientes e terceiros, 24 horas por dia, 7 dias por semana;
- Comitê de Ética para acompanhar os processos investigativos internos, com calendário de reuniões periódicas;
- Função de Auditoria Interna implantada em todo o Grupo, com reporte funcional do responsável ao respectivo Conselho de Administração, por intermédio do Coordenador do Comitê de Conformidade;
- Due diligence de terceiros, com base em riscos;
- Integrantes dedicados: 104 em dezembro de 2019 (93 em dezembro de 2018).

(iii) Monitores independentes:

Monitores Independentes presentes no Grupo Odebrecht, tendo como principal objetivo confirmar que a Companhia e suas controladas estão cumprindo todos os compromissos firmados no Acordo Global. O processo de monitoramento teve início em fevereiro de 2017 e tem duração prevista de 3 anos.

Monitoramento independente

Os compromissos assumidos perante as autoridades signatárias do Acordo Global buscam aprimorar o ambiente de controles da Companhia. Dentre o escopo do monitoramento pode-se ressaltar a avaliação da adequação do sistema de conformidade visando a manutenção de um ambiente de controles adequados, com ênfase no cumprimento das leis anticorrupção aplicáveis bem como a implementação e eficácia dos controles internos dos processos financeiros de contratação e pagamentos a terceiros, reembolsos, registros contábeis e documentais.

A Companhia desde fevereiro de 2017, é monitorada por dois monitores independentes definidos pelas autoridades norte-americanas e brasileiras, que trabalham de maneira coordenada, com o principal objetivo de confirmar que a Companhia e suas controladas cumprem e continuarão cumprindo todos os compromissos firmados no Acordo Global. Esses monitores reportam diretamente às autoridades supramencionadas.

Dois ciclos do monitoramento independente foram concluídos, ao final dos quais os monitores emitiram relatório acompanhado de recomendações, integralmente acatados pela Companhia, que se comprometeu a implementá-las, confirmando seu engajamento com a melhoria dos controles internos e com o fortalecimento de sua governança.

Trabalhos específicos e direcionados à revisão de processos e implementação de melhorias de controles, incluindo os relacionados às atividades de contratação, pagamentos e registros contábeis e documentais, são conduzidos pela Companhia, no sentido de manutenção de um ambiente de controles adequado, robusto, transparente e continuamente melhorado.

(b) Braskem

Em dezembro de 2016, a controlada indireta Braskem também firmou um Acordo Global com as autoridades brasileiras, americanas e suíças, onde pagará às autoridades no Brasil e exterior, o valor total aproximado de US\$ 957 milhões, equivalentes a aproximadamente R\$ 3.100 milhões.

94 de 126

Junta Comercial do Estado da Bahia

03/02/2021

Certifico o Registro sob o nº 98010636 em 26/10/2020

Protocolo 203237889 de 23/10/2020

Nome da empresa NOVONOR S.A - EM RECUPERACAO JUDICIAL NIRE 29300025593

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 135119762639420

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 03/02/2021

por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral





http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=AS5YQq4KESSQ_ke3CotYEg&chave2=BT-06aCCpMpeIH2nWncFRg
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 27100678897-MARCEL ANDRE CARILHO JARDIM

Odebrecht S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de maio de 2019 controlada Braskem assinou acordo de leniência com CGU e AGU. O Acordo CGU/AGU trata dos mesmos fatos objetos do Acordo Global firmado em dezembro de 2016 e prevê um desembolso adicional de aproximadamente R\$410 milhões, em função dos cálculos e parâmetros utilizados pela CGU e a AGU. Atendendo à solicitação da controlada Braskem e do MPF, a Justiça Federal homologou a destinação de recursos do Acordo MPF para pagamento do Acordo CGU/AGU. As parcelas vincendas do Acordo MPF aproveitarão ao Acordo CGU/AGU e passarão a serem corrigidas pela taxa SELIC, a partir da assinatura do Acordo CGU/AGU. O desembolso adicional de aproximadamente R\$410 milhões será pago em duas parcelas anuais ao final do cronograma de pagamentos do Acordo MPF, nos anos de 2024 e 2025. Até o momento a controlada Braskem já pagou aproximadamente R\$2,0 bilhões.

Monitores Independentes presentes no Braskem, tendo como principal objetivo confirmar que a Braskem está cumprindo todos os compromissos firmados no Acordo Global. O monitoramento da Braskem foi finalizado em março de 2020 (Nota 31).

21 Provisões fiscais, trabalhistas, societárias e cíveis - Consolidado

(a) Composição

	2019		2018	
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	(Reapresentado) Passivo não circulante
Provisões fiscais, trabalhistas, societárias e cíveis (I)	566.147	5.562.134	626.715	4.716.864
Provisão para Acordos de Indenizações (II)	1.450.476	1.932.591		
	2.016.623	7.494.725	626.715	4.716.864

(I) Provisões fiscais, trabalhistas, societárias e cíveis

A Companhia e suas controladas são cobradas em ações judiciais e administrativas decorrentes do curso normal dos seus negócios. Essas ações são de natureza tributária, trabalhista e previdenciária, cível e societária. Os processos avaliados como perda provável são provisionados. Os processos avaliados como perda possível não são provisionados, ressalvados os casos relevantes de combinação de negócios. Eventual mudança de entendimento no posicionamento das cortes poderá impactar no futuro as demonstrações financeiras da Companhia em decorrência de tais processos.



http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=ASVYQ4KESQ_3e3C0tYeg&chave2=BT-06aCCpMpeIH2nmcFRg
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 27100678897 - MARCEL ANDRE CARILHO JARDIM

Odebrecht S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Prováveis

		31 de dezembro de 2019				
		Processos prováveis de natureza				
Segmento	Empresas e controladas	Trabalhista	Fiscais	Societária e cível	Outros	Total
Engenharia e Construção	ODB				438.637	438.637
	OEC (i)	359.726	311.732	174.317	3.503.014	4.348.789
	OR	23.695	10	95.324		119.029
Imobiliário						
Indústria	Braskem (ii)	315.437	672.088	163.999		1.151.524
	Atvos Inv	66.957	9.003	18.656	(75.046)	19.570
Investimentos em infraestrutura e energia	Ocyan	5.129				5.129
Outros investimentos	OTP	18	818	2.395	2.729	5.960
	OPE	19.302		4.796	3.810	27.908
	OA Par	7.279		39		7.318
	Mectron	268				268
	FRVJ	30	2.555		914	3.499
	OP Inv	517		97		614
	Abiatar	36				36
		<u>798.394</u>	<u>996.206</u>	<u>459.623</u>	<u>3.874.058</u>	<u>6.128.281</u>
Passivo circulante						<u>566.147</u>
Passivo não circulante						<u>5.562.134</u>

		31 de dezembro de 2018				
		Processos prováveis de natureza				
Segmento	Empresas e controladas	Trabalhista	Fiscais	Societária e cível	Outros	Total (Reapresentado)
Engenharia e Construção	ODB	1.870		661	444.097	446.628
	OEC	139.152	4.181	173.545	3.455.201	3.772.079
	OR	13.214		87.646		100.860
Imobiliário						
Indústria	Braskem	177.751	607.079	180.487		965.317
	Atvos Inv	56.196	1.431	18.462	(64.082)	12.007
Investimentos em infraestrutura e energia	Ocyan	4.508				4.508
Outros investimentos	OTP	32		1.115	759	1.906
	OPE	23.596	1.555	7.139	4.159	36.449
	ODT	268				268
	OA Par	264	4	35		303
	FRVJ				3.254	3.254
		<u>416.851</u>	<u>614.250</u>	<u>469.090</u>	<u>3.843.388</u>	<u>5.343.579</u>
Passivo circulante						<u>626.715</u>
Passivo não circulante						<u>4.716.864</u>

- (i) Nas demonstrações financeiras da controlada OEC foram constituídas provisões para fazer frente aos acordos que estão em andamento decorrentes da Operação Lava-Jato, cujos valores foram apurados com base na melhor estimativa da administração e dos consultores jurídicos envolvidos. Esse saldo considera também os acordos já firmados até o momento. Em 31 de dezembro de 2018, o acordo de leniência firmado com a República Dominicana, foi assumido pela Companhia.
- (ii) A controlada indireta Braskem possui processos avaliados com possibilidade de perda provável, que referem-se, principalmente, à:



http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=AS5Y0Q4KESSQ_ke3CoTYEg&chave2=BT-06acCPmpeIH2nmcFRg
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 27100678897-MARCEL ANDRE CARILHO JARDIM

Odebrecht S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- Ações trabalhistas: Saúde ocupacional e segurança;
- Ações societárias: Indenização por perda e danos pleiteando pagamento de dividendos e bonificações da controlada indireta Braskem aos acionistas minoritários da Salgema Indústrias Químicas S.A.

(b) Possíveis

		31 de dezembro de 2019				
		Processos possíveis de natureza				
Segmento	Empresas e controladas	Trabalhista	Fiscais	Societária e cível	Outros	Total
Engenharia e Construção Imobiliário Indústria	ODB (i)	4.461	264.150	8.358.158		8.626.769
	OEC (ii)	377.261	6.670.505	3.924.413		10.972.179
	OR	11.344	2.044	109.079		122.467
	Braskem (iii)	642.229	6.199.283	34.742.446	546.743	42.130.701
	Atvos Inv (iv)	56.412	891.027	107.624		1.055.063
Investimentos em infraestrutura e energia	Ocyan	34.866	29.203	2.445		66.514
	OTP	1.370		7.997		9.367
Outros investimentos	OSP	3.043	144	1.159.502		1.162.689
	OPE	13.979	92.547	146.921	5.940	259.387
	Mectron		3.285			3.285
		1.144.965	14.152.188	48.558.585	552.683	64.408.421
		31 de dezembro de 2018				
		Processos possíveis de natureza				
Segmento	Empresas e controladas	Trabalhista	Fiscais	Societária e cível	Outros	Total (Reapresentado)
Engenharia e Construção Imobiliário Indústria	ODB	4.018	122.163	22.754.453		22.880.634
	OEC	356.802	5.246.441	5.752.013		11.355.256
	OR	30.296		373.861	14	404.171
	Braskem	860.061	7.125.071	691.636	643.982	9.320.750
	Atvos Inv	105.252	424.922	98.709		628.883
Investimentos em infraestrutura e energia	Ocyan	54.711				54.711
	OTP				17.723	17.723
Outros investimentos	OSP	3.043	144	1.159.502		1.162.689
	OPE	20.476	3.015	41.436	6.159	71.086
	ODT	4.769	6.024	4.537		15.330
	OE Inv		15.866			15.866
	OA Par				34.264	34.264
		1.439.428	12.943.646	30.876.147	7.02.142	45.961.363

(i) ODB

• Cível

Em 31 de dezembro de 2019, refere-se substancialmente a processos de natureza cível, na qual os autores requerem indenização ou reparação a possíveis danos causados em razão do Acordo de leniência na controlada indireta Braskem.

(ii) OEC

• Tributário

Em 17 de outubro de 2018, a controlada indireta CNO foi intimada da lavratura de auto de infração relativo aos supostos débitos de IRPJ/CSLL e IRRF, no montante de R\$ 3.850.187.



http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=ASAY0Q4KESSQ_ke3CoTYEg&chave2=BT-06aCCpMpeIH2nWncfRg
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 27100678897 - MARCEL ANDRE CARILHO JARDIM

Odebrecht S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Receita Federal do Brasil está glosando despesas que foram incorridas pelas Sucursais da CNO no exterior, cuja natureza indevida ficou evidenciada nos relatos dos colaboradores e acordo de leniência da Odebrecht. A despeito da natureza das despesas incorridas no exterior, carece de fundamentação jurídica as cobranças que estão sendo realizadas, vez que estão em dissonância com a legislação aplicável de cálculo de lucro do exterior.

Além do ponto supra, houve também um equívoco no cálculo do montante devido, gerando um erro de aproximadamente R\$ 700.000 na determinação do imposto apurado. Diante das impropriedades técnicas incorridas pelas Autoridades Fiscais quando da lavratura do auto, a probabilidade de êxito na esfera administrativa é dada como possível.

Adicionalmente, em 21 de dezembro de 2017, a controlada indireta CNO foi intimada da lavratura de auto de infração, no montante de R\$ 362.525, para cobrança de IRRF referente a supostos pagamentos sem causa realizados pelas Sucursais da CNO no exterior durante o ano-calendário de 2012, cuja natureza indevida ficou evidenciada nos relatos dos colaboradores e acordo de leniência da Odebrecht. A companhia apresentou Impugnação, a qual foi julgada improcedente em 14 de agosto de 2018, sendo interposto Recurso Voluntário contra a decisão. Em 17 de setembro de 2019 foi iniciado o julgamento do recurso, ocasião em que foi determinada a baixa do processo em diligência para análise de erros de cálculo da autuação, ainda pendente de intimação.

• Cível

Brasil

A CNO, OECI e a CBPO foram demandadas no bojo de ações coletivas (i.e.: ações civis públicas, ações de improbidade administrativa e ações populares) promovidas pelo Ministério Público e/ou Populares que têm como objeto pedidos de ressarcimento a supostos danos causados à administração pública e aplicação de sanções previstas nas legislações que regulamentam as referidas ações.

Dessas ações, destacam-se, pelo valor envolvido, ações de improbidade administrativa promovidas (i) pelo Ministério Público de São Paulo relacionadas aos contratos de execução da Linha 5 do Metrô de São Paulo e de execução de serviços de limpeza urbana e (ii) pelo Ministério Público do Rio de Janeiro relacionada ao contrato de execução das obras da Linha 4 do Metrô do Rio de Janeiro. Essas ações foram devidamente contestadas pela CNO e seguem em discussão no Poder Judiciário.

As empresas do grupo OEC são partes em procedimentos arbitrais em curso, que envolvem tanto contingências ativas como passivas, alguns deles em estágio incipiente, aguardando a formação do Tribunal Arbitral e/ou conclusão de tratativas que permitam a solução negociada dos litígios. A empresa do grupo OEC constituiu escritórios com notória especialização/reconhecimento para representar seus interesses nessas disputas. Com base na atual posição e particularidade desses processos estima contingências passivas de R\$ 741.813 e contingências ativas de R\$ 327.023, todas com prognóstico possível de realização, o que poderia levar a um valor final de contingências passivas de R\$ 414.790.

Venezuela

A controlada indireta da Companhia, CNO Sucursal Venezuela, é demandada na Venezuela pela CAMETRO, em relação ao Metro Caracas – Viviendas Mariche –, relativamente à execução de fiança sobre adiantamentos recebidos pela Companhia e não amortizados, além de alegado descumprimento contratual, cuja exposição de perda é avaliada em R\$ 154.400 - US\$ 38.306. O processo atualmente tramita em primeiro grau de jurisdição.

98 de 126

Junta Comercial do Estado da Bahia

03/02/2021

Certifico o Registro sob o nº 98010636 em 26/10/2020

Protocolo 203237889 de 23/10/2020

Nome da empresa NOVONOR S.A - EM RECUPERACAO JUDICIAL NIRE 29300025593

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 135119762639420

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 03/02/2021

por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral





http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=AS5YQ4KESQ_KE3C0tYeg&chave2=BT-06acCPmpeIH2nmcfrg
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 27100678897-MARCEL ANDRE CARRILHO JARDIM

Odebrecht S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iii) Braskem

Ações cíveis: Trata-se de ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público do Estado de Alagoas e a Defensoria Pública do Estado de Alagoas, em que se busca o bloqueio de bens da Braskem com o intuito de garantir eventual condenação da empresa ao pagamento de indenização por danos ambientais coletivos supostamente em razão das atividades de mineração realizadas pela Braskem na cidade de Maceió (Nota 21 (II)).

(iv) Ativos Inv

A variação observada nos processos tributários decorre, em linhas gerais, de: (i) cobrança de ICMS sobre diferencial de alíquotas no Estado de Goiás/Brasil, de aproximadamente R\$ 71 milhões, em operações de aquisição de ativos provenientes de outros estados; (ii) cobrança de multa isolada e qualificada sobre estimativa de IRPJ/CSLL em aproximadamente R\$ 94 milhões; e (iii) auto de infração de aproximadamente R\$ 134 milhões referente à contribuições previdenciárias calculadas sobre valores que não compõem a receita bruta proveniente da comercialização da produção das usinas.

(II) Provisão para acordos de indenizações

Conforme mencionando na Nota 1.2. (c) (ii) em 14 de novembro de 2019, a controlada indireta Braskem apresentou à Agência Nacional de Mineração (ANM) medidas para encerramento definitivo das atividades de extração de sal em Maceió, com o fechamento dos seus poços e propôs a criação de uma área de resguardo no entorno de determinados poços como medidas de precaução e proteção às pessoas. Essas medidas são baseadas em estudo conduzido pelo Instituto de Geomecânica de Leipzig (IFG) da Alemanha, referência internacional em geomecânica de poços de sal, e estão sendo realizadas em coordenação com a Defesa Civil e demais autoridades.

Em 31 de dezembro de 2019, com base em sua avaliação e dos seus assessores externos, levando em consideração as informações existentes, diálogo com autoridades e melhor estimativa dos gastos para as diversas medidas de segurança aos moradores, a Braskem registrou provisão no montante de R\$ 3.383.067, sendo R\$ 1.450.476 no passivo circulante e R\$ 1.932.591 no passivo não circulante. Devido à inerente mudança de premissas relacionadas às provisões decorrente de novos fatos e circunstâncias, do tempo de execução e extensão dos planos de ação, dos resultados de estudos futuros dos especialistas e desfecho de ações judiciais em curso, a provisão pode sofrer atualizações ao longo do tempo para refletir o desenvolvimento do tema.

O montante total dessa provisão pode variar em função do estágio atual das tratativas em curso com as autoridades competentes para um eventual acordo ambiental envolvendo especialmente uma solução de estabilização dos poços localizados na região afetada pelo fenômeno geológico. O objetivo da Braskem com um potencial acordo é proporcionar maior segurança jurídica para o plano da Braskem para as ações que vem sendo estudadas, com a suspensão e/ou extinção dos processos existentes sobre essa matéria. O acordo potencial ainda é muito incerto e está sujeito à conclusão de tratativas em andamento e à aprovação pela Braskem e pelas Autoridades competentes. Portanto, as provisões registradas nestas demonstrações financeiras não incluem o resultado de potencial acordo, pois ainda não é possível estimar com segurança o valor ou se as tratativas em curso serão bem-sucedidas. A estimativa do impacto econômico do potencial acordo dependerá do (i) acordo sobre o plano de reparação ambiental e uma avaliação detalhada das estimativas dos valores a serem gastos, (ii) uma análise do escopo detalhado de tal plano para determinar sua correspondência com as iniciativas e montantes já provisionados; e (iii) o momento da execução do plano e desembolsos, que impactarão o valor presente das obrigações. Todos os impactos contábeis, se houver, serão registrados no período em que eventual acordo seja celebrado.



http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=AS5YQ4KESSQ_ke3C0tYeg&chave2=BT-06aCCpMpeIH2nwhcfrg
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 27100678897-MARCEL ANDRE CARILHO JARDIM

Odebrecht S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As principais naturezas da provisão decorrem de:

- (a) Apoio na desocupação e compensação dos moradores das Áreas de Risco, conforme Termo de Acordo celebrado com Ministério Público Estadual ("MPE"), Defensoria Pública Estadual ("DPE"), Ministério Público Federal ("MPF") e Defensoria Pública da União ("DPU"), bem como da Área de Resguardo, delimitada a partir da ampliação do raio dos poços com anomalias, identificadas através de sonares.

Provisão registrada no montante de R\$ 1.687.700 compreende gastos relacionados a ações como:

- Desocupação, auxílio aluguel, transporte de mudanças e guarda volume de mobiliários.
 - Negociação de acordos individuais para compensação de moradores afetados.
- (b) Ações para fechamento e monitoramento dos poços de sal: com base no resultado de sonares e estudos geomecânicos, a Braskem planejou ações de estabilização e monitoramento para todos os 35 poços de extração de sal existentes:
- Para 4 deles, a recomendação é de enchimento com sólidos, processo que deve durar cerca de 3 anos;
 - Para os 31 poços restantes, as ações recomendadas são de fechamento convencional, confirmação do status de preenchimento natural e monitoramento;
 - Para 15 poços, incluindo os 4 que serão preenchidos com sólidos, a recomendação é de criação de área de resguardo no entorno e monitoramento.

O total de gastos estimado para implementação dessas medidas nos 35 poços é de R\$1.011.695, cálculo feito com base nas técnicas existentes e possíveis soluções para as condições atuais dos poços, o que pode ser futuramente alterado de acordo com novos estudos e alterações naturais na estrutura dos poços ao longo do tempo;

- (c) Outras medidas não contempladas no Acordo compreendem (i) ações referentes aos Instrumentos de Cooperação Técnica firmados com a Defesa Civil, (ii) termo de acordo com o Ministério Público do Trabalho de R\$ 40 milhões, (iii) assuntos classificados como obrigação presente para a Braskem, ainda que não formalizadas, e (iv) gastos com contratação de assessores externos e especialistas para elaboração de estudos para entendimento do fenômeno geológico e apoio na execução das ações recomendadas nos estudos. Os gastos estimados e incluídos na provisão contábil, relacionados a estas medidas adicionais, somam R\$ 683.672, e também podem sofrer alterações na medida em que os estudos e ações na região avancem.

Nos termos do Acordo, após a transferência da posse dos imóveis, a Braskem se compromete a contratar empresa especializada em vigilância privada para zelo e segurança das áreas desocupadas e a adotar medidas necessárias para evitar proliferação de vetores de doenças transmissíveis às pessoas e aos animais. A definição das medidas necessárias para recuperação das áreas potencialmente impactadas pelas atividades de extração de sal-gema, ainda dependerá de diagnóstico mais concreto da situação da área e posterior discussão entre a Companhia e as autoridades competentes (incluindo a ANM).

Todas as obrigações assumidas no Termo não importam em reconhecimento de culpabilidade ou responsabilidade da Braskem pela desocupação das pessoas das áreas de risco. A Braskem seguirá colaborando com as autoridades, com apoio de especialistas independentes, na identificação das causas dos eventos geológicos e na implementação de ações que tragam segurança à comunidade dos bairros afetados.

100 de 126

Junta Comercial do Estado da Bahia

03/02/2021

Certifico o Registro sob o nº 98010636 em 26/10/2020

Protocolo 203237889 de 23/10/2020

Nome da empresa NOVONOR S.A - EM RECUPERACAO JUDICIAL NIRE 29300025593

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 135119762639420

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 03/02/2021

por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral





http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=AS5Y0q4KESSQ_ke3C0tYeg&chave2=BT-06acCpMpeIH2nWncfRg
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 27100678897 - MARCEL ANDRE CARILHO JARDIM

Odebrecht S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Braskem está em tratativas com as seguradoras sobre a cobertura das suas apólices de seguro. Essas tratativas estão em um estágio inicial. Portanto, o pagamento de indenizações dependerá da avaliação de cobertura dos seguros dessas apólices. Em função das incertezas relacionadas ao tema, nenhuma indenização foi reconhecida nas demonstrações financeiras da Braskem.

Ações judiciais em curso

No contexto deste evento, foram propostas as seguintes ações contra a Braskem:

- (i) Ação Civil Pública (ACP) ajuizada pelo Ministério Público Estadual (MPE) e pela Defensoria Pública do Estado de Alagoas (DPE) – Reparação aos moradores

Esta ACP havia requerido o bloqueio liminar de R\$3,7 bilhões e a condenação da Braskem a indenizar os prejuízos causados aos moradores de Pinheiro, Mutange e Bebedouro, estimados pelos Autores em R\$7,1 bilhões.

Em 3 de janeiro de 2020, foi homologado Termo de Acordo para Apoio na Desocupação das Áreas de Risco ("Termo"), firmado pela Braskem em conjunto com o Ministério Público Estadual ("MPE"), Defensoria Pública Estadual ("DPE"), Ministério Público Federal ("MPF") e Defensoria Pública da União ("DPU"). A homologação foi feita pelo Juiz Federal da 3ª Vara do Estado de Alagoas, tendo tido os seguintes efeitos:

(i) Desbloqueio de R\$3,7 bilhões (*) anteriormente bloqueados do caixa da Braskem no contexto da ACP; (ii) Substituição dos seguros-garantia já apresentados pela Braskem ao Juízo no montante aproximado de R\$6,4 bilhões por dois seguros-garantia no montante total aproximado de R\$ 3 bilhões, sendo R\$ 2 bilhões para garantia da Ação Civil Pública proposta pela DPE e pelo MPE e R\$1 bilhão para garantia da Ação Civil Pública proposta pelo MPF; (iii) Afastamento do risco de novos bloqueios na Ação Civil Pública; (iv) Extinção parcial da ação em relação aos moradores da área do Termo de Acordo que optarem por firmar acordos individuais com a Braskem para recebimento de compensação financeira pela desocupação da área.

(*) O desbloqueio ocorreu em janeiro de 2020. Em 31 de dezembro de 2019, o valor atualizado está apresentado nas rubricas bloqueio judicial no ativo circulante no valor de R\$2.571.683 e em depósitos judiciais no ativo não circulante no valor de R\$1.174.424 correspondente à parcela de longo prazo do cronograma de pagamentos.

O Termo tem como objeto a regulamentação de ações cooperativas para a desocupação das áreas de risco e garantia da segurança das pessoas sem assunção de culpa ou nexo de causalidade do fenômeno geológico com as atividades da Braskem. A área do acordo compreende cerca de 4.500 imóveis e 17.000 moradores, que serão atendidos pelo Programa de Compensação Financeira e Apoio à Realocação ("Programa"), anteriormente implantado pela Braskem para atender somente os moradores afetados pela implementação da área de resguardo.

O Programa prevê auxílio à desocupação, auxílio aluguel, transportadora, custos com imobiliária, custos de depósito para móveis, apoio psicológico e de assistentes sociais. Para tal, foi criada a Central do Morador com estrutura exclusiva ao atendimento e apoio aos moradores dos bairros dentro da área de risco.

Também foram assinados 3 Instrumentos de Cooperação Técnica com a Prefeitura de Maceió e a Defesa Civil tendo como objeto estabelecer a mútua cooperação entre as partes para a realização de atividades que têm por objetivo a mitigação de riscos e a segurança da comunidade. Estes acordos contemplam a execução de estudos para entendimento do fenômeno (sísmica de alta resolução, sondagem e sísmica da lagoa, aerogravimetria, etc), estrutura da rede de monitoramento nos bairros e na região dos poços de sal, instalação de uma estação meteorológica, doação de equipamentos para a Defesa Civil Municipal, entre outros.

101 de 126

Junta Comercial do Estado da Bahia

03/02/2021

Certifico o Registro sob o nº 98010636 em 26/10/2020

Protocolo 203237889 de 23/10/2020

Nome da empresa NOVONOR S.A - EM RECUPERACAO JUDICIAL NIRE 29300025593

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 135119762639420

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 03/02/2021

por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral





http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=ASAY0Q4KESSQ_ke3CoTYEg&chave2=BT-06aCCpMpeIH2nmcFRg
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 27100678897 - MARCEL ANDRE CARILHO JARDIM

Odebrecht S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Para fazer frente às ações previstas no Termo de Acordo, a Braskem se comprometeu a manter R\$1,7 bilhão em conta corrente, com capital de giro mínimo no valor de R\$ 100 milhões, cuja movimentação será verificada por empresa de auditoria externa.

(ii) Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho em Alagoas – MPT-AL – Reparação aos trabalhadores

Ação Civil Pública com pedido liminar de bloqueio no valor de R\$ 2,5 bilhões para garantir eventuais indenizações por danos materiais aos trabalhadores afetados pelo fenômeno geológico. Na referida ação, o MPT-AL pleiteia ainda a reparação aos trabalhadores a título de danos morais no valor de R\$ 1 bilhão e outras obrigações no valor de R\$125 milhões, totalizando R\$3,6 bilhões.

Em 10 de outubro de 2019, o juiz titular da ação negou a liminar pretendida pelo MPT-AL.

Em 14 de fevereiro de 2020, a Braskem assinou um termo de acordo com o Ministério Público do Trabalho - MPT, no montante de R\$ 40 milhões, para implementação de Programa para Recuperação de Negócios e Promoção de Atividades Educacionais aos moradores e trabalhadores dos bairros afetados pelo fenômeno geológico. Tal programa consiste no apoio à construção de creches e escolas e realização de cursos de capacitação profissional, bem como apoio à Defesa Civil na contratação de pessoal qualificado para a continuidade do processo de monitoramento das áreas de risco dos bairros afetados.

Com o acordo, o MPT concordou com o encerramento da ação civil pública, dando quitação a todos os pedidos, após o depósito dos R\$ 40 milhões pela Braskem em juízo, o que deverá ser feito em até 10 dias úteis após a homologação do acordo pelo juiz da ação, o que ocorreu no dia 3 de março de 2020.

(iii) Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público Federal em Alagoas – MPF-AL - Reparação socioambiental

Ação Civil Pública contra a Braskem e outros réus em que se pleiteia condenação no valor de aproximadamente R\$ 28,7 bilhões, referentes aos danos socioambientais e patrimoniais, além de diversas outras medidas reparatórias, de compliance ambiental, planos de segurança e suspensão de benefícios governamentais da Braskem.

Em sede de liminar, foram feitos os seguintes pedidos principais: (i) constituição de fundo privado próprio no valor inicial de R\$ 3,1 bilhões para execução de programas socioambientais e medidas emergenciais, bem como a manutenção de capital de giro em referido fundo no valor de R\$ 2 bilhões ou, após aprovado o cronograma financeiro, o valor equivalente a 100% das despesas previstas para os 12 meses subsequentes; (ii) apresentação de garantias idôneas no valor de R\$20,5 bilhões; (iii) vedação à oneração ou alienação de bens do ativo fixo da Companhia e à distribuição de lucros; (iv) bloqueio judicial dos valores provenientes dos lucros que não foram distribuídos até a presente data; e (v) suspensão de financiamentos com o BNDES e incentivos governamentais, além do vencimento antecipado das operações financeiras com o BNDES.

Em janeiro 2020, o juiz da 3ª Vara Federal de Alagoas negou os pedidos liminares do Ministério Público Federal de Alagoas contra a Braskem acima expostos.

A Administração da Braskem, suportada pela opinião dos assessores jurídicos externos, classificam as chances de perda da ação como possíveis.

102 de 126

Junta Comercial do Estado da Bahia

03/02/2021

Certifico o Registro sob o nº 98010636 em 26/10/2020

Protocolo 203237889 de 23/10/2020

Nome da empresa NOVONOR S.A - EM RECUPERACAO JUDICIAL NIRE 29300025593

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 135119762639420

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 03/02/2021

por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral





http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=ASVYQ4KESSQ_ke3CoTYe&chave2=BT-06aCCpMpeIH2hncfRg
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 27100678897-MARCEL ANDRE CARILHO JARDIM

Odebrecht S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

22 Passivo a descoberto

(a) Capital social

Em 12 de junho de 2019, a Controladora ODBINV aumentou o capital social da Companhia no montante de R\$ 262.242, mediante capitalização de créditos representados por recebíveis e contratos de mútuos, com emissão de 262.241.166 novas ações nominativas e sem valor nominal, sendo 131.120.583 ações ordinárias, e 131.120.583 ações preferenciais.

Em 31 de dezembro de 2019 o capital social da Companhia é de R\$ 3.205.190 (31 de dezembro de 2018, R\$ 2.942.948) subscrito e integralizado por pessoas físicas e jurídicas de capital nacional, sendo representado por 3.268.732.692 (31 de dezembro de 2018 por 3.006.491.526) ações nominativas das quais 1.634.366.346 são ações ordinárias e 1.634.366.346 são ações preferenciais, todas sem valor nominal.

(b) Ajuste de avaliação patrimonial

Esta conta foi criada com base no disposto pela Lei nº 11.638/07, com o objetivo de registrar os valores pertencentes ao patrimônio líquido que não transitam pelo resultado do exercício. O impacto desses valores no resultado ocorrerá quando da sua efetiva realização. A seguir, demonstramos a movimentação nesta conta para os exercícios findos em 31 de dezembro.

Efeitos de ajuste de avaliação patrimonial	2018 (Reapresentado)	Movimentação	2019
Hedge:			
Valor justo do hedge de fluxo de caixa e exportação	(5.306.953)	(223.079)	(5.530.032)
Hedge de Investimento líquido de controladas no exterior	(1.046.118)	14.520	(1.031.598)
Ajuste de conversão de moeda estrangeira (i)	2.354.836	(164.320)	2.190.516
Efeito reflexo de correção monetária de investidas no exterior (ii)	4.316.021	(7.8457)	4.237.564
Realização da indexação adicional do imobilizado em investidas	(87.206)	(41.101)	(128.307)
Outros ajustes de avaliação patrimonial	(109.215)	210.550	101.335
	121.365	(281.887)	(160.522)

- (i) A movimentação dos saldos de variação cambial de controladas no exterior está representada, substancialmente, pela controla direta OEC em R\$ 549.365 e controlada direta ODBIC em R\$ (155.528), respectivamente.
- (ii) Saldo referente à correção monetária de Venezuela e Argentina, decorrente de efeitos de inflação no país.

(c) Participação dos acionistas não controladores

Os saldos são substancialmente representados pela controlada indireta Braskem.

(d) Resultado por ação

A Companhia apresenta o cálculo do resultado por ação básico, calculado através da divisão do lucro (prejuízo) do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício.



http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=ASAYQ4KessQ_ke3CotYeg&chave2=BT-06acCPmpeIH2nmcFRg
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 27100678897-MARCEL ANDRE CARILHO JARDIM

Odebrecht S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2019	2018
		(Reapresentado)
Prejuízo do exercício das operações continuadas e descontinuadas atribuível à totalidade dos acionistas da Companhia	(14.293.365)	(7.250.329)
Média ponderada da quantidade de ações (em milhares)	3.151.623	3.006.492
Resultado por ação (expresso em Reais)		
Ações ordinárias - operações continuadas e descontinuadas	(4,54)	(2,41)

23 Receitas Líquidas de serviços e produtos - Consolidado

(a) Receita por mercado

	2019	2018
		(Reapresentado)
Venda bruta de produtos e serviços - mercado interno	46.703.479	50.581.074
Impostos sobre vendas - mercado interno	(10.792.605)	(11.269.464)
Devoluções e abatimentos - mercado interno	(165.997)	(182.290)
Venda bruta de produtos e serviços - mercado externo	31.486.208	35.566.403
Impostos sobre vendas - mercado externo	(33.088)	(75.055)
Devoluções e abatimentos - mercado externo	(85.948)	(263.711)
	67.112.049	74.356.958



http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=ASAYQ4KESQ_KE3C0TYE&chave2=BT-06aCCpMpeIH2nwhcFRg
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 27100678897-MARCEL ANDRE CARILHO JARDIM

Odebrecht S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Receita por segmento

	2019	2018 (Reapresentado)
Segmento de Engenharia e Construção		
OEC	5.054.859	7.369.034
Segmento imobiliário		
OR	839.496	858.309
Abiatar	426.805	32.025
OP Gestão		53.205
EORJ	25.468	4.984
Segmento de Indústria		
Braskem	52.184.628	57.999.866
Atvos Inv	4.625.186	4.056.445
OSP	1.934	15.259
Segmento de Investimentos em infraestrutura e energia		
OPISA e controladas	555.723	324.057
Ocyan	2.609.795	2.848.080
OTP	500.670	493.157
Outros investimentos		
OA Par	157.207	111.950
Horiens	72.367	67.030
Horiens Ltd.	10.438	8.853
OPE	19.866	78.104
ODT	88	1.007
Mectron	669	
OP Inv	25.102	26.785
Wins	170	6.185
Fazenda Juliana	1.578	2.623
	67.112.049	74.356.958

24 Custos e despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018 (Reapresentado)
Classificadas por natureza:				
Matéria-prima e materiais de uso e consumo	(29)	(66)	(40.450.831)	(41.954.255)
Despesas com pessoal	(65.257)	(125.478)	(6.271.144)	(7.119.777)
Serviços de terceiros	(79.950)	(178.245)	(8.910.540)	(9.033.219)
Depreciação, amortização e exaustão	(1.204)	(41)	(6.610.506)	(5.505.115)
Outras despesas	(16.490)	(114.551)	(2.240.554)	(1.910.504)
	(162.930)	(418.381)	(64.483.575)	(65.522.870)
Classificadas por função:				
Custo dos produtos vendidos/serviços prestados			(56.788.593)	(59.305.239)
Despesas com vendas			(2.200.353)	(1.512.754)
Despesas gerais e administrativas	(162.930)	(418.381)	(5.494.629)	(4.704.877)
	(162.930)	(418.381)	(64.483.575)	(65.522.870)



http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=AS5Y0q4KEssQ_Ke3C0tYFg&chave2=BT-06aCCpMpeIH2nmcFRg
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 27100678897-MARCEL ANDRE CARILHO JARDIM

Odebrecht S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

25 Impairment de Ativos - Consolidado

	2019	2018
Segmento de Investimentos em infraestrutura e energia		
Ocyan (i)	742.721	(448.179)
OPI SA (ii)		(563.879)
OTP		(40.865)
Outros investimentos		
Braskem	(215.772)	
ODT	(19)	
	<u>526.930</u>	<u>(1.052.923)</u>

(i) A controlada Ocyan reconheceu, no exercício de 2019, uma reversão de impairment no imobilizado no montante de R\$ 742.721 e no exercício de 2018 uma perda por impairment no montante de R\$ 448.179. A controlada Ocyan efetuou em 2019 testes de recuperabilidade para seus ativos, considerando cenários de mercado e macroeconômico atualizados, concluindo pelo registro de uma reversão de impairment.

(ii) Em 31 de dezembro de 2018, a controlada indireta OPI reconheceu perda por impairment nas operações em continuidade no valor de R\$ 116.616 (2017 - R\$ 384.878) referente a Petroundaneta e nas operações em descontinuidade no valor de R\$ 21.773 referente ao Fundo de Investimentos – FIP – Linha 6. As controladas diretas reconheceram perda no montante de R\$ 22.787 referente a CEC e R\$ 402.703 referente a GSP. A controlada indireta OPI verifica se há evidência objetiva de que um ativo ou o grupo de ativos está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos está deteriorado e os prejuízos de impairment são incorridos somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um “evento de perda”) e aquele evento (ou eventos) de perda tem impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ou grupo de ativos que pode ser estimado de maneira confiável. Para investimentos em títulos patrimoniais, um significativo ou prolongado declínio no seu valor justo, abaixo do seu custo, é também uma evidência de que esses ativos estão deteriorados.

26 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas - Consolidado

Em 31 de dezembro de 2019, corresponde substancialmente a controlada indireta Braskem, que reconheceu o montante de R\$ 3.383.067 referente a Provisão para indenização de danos – Alagoas.



http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=AS5YQ4KESSQ_ke3C0tYeg&chave2=BT_06aCCpMpeIH2nWncFRg
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 27100678897-MARCEL ANDRE CARILHO JARDIM

Odebrecht S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

27 Resultado financeiro, líquido

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
	(Reapresentado)		(Reapresentado)	
Receitas financeiras				
Receitas com juros	28.448	23.990	1.252.165	1.317.089
Ajuste a valor presente/ Juros (Arrendamentos)			21.896	
Quitação integral do Project finance da Delba Coop (i)			1.095.648	
Outros	603	7.624	133.907	328.814
	<u>29.051</u>	<u>31.614</u>	<u>2.503.616</u>	<u>1.645.903</u>
Despesas financeiras				
Ajuste a valor presente (ii)			(2.066.116)	(479.034)
Ajuste a valor presente/juros (arrendamentos) (iii)	(36.477)		(77.438)	
Custos de transação - amortização			(537.138)	(287.456)
Comissões bancárias	(586)	(2.257)	(86.749)	(137.684)
Descontos concedidos			(216.491)	(152.853)
Despesas com juros	(342.128)	(574.493)	(8.048.056)	(8.089.610)
Tributos sobre operações financeiras	(4.587)	(11.651)	(263.815)	(117.971)
Outros	(10.741)	(9.546)	(912.172)	(656.552)
	<u>(394.519)</u>	<u>(597.947)</u>	<u>(12.207.975)</u>	<u>(9.921.160)</u>
Variações monetárias e cambiais				
Receita de variação	1.629.787	1.158.106	10.299.137	94.999.774
Despesa de variação	(1.652.075)	(1.058.409)	(13.632.985)	(97.955.978)
	<u>(22.288)</u>	<u>99.697</u>	<u>(3.333.848)</u>	<u>(2.956.204)</u>
	<u>(387.756)</u>	<u>(466.636)</u>	<u>(13.038.207)</u>	<u>(11.231.461)</u>

- (i) Em 27 de dezembro, a Delba Coop, adquirida em 9 de agosto de 2011 e sediada em Amsterdã (Holanda), foi liquidada. Esta empresa tinha como atividade principal o afretamento de uma unidade semissubmersível de perfuração em águas ultra profundas, denominada ODN Delba III, para a Petrobras por um período de sete anos, cujo contrato foi encerrado em agosto de 2019 e a referida unidade foi vendida em outubro de 2019. O saldo do Project finance foi quitado integralmente com a venda do ativo por determinação dos agentes financiadores;
- (ii) Refere-se substancialmente ao ajuste a valor presente registrado pela controlada OEC no valor de R\$ 1.516.182, decorrente o novo prazo para recebimento (de 10,5 anos) dos créditos com Biocom. O novo prazo de recebimento trata-se de um dos termos da renegociação dos empréstimos contraídos pela Biocom, que prevê que somente após o término da liquidação das dívidas bancárias reestruturadas, os Acionistas e suas empresas controladas poderão receber eventuais créditos (Nota 11 (iii)).
- (iii) Adoção inicial CPC 06 – “IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil” (Nota 2.1 (a)).

28 Benefícios a empregados

(a) Plano de aposentadoria contribuição definida

A Companhia e suas controladas no Brasil são patrocinadoras de plano de contribuição definida para seus integrantes administrado pela ODEPREV cuja denominação social foi alterada para VEXTY, entidade fechada de previdência privada. A VEXTY proporciona aos seus participantes o plano optativo de contribuição definida no qual é aberto um fundo individual de poupança para aposentadoria onde são acumuladas as contribuições mensais e esporádicas dos participantes e as contribuições mensais e anuais das patrocinadoras.



http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=ASAY0q4KESSQ_ke3CotYEg&chave2=BT-06aCCpMpeIH2nWncfRg
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 27100678897-MARCEL ANDRE CARRILHO JARDIM

Odebrecht S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Assim que as contribuições tiverem sido feitas, as patrocinadoras não têm obrigações relativas a pagamentos adicionais.

(b) Plano de aposentadoria com benefício definido

A controlada indireta Braskem também possui plano de aposentadoria na categoria de benefício definido em algumas de suas unidades no exterior.

Para cada um dos planos abaixo, a Companhia contratou empresa especializada para elaborar laudo atuarial para mensurar suas obrigações futuras. As premissas utilizadas estão em pleno atendimento ao CPC 33(R1) / IAS 19.

(i) Braskem América

A controlada indireta Braskem América é patrocinadora da Novamont. Devido ao atual nível de financiamento do plano de pensão, não foi obrigada a contribuir durante o ano de 2019, portanto, não houve contribuições em 2019 (31 de dezembro de 2018 – R\$ R\$ 20.544). Durante os exercícios de 2019 e 2018 não houve contribuições dos participantes.

(ii) Braskem Alemanha e Braskem Holanda

Não houve contribuições das controladas indiretas Braskem Alemanha e Braskem Holanda nos exercícios de 2019 e 2018. Durante os exercícios de 2019 e 2018 não houve contribuições dos participantes.

O passivo atuarial da controlada indireta Braskem no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 389.075 (31 de dezembro de 2018 – R\$ 206.373) está registrado na rubrica demais contas a pagar.

29 Cobertura de seguros (não auditado)

Em 31 de dezembro de 2019, o montante aproximado de cobertura de seguros é de R\$245.561 (31 de dezembro de 2018 - R\$245.561). Das empresas do segmento de Engenharia e Construção é equivalente a R\$ 64.413 milhões, para o segmento de Indústria é equivalente a R\$ 133.558 milhões e para o segmento de Investimentos em infraestrutura e energia é equivalente a R\$ 47.590 milhões.

30 Nota de reapresentação

(i) Segmento de Engenharia e Construção

OEC

As demonstrações financeiras de 2018 estão reapresentadas da seguinte maneira visando refletir:

- Despesas financeiras, identificadas em 2019 nas controladas indiretas OECI e CNO, referentes a juros e multas sobre passivo com a CRB devido ao distrato do contrato de engenharia, fornecimento e construção das obras de ampliações e melhoramentos do corredor Dom Pedro I. O referido ajuste no montante de R\$ 21.804 foi efetuado na rubrica “outros passivos” no passivo circulante em contra partida do saldo inicial da demonstração das mutações do patrimônio líquido do exercício de 2018 no montante de R\$ 3.484 e demonstração do resultado findo em 31 de dezembro de 2018 nas rubricas de “Resultado financeiro, líquido” no montante de R\$16.793 e “Despesas gerais e administrativas e com vendas” no montante de R\$1.527.

108 de 126

Junta Comercial do Estado da Bahia

03/02/2021

Certifico o Registro sob o nº 98010636 em 26/10/2020

Protocolo 203237889 de 23/10/2020

Nome da empresa NOVONOR S.A - EM RECUPERACAO JUDICIAL NIRE 29300025593

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 135119762639420

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 03/02/2021

por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral





http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=AS5YQ4KESQ_ke3CotYEg&chave2=BT-06acCPmpeIH2nmcFRg
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 27100678897-MARCEL ANDRE CARILHO JARDIM

Odebrecht S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Para fins de comparabilidade dessas demonstrações financeiras, o montante reapresentado na demonstração do resultado até 30 de junho de 2018 foi de R\$ 7.674, sendo R\$1.527 na rubrica de “Despesas gerais e administrativas e com vendas” e R\$ 6.147 na rubrica de “Resultado financeiro, líquido”.

- Ajuste de equivalência patrimonial, em exercícios anteriores a 2018, identificados em 2019 na controlada indireta OOL. O referido ajuste no montante de R\$ 55.478 foi efetuado na rubrica de “investimento, sociedades coligadas” no ativo permanente em contrapartida do saldo inicial da demonstração das mutações do patrimônio líquido do exercício de 2018.
- Reclassificação da rubrica de “adiantamento de clientes” para “empréstimos e financiamentos” no passivo circulante, para fins de comparabilidade da transação de Adiantamento sobre Contrato de Câmbio (“ACC”) no montante de R\$ 195.966.

(ii) Segmento de Investimentos em Infraestrutura e Energia

OPISA

Os valores correspondentes ao Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, apresentados nestas demonstrações financeiras para fins de comparação, estão sendo reapresentados em conformidade com o CPC 23 – Políticas contábeis, mudanças de estimativas e retificação de erro (IAS 8 – Accounting policies, change in accounting estimates and errors), na equivalência patrimonial da investida CNO no montante de

R\$ 11.908 (já aplicado o percentual de participação), visando refletir os efeitos de reapresentação da investida CNO que reapresentou em sua Demonstração do Resultado do Exercício as rubricas de “Despesas financeiras”, “Provisões do Acordo de leniência” e “Equivalência patrimonial”.

OTP

Em função de reclassificação contábil entre as contas de resultado para a rubrica de “Lucro dos ativos não circulantes mantidos para negociação” das controladas diretas e indiretas RTC e CRB.

(i) Outros segmentos

ODB

A Companhia está representando as Demonstrações financeiras de 2018 devido a correção dos juros incidentes sobre o Acordo de Leniência no montante de R\$ 189.938. A correção considerou ajustes na metodologia de cálculo, substituindo juros simples por juros compostos outra alteração foi o início da incidência dos juros, que passou a considerar a data da assinatura do Acordo de Leniência.

OAPAR

Em 28 de março foi assinado o certificado de extinção da investida indireta OE Holdings, com o consentimento da Companhia.

OP Inv

A investida indireta Centrad reapresentou os saldos de debêntures e do imposto de renda diferido no decorrer do ano de 2018. Os efeitos de reapresentação devem-se ao reconhecimento de encargos moratórios decorrentes da notificação, em 24 de abril de 2019, do vencimento das debêntures da Companhia em 15 de fevereiro de 2018 e 15 de março de 2018.

109 de 126

Junta Comercial do Estado da Bahia

03/02/2021

Certifico o Registro sob o nº 98010636 em 26/10/2020

Protocolo 203237889 de 23/10/2020

Nome da empresa NOVONOR S.A - EM RECUPERACAO JUDICIAL NIRE 29300025593

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 135119762639420

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 03/02/2021

por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral



Odebrecht S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2018

(i) Controladora

	Publicado	Efeitos de reapresentação da OEC	Efeitos de reapresentação da OAPAR	reap
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	6.632			
Tributos a recuperar	1.191			
Dividendos a receber	38.091			
Sociedades do Grupo Odebrecht	123.329			
Créditos associados ao Acordo de leniência	188.421			
Outros ativos	7.354			
	365.018			
Ativos não circulantes mantidos para venda	814.280			
	814.280			
Não circulante				
Realizável a longo prazo				
Debêntures	87.548			
Tributos a recuperar	2.786			
Sociedades do Grupo Odebrecht	2.310.332			
Depósitos compulsórios e judiciais	17.572			
Outros ativos	288.128			
	2.706.366			
Investimentos	8.844.669	396.056	1.994	
Outros investimentos	21.602			
Imobilizado	82			
Intangível	47			
	11.572.766	396.056	1.994	
Total do ativo	12.752.064	396.056	1.994	

110 de 126

Junta Comercial do Estado da Bahia

03/02/2021

Certifico o Registro sob o nº 98010636 em 26/10/2020

Protocolo 203237889 de 23/10/2020

Nome da empresa NOVONOR S.A - EM RECUPERACAO JUDICIAL NIRE 29300025593

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 135119762639420

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 03/02/2021

por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral



Odebrecht S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Publicado	Efeitos de reapresentação da ODB	Efeitos de reapresentação da OEC	Efeitos de reapresentação da OAPAR
Passivo e patrimônio líquido				
Circulante				
Financiamentos	11.392			
Sociedades do Grupo Odebrecht	518.485			
Fornecedores	25.951			
Impostos, taxas e contribuições	20.820			
Obrigações sociais e trabalhistas	175.695			
Acordo de leniência	53.677			
Outros passivos	25.432			
	831.452			
Não circulante				
Financiamentos	32.547			
Debêntures	2.068.960			
Sociedades do Grupo Odebrecht	5.658.121			
Impostos, taxas e contribuições sociais	12.911			
Provisão para perda em investimentos	7.015.852			
Acordo de leniência	3.088.975	(254.159)		
Provisões fiscais, trabalhistas, societárias e cíveis	2.531	444.097		
Outros passivos	99.277			
	17.979.174	189.938		
Patrimônio líquido				
Capital social	2.942.948			
Ajuste de avaliação patrimonial	80.176		41.189	
Prejuízos acumulados	(9.081.686)	(189.938)	354.867	1.994
	(6.058.562)	(189.938)	396.056	1.994
Total do passivo e Patrimônio líquido	12.752.064		396.056	1.994

111 de 126

Junta Comercial do Estado da Bahia

03/02/2021

Certifico o Registro sob o nº 98010636 em 26/10/2020

Protocolo 203237889 de 23/10/2020

Nome da empresa NOVONOR S.A - EM RECUPERACAO JUDICIAL NIRE 29300025593

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 135119762639420

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 03/02/2021

por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral



Odebrecht S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Consolidado

	Publicado	Efeitos de reapresentação da ODB	Efeitos de reapresentação da OEC	Efeitos de reapresentação da OAPAR	Efeitos de reapresentação da OP I
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	8.684.868			(116)	
Aplicações financeiras	3.075.795				
Debêntures	80.255				
Contas a receber de clientes	9.695.553				
Tributos a recuperar	2.526.119				
Dividendos a receber	13.891				
Estoques	11.712.155				
Sociedades do Grupo Odebrecht	103.410				
Despesas antecipadas	544.172				
Ativo Biológico	439.275				
Créditos associados ao acordo de leniência	188.421				
Outros ativos	2.546.822		12.380		
	39.610.736		12.380	(116)	
Ativos não circulantes mantidos para venda	21.777.578				
	61.388.314		12.380	(116)	
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Aplicações financeiras	48.551				
Debêntures	617.761				
Contas a receber de clientes	4.215.710				
Tributos a recuperar	2.009.849				
Estoques	1.291.908				
Sociedades do Grupo Odebrecht	16.486.576		2.775.814		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.777.704				
Depósitos compulsórios e judiciais	312.842				
Outros ativos	1.371.247		1.922		
	28.132.148		2.777.736		
Investimentos	3.882.778		(55.478)		
Imobilizado	55.694.090				
Intangível	7.667.099				
	95.376.115		2.722.258		
Total do ativo	156.764.429		2.734.638	(116)	

112 de 126

Junta Comercial do Estado da Bahia

03/02/2021

Certifico o Registro sob o nº 98010636 em 26/10/2020

Protocolo 203237889 de 23/10/2020

Nome da empresa NOVONOR S.A - EM RECUPERACAO JUDICIAL NIRE 29300025593

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 135119762639420

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 03/02/2021

por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral



Odebrecht S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Publicado	Efeitos de reapresentação da ODB	Efeitos de reapresentação da OEC	Efeitos de reapresentação da OAPAR	Efeitos de reapresentação da O
Passivo e Passivo a descoberto					
Circulante					
Financiamentos	19.505.855		195.966		
Debêntures	4.452.815				
Fornecedores e subempreiteiros	13.895.494				
Impostos, taxas e contribuições	2.455.076				
Obrigações sociais e trabalhistas	1.849.100				
Adiantamentos de clientes	3.065.323		(195.966)		
Dividendos propostos	420.265				
Acordo de leniência	341.799				
Provisões fiscais, trabalhistas, societárias e cíveis	750.318		(123.603)		
Outros passivos	2.445.216				
	49.181.261		(123.603)		
Passivos vinculados aos ativos não circulantes mantidos para venda	12.480.587				
	61.661.848		(123.603)		
Não circulante					
Financiamentos	56.834.834				
Debêntures	13.423.617				
Obrigações financeiras	838.320				
Sociedades do Grupo Odebrecht	2.564.172		2.775.814		
Impostos, taxas e contribuições sociais	152.349				
Imposto de renda e contribuição social diferidos	797.893				
Adiantamentos de clientes	7.673.798				
Obrigações com o poder concedente	128.483				
Provisão para perda em investimentos	169.589		29.172		
Acordo de leniência	4.243.854	(254.159)			
Provisões fiscais, trabalhistas, societárias e cíveis	4.593.261	444.097	(320.494)		
Outros passivos	4.496.274		(35.570)	(3.452)	
	95.916.444	189.938	2.448.922	(3.452)	
Patrimônio líquido					
Capital social	2.942.948				
Ajuste de avaliação patrimonial	80.176		41.189		
Prejuízos acumulados	(9.081.686)	(189.938)	354.867	1.994	
	(6.058.562)	(189.938)	396.056	1.994	
Debêntures com participação nos lucros ("DPL")	369.807				
Participação dos acionistas não controladores	4.874.892		13.263	1.342	
	(813.863)	(189.938)	409.319	3.336	
Total do passivo e Passivo a descoberto	156.764.429		2.734.638	(116)	

113 de 126

Junta Comercial do Estado da Bahia

03/02/2021

Certifico o Registro sob o nº 98010636 em 26/10/2020

Protocolo 203237889 de 23/10/2020

Nome da empresa NOVONOR S.A - EM RECUPERACAO JUDICIAL NIRE 29300025593

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 135119762639420

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 03/02/2021

por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral



Odebrecht S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (b) Conciliação da demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2018
- (i) Controladora

	Publicado	Efeitos de reapresentação da ODB	Efeitos de reapresentação da OEC
Operações continuadas			
Receitas (despesas) operacionais			
Gerais e administrativas	(418.381)		
Remuneração dos administradores	(106.709)		
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	274.030		
Participação em sociedades controladas e coligadas			
Resultado de equivalência patrimonial	(6.323.922)		(2.424)
Provisão para perdas em investimentos	(221.109)		
Prejuízo operacional	(6.796.091)		(2.424)
Resultado financeiro, líquido	(288.606)	(189.938)	
Prejuízo antes da contribuição social e do imposto de renda	(7.084.697)	(189.938)	(2.424)
Contribuição social e imposto de renda correntes	(5)		
Contribuição social e imposto de renda diferidos	12.833		
Prejuízo líquido do exercício	(7.071.869)	(189.938)	(2.424)

Odebrecht S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Consolidado

	Publicado	Efeitos de reapresentação da ODB S/A	Efeitos de reapresentação da OAPAR	Efeitos de reapresentação da OAB
Operações continuadas				
Receitas líquidas de serviços e produtos	74.526.640			
Custos dos serviços prestados e produtos vendidos	(59.499.803)			
Lucro bruto	15.026.837			
Receitas (despesas) operacionais				
Com vendas	(1.512.754)			
Gerais e administrativas	(4.776.123)			
Remuneração dos administradores	(149.644)			
Impairment de ativos	(1.052.923)			
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	276.731		4.278	
Resultado de participações societárias				
Resultado de equivalência patrimonial	(644.641)			
Provisão para perdas em investimentos	(44.331)			
Lucro operacional	7.123.152		4.278	
Resultado financeiro, líquido	(10.660.583)	(189.938)	(1.429)	
Prejuízo antes da contribuição social e do imposto de renda	(3.537.431)	(189.938)	2.849	
Contribuição social e imposto de renda correntes	(1.802.756)			
Contribuição social e imposto de renda diferidos	(627.249)			
Prejuízo líquido das operações continuadas	(5.967.436)	(189.938)	2.849	
Resultado com operações descontinuadas				
Lucro (prejuízo) dos ativos não circulantes mantidos para negociação	7.235			
	7.235			
Prejuízo do exercício	(5.960.201)	(189.938)	2.849	
Atribuível aos:				
Acionistas da Companhia - operações continuadas	(7.073.408)	(189.938)	1.994	
Acionistas da Companhia - operações descontinuadas	1.539			
Participação dos acionistas não controladores	1.105.972		855	
Participação dos acionistas não controladores - operações descontinuadas	5.696			
	(5.960.201)	(189.938)	2.849	

115 de 126

Junta Comercial do Estado da Bahia

03/02/2021

Certifico o Registro sob o nº 98010636 em 26/10/2020

Protocolo 203237889 de 23/10/2020

Nome da empresa NOVONOR S.A - EM RECUPERACAO JUDICIAL NIRE 29300025593

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 135119762639420

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 03/02/2021

por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral



Odebrecht S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=ASY0q4KessQ_ke3CotYEg&chave2=BT-06acCPmpeIH2nmcFRg
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 27100678897-MARCEL ANDRE CARILHO JARDIM

(c) Conciliação da demonstração do fluxo de caixa exercício findo em 31 de dezembro de 2018

(i) Controladora

	Publicado	Efeitos de reapresentação da ODB	Efeitos de reapresentação da OEC	Efeitos de reapresentação da OAPAR	Efeitos de reapresentação da OPISA	Reapresentado
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social do resultado com operações continuadas	(7.084.697)	(189.938)	(2.424)	1.994	11.908	(7.263.157)
Ajustes:						
Participações societárias						
Resultado de equivalência patrimonial	6.323.922		2.424	(1.994)		6.324.352
Provisão para perda em investimentos	221.109					221.109
Depreciação e amortização	41					41
Juros e variações monetárias e cambiais, líquidas	29.628	189.938			(11.908)	207.658
Ajuste a valor justo/ valor presente	87.210					87.210
Acordo de leniência	(154.095)					(154.095)
Outros	33.670					33.670
	(543.212)					(543.212)
Varição nos ativos e passivos:						
Tributos a recuperar	18.579					18.579
Outros ativos/passivos	(277.874)					(277.874)
Fornecedores e subempreiteiros	13.061					13.061
Impostos, taxas, salários e contribuições sociais	(22.074)					(22.074)
Caixa aplicado nas operações	(811.520)					(811.520)
Juros pagos - atividades operacionais						
Juros pagos - financiamentos	(831)					(831)
Juros pagos - debêntures	(55)					(55)
Dividendos e JCP recebidos	33.207					33.207
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(779.199)					(779.199)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos						
Adições ao investimento	44.753					44.753
Aquisições ao imobilizado	(10)					(10)
Aquisições ao intangível	(6)					(6)
Eleito da incorporação (descontinuação) do caixa de controladas	107.722					107.722
Adiantamento para futuro aumento de capital	(304.678)					(304.678)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(152.219)					(152.219)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos						
Recursos recebidos para partes relacionadas	225.835					225.835
Dívida de curto e longo prazos, líquida						
Pagamentos - principal	(28.126)					(28.126)
Debêntures						
Captação	618.916					618.916
Amortização	(3.517)					(3.517)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	813.108					813.108
Redução de caixa e equivalentes de caixa, líquido	(118.310)					(118.310)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	124.942					124.942
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	6.632					6.632

116 de 126

Junta Comercial do Estado da Bahia

03/02/2021

Certifico o Registro sob o nº 98010636 em 26/10/2020

Protocolo 203237889 de 23/10/2020

Nome da empresa NOVONOR S.A - EM RECUPERACAO JUDICIAL NIRE 29300025593

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 135119762639420

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 03/02/2021

por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral



Odebrecht S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=AS5YQ4KESQ_k3c0tYg&chave2=BT-06aCCmpeIH2nmcFRg
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 27100678897 - MARCEL ANDRE CARILHO JARDIM

(ii) Consolidado

	Publicado	Efeitos de reapresentação da ODB	Efeitos de reapresentação da OEC	Efeitos de reapresentação da OTP	Efeitos de reapresentação da OAPAR	Efeitos de reapresentação da OPI SA	Reapresentado
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social do resultado com operações continuadas	(3.537.431)	(189.938)	(405.208)	63.245	2.849	11.908	(4.054.575)
Ajustes:							
Participações societárias							
Resultado de equivalência patrimonial	644.641		88.749	(5.799)			727.591
Provisão para perda em investimentos	44.331						44.331
Variação nas receitas de contratos de construção	(1.422.935)						(1.422.935)
Depreciação e amortização	5.505.115			(7.729)			5.497.386
Resultado na alienação de investimentos/ imobilizado	171.590						171.590
Lucro de operações descontinuadas				(25.060)			(25.060)
Juros e variações monetárias e cambiais, líquidas	10.739.123	189.938	468.194	(7.898)	1.429	(11.908)	11.378.878
Ajuste a valor justo/ valor presente	363.746						363.746
Impairment de ativos	1.052.923						1.052.923
Acordo de leniência							
Provisão para perdas e baixas de ativos de longa duração							
Créditos de PIS e COFINS - exclusão do ICMS da base de cálculo							
Outros	(340.991)		(7.821)	(16.759)			(435.571)
	13.220.112		73.914		4.278		13.298.304
Variação nos ativos e passivos:							
Aplicação financeira	78.007						78.007
Contas a receber de clientes	3.615.296			(617)			3.614.679
Estoques	(1.472.528)						(1.472.528)
Tributos a recuperar	1.396.779			(272)			1.396.506
Despesas pagas antecipadamente	345.261		(431.642)				(86.381)
Outros ativos/passivos	(668.913)		350.735	(732)	(4.278)		(323.188)
Fornecedores e subempreiteiros	635.646			523			636.169
Adiantamentos recebidos de clientes	(301.908)						(301.908)
Impostos, taxas, salários e contribuições sociais	(1.899.296)		114.095	(461)			(1.785.662)
Ativos e passivos mantidos para venda				4.994			4.994
Acordo de leniência	(330.006)						(330.006)
Caixa proveniente das operações	14.618.449		107.102	3.435			14.728.986
Juros pagos - financiamentos	(3.527.784)						(3.527.784)
Juros pagos - debêntures	(395.466)						(395.466)
Juros recebidos - debêntures	6.707						6.707
Dividendos e JCP recebidos	162.937						162.937
Imposto de renda e contribuição social pagos	(954.965)						(954.965)
Ativos não circulantes mantidos para venda	(342.955)		(1)	(3.435)			(346.391)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	9.566.923		107.101				9.674.024
Fluxos de caixa das atividades de investimentos							
Adições ao investimento	(2.243)		290				(1.953)
Redução de investimentos/ ativos mantidos para venda	(269.102)		(1.122)	(1.236)			(271.460)
Recebimento pela venda de imobilizado	146.188						146.188
Aquisições ao imobilizado	(3.484.388)			359			(3.484.029)
Aquisições ao intangível	(254.379)			877			(253.502)
Gastos com formação de ativo biológico	(485.329)						(485.329)
Efeito da incorporação (descontinuação) do caixa de controladas	8						8
Emissão	(2.163.746)						(2.163.746)
Resgate - principal	91.049						91.049
Aplicações financeiras	746.640						746.640
Adiantamento para futuro aumento de capital	(3.434.465)						(3.434.465)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(9.109.767)		(842)				(9.110.609)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos							
Recursos liberados para partes relacionadas	(610.033)						(610.033)
Partes relacionadas							
Divida de curto e longo prazos, líquida							
Captações	5.155.118						5.155.118
Pagamentos - principal	(11.055.241)			2.636			(11.052.605)
Debêntures							
Captação	5.415.228						5.415.228
Amortização	(499.503)						(499.503)
Arrendamento mercantil							
Captação							
Pagamentos - principal							
Dividendos pagos	(852.249)						(852.249)
Redução de capital	(2.400)						(2.400)
Aumento de capital	240.865						240.865
Ativos não circulantes mantidos para venda				(2.636)			(2.636)
Adiantamento para futuro aumento de capital	3.229.347						3.229.347
Outros	(111.196)						(111.196)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	909.936						909.936
Efeito de variação da taxa de câmbio no caixa e equivalentes de caixa	(37.419)		(106.259)				(480.778)
Caixa e equivalentes de caixa de controladas incluídas e excluídas da consolidação, líquidos	(350.295)				(116)		(350.411)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquido	642.278				(116)		642.162
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	8.042.590						8.042.590
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	8.684.868				(116)		8.684.752

Junta Comercial do Estado da Bahia

03/02/2021

Certifico o Registro sob o nº 98010636 em 26/10/2020

Protocolo 203237889 de 23/10/2020

Nome da empresa NOVONOR S.A - EM RECUPERACAO JUDICIAL NIRE 29300025593

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 135119762639420

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 03/02/2021

por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral





http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=ASAY004KESSQ_KE3C0tYeg&chave2=BT-06aCCpMpeIH2nHncfRg
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 27100678897 - MARCEL ANDRE CARILHO JARDIM

Odebrecht S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

31 Eventos subsequentes

(I) ODB

(a) Riscos e incertezas relacionadas a COVID-19

O COVID-19 (“coronavírus”) foi primeiramente reportado em Wuhan, na China continental e, posteriormente, espalhou-se por diversos países. Desde então, têm sido informados mundialmente casos de contágio e fatalidade devido ao vírus, de forma que, em 3 de março de 2020, o surto foi caracterizado como pandemia pela Organização Mundial da Saúde. Brasil, Argentina, Peru, entre outros países onde se localizam as operações do Grupo Odebrecht, também reportaram casos da doença.

A partir de 16 de março de 2020, a Companhia e suas Controladas, de forma gradual, foram liberando as áreas administrativas para trabalho na modalidade home office, como forma de prevenir o avanço do contágio, as atividades administrativas permanecem sendo exercidas normalmente. Até o presente momento as atividades administrativas permanecem na modalidade home office em cumprimento às recomendações das autoridades de saúde nacionais e internacionais

Dada a dinâmica incerta da evolução do surto, não é possível prever o impacto final que este surto poderá ter sobre o mercado financeiro e a economia global e, consequentemente, sobre os negócios da Companhia e suas Controladas. A Companhia e suas controladas seguem avaliando continuamente os impactos sobre as operações e situação financeira.

Abaixo relacionamos algumas das ações tomadas pelas controladas diretas e indiretas do Grupo Odebrecht:

- A Atvos cederá até 160 mil litros de álcool 70% para instituições de São Paulo, Bahia, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.
- A OR colocou à disposição das autoridades as instalações do Parque Olímpico, no Rio de Janeiro, para serem adaptadas como hospital de campanha.
- A OEC, OR e Companhia fizeram doações à Federação das Indústrias da Bahia para a compra de respiradores mecânicos destinados a hospitais baianos.
- A OEC disponibilizou suas instalações de canteiros de obras nos diversos locais de atuação, para serem usados em ações de combate ao vírus. Ofereceu aos clientes governamentais no Brasil e no exterior executar obras emergenciais com lucro zero. Na República Dominicana, doou duas ambulâncias para as autoridades de saúde. No Panamá e Angola, caminhões-pipa da OEC estão sendo utilizados para abastecimento de água e desinfecção de vias públicas. Em Angola, através da usina sucroalcooleira da Biocom, doou 20.000 frascos de 500ml de álcool 70% para o Ministério da Saúde, e doará outros 20.000 diretamente para hospitais, creches e casas de idosos.

A OTP ofereceu ambulâncias e profissionais de saúde em cidades cortadas por suas autoestradas e distribuiu kits de álcool em gel para caminhoneiros. Conversará com as autoridades sobre a oferta de gratuidade nos pedágios para veículos usados nos serviços de combate à pandemia. Quanto aos usuários, além da colocação de mensagens de apoio e orientação em Painéis ao longo das rodovias, estão sendo implementados pontos de apoio aos usuários, visando, dentre outras ações, aferição de temperatura corporal, higienização das cabines dos caminhões, orientações de prevenção, distribuição de almoço, distribuição de kits com álcool gel, luvas, máscaras e produtos de higiene.

118 de 126

Junta Comercial do Estado da Bahia

03/02/2021

Certifico o Registro sob o nº 98010636 em 26/10/2020

Protocolo 203237889 de 23/10/2020

Nome da empresa NOVONOR S.A - EM RECUPERACAO JUDICIAL NIRE 29300025593

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 135119762639420

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 03/02/2021

por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral





http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=ASAYQ4KessQ_KE3C0tYg&chave2=BT-06acCpMpeIH2nmcFRg
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 27100678897-MARCEL ANDRE CARILHO JARDIM

Odebrecht S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- A Companhia ofereceu o Centrad, em Brasília, e o estádio Fonte Nova, em Salvador, para serem transformados em hospitais de campanha. A Fonte Nova já vem sendo utilizada para a vacinação de idosos, no modelo drive-thru.
- A Enseada disponibilizou leitos e ambulância para as comunidades, e avalia com a Marinha e Capitania dos Portos a transformação de seu estaleiro em terminal de atracação para se instalar ali um centro de distribuição de equipamentos e bens para o Recôncavo.

(b) Aprovação do Plano de Recuperação Judicial

Conforme mencionado na Nota 1 (a) em 22 de abril de 2020 foram aprovados os Planos de Recuperação Judicial da Companhia, da controladora direta ODBINV, da controladora indireta Kieppe e de determinadas controladas. Os planos aprovados nesta data foram homologados pelo Juíz em 27 de julho de 2020.

Como forma de superar a atual crise econômico-financeira e dar continuidade a suas atividades foram propostos os seguintes meios de recuperação:

- Reestruturação da Dívida;
- Alienação de Bens e Constituição de a Unidade Produtiva Isolada (bens/direitos);
- Reorganização Societária; e
- Adesão à Consolidação Substancial.

Para reestruturação da dívida o plano de recuperação aprovado prevê as seguintes condições aos Credores:

• Créditos Trabalhistas

Os Credores Trabalhistas, exceto Partes Relacionadas, terão seus Créditos reestruturados e pagos até o limite de R\$ 3.000, caso o montante do Crédito Trabalhista seja superior a este valor serão novados, passando a corresponder a R\$ 3.000 e pagos em até 4 parcelas, conforme determinado no Plano de Recuperação Judicial. Estes créditos serão corrigidos com juros e correção ao IPCA desde a data do pedido até a implementação dos pagamentos previstos.

Os Credores Trabalhistas que sejam Partes Relacionadas terão seus Créditos Trabalhistas Partes Relacionadas reestruturados e pagos até o limite de 150 salários mínimos, em parcela única, devida no último Dia Útil do 12º mês contado a partir de 16 de dezembro de 2019.

• Créditos com Garantia Real

Os Credores com Garantia Real terão seus Créditos com Garantia Real reestruturados e integralmente pagos por meio de Instrumentos de Pagamento, conforme oportunamente eleitos. Cada credor terá o direito de receber ou subscrever R\$ 1,00 (um real), de valor de face de Instrumentos de Pagamento para cada R\$ 1,00 (um real) em Créditos com Garantia Real. É possível aos que desejarem receber o bem gravado com garantia real em pagamento e eventual saldo remanescente ser convertido em Instrumento de pagamento.

De acordo com o plano o “Instrumentos de Pagamento” são os (i) Instrumentos de Pagamento – Bonds; (ii) Instrumentos de Pagamento – Debêntures Privadas; (iii) Instrumentos de Pagamento – Debêntures Públicas; e (iv) Instrumentos de Pagamento – Plano.

119 de 126

Junta Comercial do Estado da Bahia

03/02/2021

Certifico o Registro sob o nº 98010636 em 26/10/2020

Protocolo 203237889 de 23/10/2020

Nome da empresa NOVONOR S.A - EM RECUPERACAO JUDICIAL NIRE 29300025593

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 135119762639420

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 03/02/2021

por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral





http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=ASAYQq4KESSQ_ke3CoTYEg&chave2=BT-06aCCpMpeIH2nmcfrg
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 27100678897-MARCEL ANDRE CARRILHO JARDIM

Odebrecht S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os Instrumentos de Pagamento serão amortizados a cada data de amortização com recursos provenientes do caixa para distribuição (conforme regras do plano), de forma pro rata. O primeiro pagamento será devido na primeira data de amortização que ocorrer após 3 anos contados da data de homologação Judicial do Plano ("Prazo de Carência"), sendo que para cada R\$ 1,00 (um real) de Caixa para distribuição destinado à amortização dos Instrumentos de Pagamento, R\$ 1,00 (um real) será deduzido do valor de face e/ou do valor de principal dos respectivos Instrumentos de Pagamento, podendo as Recuperandas, a qualquer tempo, realizar amortizações antecipadas.

• Créditos Quirografários

Financeiros

Os Credores Quirografários Financeiros poderão eleger a forma de pagamento, de acordo com uma das seguintes opções de pagamento:

Opção A - Pagamento até o limite de R\$ 150, em parcela única, no último dia útil do 12º mês a partir da data de homologação judicial do plano, caso o montante do Crédito seja superior a este valor serão novados, passando a corresponder a R\$ 150 e incluirá juros e correção monetária incidindo sobre os créditos correspondentes à TR desde a data do pedido até a data do efetivo pagamento.

Opção B - Reestruturados e integralmente pagos por meio de Instrumentos de Pagamento, conforme oportunamente eleito. Cada Credor terá o direito de receber ou subscrever R\$ 1,00 (um real), de valor de face de Instrumentos de Pagamento para cada R\$ 1,00 (um real) em Créditos Quirografários Financeiros.

Não Financeiros

Os Credores Quirografários Não Financeiros poderão eleger a forma de pagamento de acordo com uma das Opções de Pagamento abaixo descritas:

Opção A - Pagamento até o limite de R\$ 150, em parcela única, no último dia útil do 12º mês a partir da data de homologação judicial do plano, caso o montante do Crédito seja superior a este valor serão novados, passando a corresponder a R\$ 150 e incluirá juros e correção monetária incidindo sobre os créditos correspondentes à TR desde a data do pedido até a data do efetivo pagamento.

Opção B - Nesta opção os Credores terão seus créditos reestruturados e pagos por meio da combinação de (i) pagamento em dinheiro (sujeito a determinadas condições); e (ii) Instrumentos de Pagamento, sujeitos a determinados termos, condições e limites da seguinte forma:

- (i) Até R\$ 750 o Credor receberá o montante integral de seu Crédito por meio de Pagamento em Dinheiro;
- (ii) Superiores a R\$ 750 e inferiores ou iguais a R\$ 1.071 o Credor receberá seu Crédito por meio da combinação entre 1) Pagamento em Dinheiro, até o limite de R\$ 750; e 2) para o saldo remanescente, Instrumentos de Pagamento;
- (iii) Superiores a R\$ 1.071 e inferiores ou iguais a R\$ 4.286, o Credor receberá seu Crédito por meio da combinação entre 1) Pagamento em Dinheiro, em montante correspondente a 70% de seu Crédito; e 2) para o saldo remanescente, Instrumentos de Pagamento;
- (iv) Superiores a R\$ 4.286, o Credor receberá seu Crédito por meio da combinação entre 1) Pagamento em Dinheiro, correspondente a R\$ 3.000; e o saldo remanescente em Instrumentos de Pagamento (mencionado na modalidade Créditos com Garantia Real)

120 de 126

Junta Comercial do Estado da Bahia

03/02/2021

Certifico o Registro sob o nº 98010636 em 26/10/2020

Protocolo 203237889 de 23/10/2020

Nome da empresa NOVONOR S.A - EM RECUPERACAO JUDICIAL NIRE 29300025593

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 135119762639420

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 03/02/2021

por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral





http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=ASAY0q4KESSQ_KE3C0TYEg&chave2=BT-06aCCpMpeIH2nWncfRg
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 27100678897 - MARCEL ANDRE CARILHO JARDIM

Odebrecht S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Sobre Créditos Quirografários Não Financeiros Opção B que fizerem jus a pagamentos em dinheiro, a serem incorporados no valor de principal devido, correspondente ao IPCA, desde a data do pedido até a implementação de todos os pagamentos previstos no Plano.

- **Créditos Pequenas e Médias empresas (“ME/EPP”)**

Os Credores ME/EPP terão seus Créditos reestruturados e integralmente pagos da seguinte forma:

- (i) Pagamento até o limite de R\$ 150 em parcela única, no último dia útil do 12º mês contado da data de homologação judicial do Plano; e
- (ii) Eventual saldo remanescente existente será pago em Instrumentos de Pagamento, cujos termos e condições de emissão, vigência, vencimento e remuneração mencionados anteriormente. Cada Credor terá o direito de receber ou subscrever R\$ 1,00 (um real) de valor de face de Instrumentos de Pagamento para cada R\$ 1,00 (um real) em Saldo de Créditos ME/EPP.

Os créditos serão corrigidos com juros e correção monetária (i) sobre o saldo de Créditos devidos a serem incorporados no valor de principal devido correspondentes ao IPCA; e (ii) nas hipóteses Instrumento de pagamento conforme regras do Instrumento.

- **Créditos Ilíquidos**

Todos os Créditos Ilíquidos, incluindo os Créditos ainda sujeitos a Ações Judiciais e/ou Procedimentos Arbitrais estão integralmente sujeitos aos termos e condições deste Plano e aos efeitos da Recuperação Judicial.

Os Créditos Ilíquidos, uma vez materializados e reconhecidos por decisão judicial transitada em julgado e/ou arbitral final e irrecorrível, serão pagos conforme tratamento atribuídos aos Créditos Retardatários nos termos deste Plano e na classe correspondente ao Crédito Ilíquido em questão.

- **Créditos Intercompany**

Os Créditos Intercompany poderão ser convertidos em capital social ou poderão ser objeto de compensação, desde que, em qualquer das hipóteses, a conversão em capital, subordinação ou compensação (cumulativamente). As Recuperandas e as Requerentes poderão oportunamente convencionar formas alternativas de extinção desses Créditos Intercompany observadas as hipóteses, cumulativamente, dos itens (i) a (v) desta Cláusula, os procedimentos e legislação aplicáveis e o disposto neste Plano.

- **Créditos Extraconcursais**

Os Créditos Extraconcursais não estão sujeitos e não serão novados, sua reestruturação dependerá de negociações bilaterais com os Credores Extraconcursais. As garantias fiduciárias outorgadas por Recuperandas se manterão válidas, vigentes, exigíveis e eficazes de acordo com os seus respectivos termos e condições originalmente contratados.

(c) Efeitos estimados do Plano

Como resultado da aprovação do Plano iniciou-se a reestruturação dos passivos o que deverá resultar em significativa redução de tais passivos. Nos termos do CPC 26 (IAS 1) a Companhia entende que a homologação do Plano é um evento de 2020 e não reconheceu qualquer impacto do mesmo nos passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2019.

A Administração da Companhia segue avaliando os impactos da reestruturação dos passivos nas Demonstrações Financeiras de 2020.

121 de 126

Junta Comercial do Estado da Bahia

03/02/2021

Certifico o Registro sob o nº 98010636 em 26/10/2020

Protocolo 203237889 de 23/10/2020

Nome da empresa NOVONOR S.A - EM RECUPERACAO JUDICIAL NIRE 29300025593

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 135119762639420

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 03/02/2021

por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral





http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=AS5YQ4KESQ_KE3COTYE&chave2=BT-06aCCpMpeIH2nmcFRg
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 27100678897 - MARCEL ANDRE CARILHO JARDIM

Odebrecht S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(II) Segmento de indústria

(a) Braskem

Em março de 2020, com base no relatório de certificação emitido pelos monitores independentes, o MPF confirmou o fim do monitoramento, a efetividade do programa de conformidade da controlada Braskem e o cumprimento das obrigações do Acordo MPF. Posteriormente, em 13 de maio de 2020, DoJ e SEC confirmaram o término da monitoria prevista nos acordos firmados em 21 de dezembro de 2016 com aquelas autoridades. A decisão do DoJ e da SEC se baseou no relatório final dos monitores independentes que atestaram a implementação, pela controlada Braskem, de todas as recomendações relativas à estruturação e funcionamento do seu programa de conformidade e concluiriam que o referido programa atende aos padrões estabelecidos nos referidos Acordos.

Em 1º de abril de 2020, a controlada Braskem efetuou saque da linha de crédito “stand-by” disponível, no valor de US\$1 bilhão, equivalente a R\$5,2 bilhões em 31 de março de 2020, a fim de manter a hígidez financeira e liquidez durante a crise de pandemia do COVID-19.

Em 9 de julho de 2020, a controlada indireta Braskem comunicou aos seus acionistas e ao mercado que, no contexto do evento geológico em Alagoas, recebeu um ofício conjunto da Defensoria Pública do Estado de Alagoas, Ministério Público Federal, Ministério Público do Estado de Alagoas e Defensoria Pública da União (“Autoridades”) informando a atualização do Mapa de Setorização de Danos e Linhas de Ações Prioritárias por parte da Defesa Civil de Maceió, o qual incluiu 1.918 imóveis para desocupação nos bairros Mutange, Bom Parto, Pinheiro e Bebedouro, em Maceió, Alagoas. A controlada indireta Braskem estima o montante de R\$ 850 milhões referente a potenciais medidas de apoio aos moradores das novas áreas e o montante de R\$ 750 milhões referente a gastos adicionais previstos com medidas para encerramento definitivo das atividades de extração de sal em Maceió, gestão da operação, realocação de imóveis incluídos via perícia técnica, dentre outros.

(b) Atvos Inv e controladas

Conforme detalhado na Nota 1.2 (d), no dia 20 de maio de 2020, o Plano Consolidado das controladas da Atvos Inv foi aprovado pelos credores em todos os cenários simulados pelo AJ, enquanto os planos individuais de Agro Energia Santa Luzia S.A. – em recuperação judicial e Usina Conquista do Pontal S.A. – em recuperação judicial apresentaram situações de aprovação e não aprovação.

Os impactos da aprovação do Plano serão reconhecidos em 2020. Os principais impactos estão descritos logo abaixo:

- R\$ 10,6 bilhões de reclassificação de dívidas do passivo circulante para o não circulante;
- R\$ 386 milhões de reclassificação de fornecedores do passivo circulante para o não circulante;
- Redução do custo médio da dívida, a partir da data do pedido da recuperação judicial; e
- Registro de Ajuste a Valor Justo sobre o saldo da dívida da Classe II, que será corrigida com taxa de juros equivalente ao IPCA, e baixa dos saldos registrados no Passivo a Descoberto designados para hedge accounting.

122 de 126

Junta Comercial do Estado da Bahia

03/02/2021

Certifico o Registro sob o nº 98010636 em 26/10/2020

Protocolo 203237889 de 23/10/2020

Nome da empresa NOVONOR S.A - EM RECUPERACAO JUDICIAL NIRE 29300025593

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 135119762639420

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 03/02/2021

por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral





http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=ASAYQ4KessQ_ke3CotYEg&chave2=BT-06acCPmpeIH2nmcFRg
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 27100678897-MARCEL ANDRE CARILHO JARDIM

Odebrecht S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(III) Segmento de engenharia e construção

OEC

Em 16 de junho de 2020, a controlada OEC juntamente com a CNO S.A. e a OECI deu início a um processo de solicitação de consentimento junto ao mercado financeiro (consent solicitation ou “Solicitação de Consentimento”) com o objetivo de reestruturar as obrigações referentes às garantias outorgadas pela OEC aos Bônus internacionais emitidos pela controlada indireta OFL.

A Reestruturação é um passo importante para a estratégia da OEC de fortalecer sua estrutura de capital, a fim de superar seus desafios de liquidez, e que depende do apoio/adesão de ao menos 60% dos detentores dos títulos (Noteholders/Eligible Holders conforme definido na Solicitação de Consentimento). No dia 02 de setembro de 2019, foi anunciado um acordo com parte relevante dos titulares dos bônus sobre os principais Termos e Condições da Reestruturação. Desde então, a OEC trabalhou em conjunto com seus assessores externos na elaboração dos documentos que estão sendo agora apresentados na Solicitação de Consentimento.

123 de 126

Junta Comercial do Estado da Bahia

03/02/2021

Certifico o Registro sob o nº 98010636 em 26/10/2020

Protocolo 203237889 de 23/10/2020

Nome da empresa NOVONOR S.A - EM RECUPERACAO JUDICIAL NIRE 29300025593

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 135119762639420

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 03/02/2021

por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral





http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=AS5Y0q4Kessq_ke3CotYEg&chave2=BT-06aCCpMpeIH2nwnCfRg
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 27100678897 - MARCEL ANDRE CARILHO JARDIM

Odebrecht S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

32 Razão social dos investimentos do Grupo Odebrecht

Abiatar	Abiatar SPE Empreendimentos Imobiliários S.A.
Agro Santa Luzia	Agro Energia Santa Luzia S.A. - Em Recuperação Judicial
AIAS	AIAS Holding GmbH
Apicatus	Apicatus Holding GmbH
Apollus	Apollus Holding GmbH
Atvos Agro	Atvos Agroindustrial S.A. - Em Recuperação Judicial
Atvos Agro Par	Atvos Agroindustrial Participações S.A. - Em Recuperação Judicial
Atvos Inv	Atvos Agroindustrial Investimentos S.A. - Em Recuperação Judicial
Atvos Par	Atvos Participações S.A.
Bahia Norte	Concessionária Bahia Norte S.A.
Bairro Novo	Bairro Novo Empreendimentos Imobiliários S.A.
BIF	BIF III Peru Transportation I S.A.C
Biocom	Biocom - Companhia de Bioenergia de Angola, Limitada
Bloco XVI	Odebrecht Oil And Gas Angola Limited
Braskem	Braskem S.A.
Braskem América	Braskem América, Inc.
Braskem Idesa	Braskem Idesa S.A.P.I.
Brenco	Brenco Companhia Brasileira de Energia Renovável S.A. - Em Recuperação Judicial
CBPO Overseas	CBPO Overseas Limited.
CEC	Compañía Energética del Centro S.A.C.
Cetrel	Cetrel S.A.
Chaglla	Central Hidrelétrica de Chaglla
Chavimochic	Concesionaria Chavimochic S.A.C
CNO	CNO S.A.
CNO Sucursal Ecuador	Construtora Norberto Odebrecht S.A. - Sucursal Ecuador
CNO Sucursal Moçambique	Construtora Norberto Odebrecht S.A. - Sucursal Moçambique
CNO Sucursal República Dominicana	Construtora Norberto Odebrecht S.A. - Sucursal República Dominicana
Complexo Maracanã	Complexo Maracanã Entretenimento S.A.
Condor	Condor Participações S.A.
CRA	Concessionária Rota do Atlântico S.A.
CRB	Concessionária Rota das Bandeiras S.A.
CRC	Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.
CRO	Concessionária Rota do Oeste S.A.
CTO	CONCESIONÁRIA TRASVSE OLMOS AS
CVNL	Concesionaria Vías Nuevas de Lima S.A.
DAC	Distribuidora de Água Camaçari S.A.
Destilaria Alcídia	Destilaria Alcídia S.A. - Em Recuperação Judicial
EGH	Empresa de Gneracion Huallaga S.A.
ELOS	ELOS – Ligação de Alta Velocidade S.A.
Enseada	Enseada Indústria Naval S.A.
Enseada Participações	Enseada Indústria Naval Participações S.A. - Em Recuperação Judicial
EORJ	Edifício Odebrecht RJ S.A. - Em Recuperação Judicial
Etileno XXI	Etileno XXI Holding B.V.
FRVJ	Fazendas Reunidas Vale do Juliana S.A.

124 de 126

Junta Comercial do Estado da Bahia

03/02/2021

Certifico o Registro sob o nº 98010636 em 26/10/2020

Protocolo 203237889 de 23/10/2020

Nome da empresa NOVONOR S.A - EM RECUPERACAO JUDICIAL NIRE 29300025593

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 135119762639420

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 03/02/2021

por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral





http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=AS5Y0q4KESSQ_ke3CotYEg&chave2=BT-06aCCpMpeIH2nwnCfRg
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 27100678897 - MARCEL ANDRE CARILHO JARDIM

Odebrecht S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Fundo OTP CRB	OTP CRB Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia
Fundo SCP	SCP 1355 Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia
GSP	Gasoducto Sur Peruano
H2OLMOS	H2Olmos S.A.
Horiens	Horiens Consultoria e Corretora de Seguros Ltda.
Horiens Ltd.	Horiens Ltd.
IITD	Inversiones em Infraestructura de Transportes por Ductos S.A.C.
IRSA 2	Concessionaria Interoceanica Sur-tramo 2 S.A.
IRSA 3	Concessionaria Interoceanica Sur-tramo 3 S.A.
IRSA Norte	Concessionaria Interoceanica Norte S.A.
Liquiport	Liquiport Vila Velha S.A.
Logum	Logum Logística S.A.
Macol	Concessionária Madden Colon
Mectron	Mectron - Engenharia Industria e Comercio S.A - Em Recuperação Judicial
Mercado Guatemala	Construtora Norberto Odebrecht S.A. – Sucursal Guatemala
Mesa	Madeira Energia S.A.
Move SP	Concessionária Move São Paulo S.A
OA Par	Odebrecht Ambiental Participações S.A.
Ocyan	Ocyan Participações S.A.
Ocyan Holding	Ocyan Holding S.A.
ODB GMBH	Odebrecht Holding GmbH
ODB Utilities	Odebrecht Utilities S.A.
ODBEP	Odebrecht E&P GmbH
ODBIC	ODB International Co. - Em Recuperação Judicial
ODBR	Odebrecht Rodovias S.A.
ODI	Odebrecht Defesa e Inovação S.A.
ODT	Odebrecht Defesa e Tecnologia S.A.
OE	Odebrecht Energia S.A. - Em Recuperação Judicial
OE Inv	Odebrecht Energia e Investimentos S.A. - Em Recuperação Judicial
OEB	Odebrecht Energia do Brasil S.A. - Em Recuperação Judicial
OEC	Odebrecht Engenharia e Construção S.A.
OECI	Odebrecht Engenharia e Construção Internacional S.A.
OEP	Odebrecht Energia del Peru S.A.
OEPSA	Odebrecht Energia Participações S.A. - Em Recuperação Judicial
OFL	Odebrecht Finance Ltd. - Em Recuperação Judicial
OID	Odebrecht Investimentos em Defesa S.A.
OIL	Odebrecht Infra-Estruturas Logísticas SGPS, S.A.
OLEX	Odebrecht Serviços de Exportação S.A.
OLF	Odebrecht Latin Finance S.A.R.L
OLI Lux	Odebrecht Latininvest S.A.
OLI SAC	Odebrecht Latininvest Peru S.A.C
OLMOS	Concessionaria Trasvase Olmos S.A.
OLPD	OLPD - Odebrecht Latininvest Peru Ductos S.A.
OM	Odebrecht Mobilidade S.A.
OM Linha 6	OM Linha 6 Participações S.A

125 de 126

Junta Comercial do Estado da Bahia

03/02/2021

Certifico o Registro sob o nº 98010636 em 26/10/2020

Protocolo 203237889 de 23/10/2020

Nome da empresa NOVONOR S.A - EM RECUPERACAO JUDICIAL NIRE 29300025593

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 135119762639420

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 03/02/2021

por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral





http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=AS4Y0q4KESSQ_ke3CotYeg&chave2=BT-06aCCpMpeIH2nmcFRg
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 27100678897 - MARCEL ANDRE CARILHO JARDIM

Odebrecht S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

OOG GmbH	Odebrecht Oil & Gas GmbH
OOGA	Odebrecht Oil and Gas Angola Limited
OOGFL	Odebrecht Oil & Gas Finance Limited
OOGTK	OOGTK Libra GmbH & Co KG
OOL	Odebrecht Overseas Ltd.
OOSL	Odebrecht Oil Services Ltd.
OP Centro	OP Centro Administrativo S.A.
OP Gestão	OP Gestão de Propriedades S.A. - Em Recuperação Judicial
OP Inv	Odebrecht Properties Investimentos S.A. - Em Recuperação Judicial
OPE	Odebrecht Participações e Engenharia S.A. - Em Recuperação Judicial
OPI	Odebrecht Participações e Investimentos S.A. - Em Recuperação Judicial
OPI SA	OPI S.A. - Em Recuperação Judicial
OPP	Odebrecht Properties Parcerias S.A.
OR	OR Empreendimentos Imobiliários e Participações S.A.
OR Inv	Odebrecht Realizações e Investimentos S.A.
OR Real	Kinea OR Real Estate Participações Ltda
OR SP 06	Odebrecht Realizações SP 06 - Empreendimentos Imobiliários Ltda
OR SP 16	Odebrecht Realizações SP 16 - Empreendimentos Imobiliários Ltda
OR SPE Mintaka	Odebrecht Realizações - SPE Mintaka Empreendimento Imobiliário Ltda
OR SPE Odebrecht Santos 01	Odebrecht Realizações - SPE Odebrecht Santos 01 SPE Empreendimento Imobiliário Ltda.
OR SPE Paraty	Odebrecht Realizações - SPE Paraty Empreendimento Imobiliário Ltda
OR SPE Pollux SP	Odebrecht Realizações - SPE Pollux SP Empreendimento Imobiliário Ltda
OR SPE Santo Andre	Odebrecht Realizações - SPE Santo Andre Boulevard Empreendimento Imobiliário Ltda
OS GmbH	Odebrecht Service GMBH
OSP	Odebrecht Serviços e Participações S.A. - Em Recuperação Judicial
OSP Inv	OSP Investimentos S.A. - Em Recuperação Judicial
OTP	Odebrecht TransPort S.A.
OTP SPV	OTP SPV Participações S.A.
Pontal Agro	Pontal Agropecuária S.A - Em Recuperação Judicial
Rio Claro	Rio Claro Agroindustrial S.A. - Em Recuperação Judicial
RTC	Rio Trens Corporation
RTP	Rio Trens Participações S.A
Ruta del Sol	Ruta del Sol S.A.S
Rutas de Lima	Ruta de Lima - Rutas de Lima S.A.C.
SAESA	Santo Antonio Energia S.A
Supervia	SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A.
Technip	Technip Odebrecht PLSV C.V.
Tenenge	Tenenge Overseas Corporation
Usina Conquista do Pontal	Usina Conquista do Pontal S.A - Em Recuperação Judicial
Usina Eldorado	Usina Eldorado S.A - Em Recuperação Judicial
VLT GO	Concessionária Mobilidade Anhanguera S.A
VLT RJ	Concessionária do VLT Carioca S.A.
Wins	Worldwide Insurance Solutions Ltd.
Woodhollow	Woodhollow Participações S.A
Zania	Zania Participações S.A.

* * *

126 de 126

Junta Comercial do Estado da Bahia

03/02/2021

Certifico o Registro sob o nº 98010636 em 26/10/2020

Protocolo 203237889 de 23/10/2020

Nome da empresa NOVONOR S.A - EM RECUPERACAO JUDICIAL NIRE 29300025593

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 135119762639420

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 03/02/2021

por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral



**TERMO DE AUTENTICAÇÃO**

NOME DA EMPRESA	ODEBRECHT S.A.***EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL***
PROTOCOLO	203237889 - 23/10/2020
ATO	008 - ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINARIA E EXTRAORDINARIA
EVENTO	008 - ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINARIA E EXTRAORDINARIA

MATRIZ

NIRE 29300025593
CNPJ 05.144.757/0001-72
CERTIFICO O REGISTRO EM 26/10/2020
PROTOCOLO ARQUIVAMENTO 98010636 DE 26/10/2020 DATA AUTENTICAÇÃO 26/10/2020

REPRESENTANTES QUE ASSINARAM DIGITALMENTE

Cpf: 27100678897 - MARCEL ANDRE CARRILHO JARDIM



Tiana Regila M. G. de Araújo

TIANA REGILA M G DE ARAÚJO

Secretária-Geral

DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE



http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=ASaYq4Kessq_ke3CotYEg&chave2=BT-06acCpMpeIH2nmncfRg
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 27100678897-MARCEL ANDRE CARRILHO JARDIM

Eu MARCEL ANDRE CARRILHO JARDIM, brasileiro, casado, advogado, portado da Cédula de Identidade RG sob o nº 29.976736-X SSP/SP, devidamente inscrito no CPF/MF sob o nº 271.006.788-97 inscrito na ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL, na Seccional de São Paulo sob o nº 247.109, DECLARO, sob as penas da Lei Penal e, sem prejuízo das sanções administrativas e cíveis, que este documento é autêntico e condiz com o original.

Documento Apresentados:

1 – Ata de Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária realizada em 22 de Setembro de 2020 (5 páginas)

2- Relatório do Auditor Independente – Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas em 31 de Dezembro de 2019 (126 páginas)

Marcel André Carrilho Jardim

CPF: 271.006.788-97

OAB/SP: 247.109

Advogado

Junta Comercial do Estado da Bahia

03/02/2021

Certifico o Registro sob o nº 98010636 em 26/10/2020

Protocolo 203237889 de 23/10/2020

Nome da empresa NOVONOR S.A - EM RECUPERACAO JUDICIAL NIRE 29300025593

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 135119762639420

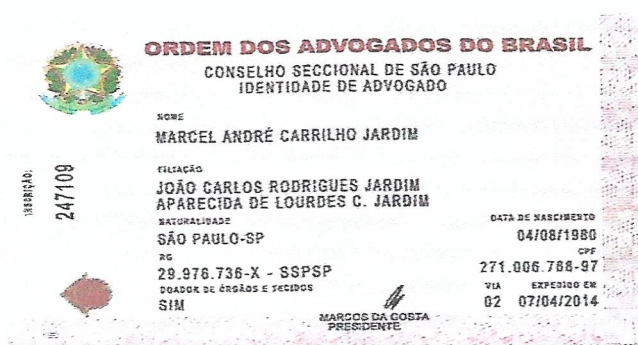
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 03/02/2021

por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral





http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=ASaY0q4KEssq_ke3CotYEg&chave2=BT-06accpMpeIH2nmncfRg
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 27100678897-MARCEL ANDRE CARRILHO JARDIM



Junta Comercial do Estado da Bahia

03/02/2021

Certifico o Registro sob o nº 98010636 em 26/10/2020

Protocolo 203237889 de 23/10/2020

Nome da empresa NOVONOR S.A - EM RECUPERACAO JUDICIAL NIRE 29300025593

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 135119762639420

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 03/02/2021

por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral

